

Experiências com pesquisas em comunicação

orgs. Maria Ogécia Drigo
Mônica Martinez



EDUNISO

***Experiências com
pesquisas em
comunicação***

Reitor: Rogério Augusto Profeta

Pró-Reitoria de Graduação e Assuntos Estudantis – Prograd: Fernando de Sá Del Fiol

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Inovação – Propein: José Martins de Oliveira Jr.

Direção Editorial: Rafael Ângelo Bunhi Pinto

Editoras Assistentes: Silmara Pereira da Silva Martins; Vilma Franzoni

Conselho Editorial

Adilson Rocha

Daniel Bertoli Gonçalves

Denise Lemos Gomes Luz

Filipe Moreira Vasconcelos

José Ferreira Neto

José Martins de Oliveira Junior

Marcos Vinicius Chaud

Maria Ogécia Drigo

Rafael Ângelo Bunhi Pinto

Editora da Universidade de Sorocaba - Eduniso

Biblioteca “Aluísio de Almeida”

Rodovia Raposo Tavares KM 92,5

18023-000 – Jardim Novo Eldorado

Sorocaba | SP | Brasil

Fone: 15 – 21017018

E-mail: eduniso@uniso.br

Site: <https://editora.uniso.br>

orgs. Maria Ogécia Drigo
Mônica Martinez

***Experiências com
pesquisas em
comunicação***

Sorocaba/SP
Eduniso
2023

Experiências com pesquisas em comunicação.

Copyright Maria Ogécia Drigo; Mônica Martinez (orgs.) © 2023.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte. Todos os direitos desta edição estão reservados aos autores.

Ficha técnica

Capa, projeto gráfico e diagramação: Eliezer Silva Proença

Normalização: Vilma Franzoni

Produção Editorial: Silmara Pereira da Silva Martins

Revisão: Luciana Coutinho Pagliarini de Souza

Ficha Catalográfica

Experiências com pesquisas em comunicação / organizadoras Maria Ogécia Drigo, Mônica Martinez. – Sorocaba, SP : Eduniso, 2023.
212 p.

Publicação digital (e-book) no formato PDF e EPUB.
e-ISBN: 978-65-89550-14-3

1. Comunicação – Pesquisa. 2. Pesquisa – Metodologia.
I. Drigo, Maria Ogécia. II. Martinez, Mônica.

Elaborada por: Vilma Franzoni - CRB 8/4485

Sumário

Apresentação	7
Prefácio	11
Pesquisa em ideologia: apropriação e usos do referencial teórico-metodológico de John B. Thompson	16
A caminho de La Paz: a leitura fílmica na perspectiva de análise da narrativa	61
Estratégias metodológicas advindas de teorias peirceanas em análises de processos e produtos midiáticos	98
A pesquisa de campo na comunicação: uma abordagem etno-gráfica nos estudos de práticas socioculturais	127
Método misto na comunicação: uma pesquisa também se faz	157
Análise de conteúdo: a experiência com um dos métodos mais empregados da área de comunicação/jornalismo no país	187

Apresentação

“Experiências com pesquisas em comunicação 1” é o primeiro livro produzido pelos docentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba – Uniso, com foco nas metodologias que utilizam em suas pesquisas, tanto as que desenvolvem como as que orientam.

Esta apresentação, num primeiro momento, destaca a área de concentração do programa, as duas linhas de pesquisa e os grupos de pesquisa. Num segundo, ressalta o que os docentes oferecem nos capítulos, reforçando a ideia de que o programa não busca uma fundamentação teórica a ser perseguida por todas os pesquisadores, mas propõe que cada objeto de estudo deve se impor como tal e com ele buscarmos diferentes metodologias e perspectivas teóricas. Esperamos, de um lado, que a socialização dessas experiências traga contribuições para a compreensão do “fazer científico” na área; de outro, que se constitua num exercício de aprendizagem, por parte dos docentes, à medida que estes se submetem ao olhar do outro. Este livro é o primeiro de uma série que pretendemos publicar, sendo que os demais envolverão mestrandos e doutorandos do Programa, em parceria com seus orientadores, bem como pesquisadores de outros programas de pós-graduação, tanto nacionais como internacionais.

Considerando-se a comunicação na sua dimensão socio-cultural, o que implica reflexões sobre processos de construção de sentidos e de subjetividades, sobre práticas coletivas e individuais

e sobre mediações culturais, o recorte então operado pela área de concentração do Programa – Mídias -, volta-se para pesquisas que podem ser alocadas em duas linhas de pesquisa. A primeira – Análise de Processos e Produtos Midiáticos - acolhe pesquisas sobre produtos e processos comunicacionais das mídias impressas, visuais, audiovisuais e hipermidiáticas, considerando-se também suas interfaces com outras áreas do conhecimento e que tratam de análise de processos e produtos midiáticos:

a) enquanto narrativas contemporâneas; b) na perspectiva cultural; c) com foco na produção de sentidos da imagem, na sua relação com a palavra, com a cognição e com a técnica; ou na análise de imagem e de seus processos de visibilidade, interação, subjetividade, identidade e sociabilidade; ou na aplicação e desenvolvimento de metodologias de interpretação de imagens midiáticas. Subsidiarão esta linha os seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Imagens Midiáticas (GPIM), Grupo de Pesquisa em Narrativas Midiáticas (NAMI), Grupo de Pesquisa Linguagens das Mídias na Educação (GPLME) e Grupo de Pesquisa Jornalismo Literário e Narrativas de Transformação Pessoal e Social (JORLIT).

A segunda linha – Mídias e Práticas Socioculturais - acolhe pesquisas que desenvolvam metodologias e análises das práticas socioculturais e que tratam de: a) produtos midiáticos enquanto norteadores de socialização; b) relações dos produtos midiáticos com o contexto sociocultural e seu papel na cultura e nas formas sociais; c) formas de sociabilidade advindas das práticas comunicativas no espaço urbano e em instituições;

d) características, mudanças históricas e estruturais dos meios de comunicação e suas implicações na produção de sentidos; e) relações entre as produções da arte e os meios de comunicação, como expressão e mediação entre grupos e culturas e f) relações entre práticas socioculturais e processos midiáticos vinculadas ao campo do lazer e do esporte. Dão suporte a esta linha de pesquisa os seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Mídia, Esporte e Lazer – MEL e Grupo Internacional de Pesquisa em Mídias e Cidades (MidCid).

Os capítulos apresentam, inicialmente, metodologias desenvolvidas na linha de pesquisa Análise de Processos e Produtos Midiáticos e, em seguida, as vinculadas a Mídias e Práticas Socioculturais. O primeiro capítulo apresenta um modo peculiar de análise da narrativa aplicada ao filme *Camino a La Paz* (2015), de Francisco Varone. No segundo, aplicam-se estratégias de análise advindas da semiótica peirceana, para análise de representações visuais. Já o terceiro capítulo volta-se para o uso de Análise de Conteúdo, principalmente na perspectiva de Bardin, em pesquisas que envolvem o jornalismo.

Referente à linha de pesquisa Mídias e Práticas Socioculturais, o quarto capítulo apresenta um estudo sobre a hermenêutica de profundidade (HP), na perspectiva de John B. Thompson, e o quinto, trata de pesquisa de campo na comunicação, que envolve uma abordagem etnográfica. O sexto capítulo apresenta reflexões sobre como a semiótica de Charles Sanders Peirce pode contribuir para o entendimento da publicidade produzida atualmente, aproximando as teorias da linguagem e a comunicação

publicitária, defendendo uma perspectiva que permita não apenas esmiuçar os elementos constituintes de uma dada mensagem publicitária, mas que, enxergando a publicidade como sendo de natureza sígnica, considere também sua referencialidade cada vez mais expandida e que revele a sua sempre surpreendente potência de geração de sentido, e, por fim, no sétimo capítulo, vem a proposta de um método misto, proposto por Creswell.

Para concluir esta apresentação, reafirmamos o nosso agradecimento aos docentes do Programa que abraçaram esta iniciativa e reforçamos as nossas expectativas para que estas reflexões sejam bem recebidas e sejam esclarecedoras para mestrandos e doutorandos tanto do nosso Programa como de outros programas que elas alcançarem.

Cicilia M. Krohling Peruzzo

Um livro sobre metodologias de pesquisa em Comunicação é sempre bem-vindo a esse campo do saber científico, não somente porque trata-se de uma problemática pouco abordada, mas, principalmente, como no caso da presente obra, por aportar uma reflexão de segunda ordem, ou seja, uma reflexão metodológica sobre metodologias aplicadas em pesquisas concretas e não apenas a apresentação de métodos do ponto de vista teórico. Esse é o caso deste livro intitulado “*Experiências com Pesquisas em Comunicação*”, organizado por Maria Ogécia Drigo e Monica Martinez, ao reunir textos de docentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso), situado na cidade de Sorocaba, estado de São Paulo, que tratam especificamente das metodologias empregadas em suas próprias pesquisas.

Devido à formação no nível de graduação em Comunicação no Brasil enfatizar a formação profissional em Jornalismo, Relações Públicas, Radiodifusão, Publicidade e Propaganda, Comunicação Audiovisual e/ou Editoração, o ensino das metodologias científicas tende a ficar em plano secundário, com raras exceções, situação que acarreta defasagens no nível de formação metodológica dos alunos que entram na pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado. Desse modo, a escrita que descreve e analisa experiências metodológicas

empregadas em investigações efetivamente realizadas é de suma importância. Tanto porque induz seus autores a refletir sobre as próprias metodologias, e não apenas aplicá-las por força do hábito ou de padrões metódicos introjetados, quanto pelo aprendizado que proporcionam a quem desfrutar da leitura dessas elaborações teórico-metodológicas.

Metodologia de pesquisa, simultaneamente ao rigor desejável na aplicação de métodos e técnicas, pressupõe a abertura para reelaborações metódicas e a possibilidade de desenvolver caminhos inovadores conforme requerem os próprios problemas de pesquisa. A pesquisa é um ofício que demanda perspicácia e saber técnico, mas exige doses de criatividade.

Neste livro há a descrição e análise de caminhos metodológicos percorridos por docentes experientes em orientação científica, diversos entre si, o que torna a leitura prazerosa e inspiradora. Ao mesmo tempo em que revela a diversidade de perspectivas que um único programa de pós-graduação pode desenvolver, mostra que as escolhas metódicas implicam em sabedoria teórico-metodológica e em escolhas pessoais. Afinal, todo desenho metodológico de uma investigação científica mira pontos de chegada, ou seja, é uma busca por esclarecer algo ou serve para formular conceitos bem fundamentados, o que não é possível ao olhar desatento.

A coletânea começa falando na hermenêutica de profundidade, um método voltado ao estudo e interpretação de formas simbólicas, não por aproximação, mas com base em análise só-

cio-histórica, análise formal ou discursiva das características estruturais dos conteúdos e a interpretação e reinterpretação capaz de explicar o conjunto do fenômeno estudado em suas interações. Em seguida outro capítulo trata da análise da narrativa como modo de leitura dos processos comunicacionais, com ênfase na narrativa mediática enquanto uma metodologia para se entender as maneiras de narrar histórias ou acontecimentos a partir da mediação da linguagem. Outro texto que também trabalha o estudo da linguagem, aborda as possibilidades de análise a partir da semiótica que permite prestar atenção nos significados engendrados em processos e produtos mediáticos de modo a captar os referenciais e os arranjos dos elementos constitutivos dos signos estudados para a interpretação dos simbolismos que impregnam o objeto e, de certo modo, sua contextualização cultural.

Mas, para quem se interessa mais por pesquisas que recorrem a elementos das práticas sociais concretas vai encontrar um capítulo que aborda experiências com a metodologia etnográfica, que por intermédio da imersão em situações de pesquisa e da interpretação dos observáveis é capaz de entender a produção de processos socioculturais e a teia de relações interdependentes de um fenômeno comunicacional.

O livro também oferece caminhos de pesquisa da comunicação publicitária na sua natureza sígnica e na sua função mediadora e produtora de sentidos, mostrando os modos de estudar a linguagem, sempre carregada de significados conotativos engendrados nos eventos comunicacionais aparentemente neutrais.


Um dos autores mostra a importância e as possibilidades da conjugação de técnicas na pesquisa em Comunicação. Nem só uma técnica ou outra, alguns fenômenos requerem método misto, ou seja, podem ser mais bem compreendidos se forem observados por distintos ângulos, o que requer o emprego complementar de estratégias metodológicas, da explanatória à da triangulação.

A análise de conteúdo, em se tratando de um programa de pós-graduação em Comunicação, também não poderia faltar. O livro fecha com a apresentação dessa metodologia mostrando seus fundamentos teóricos e seu potencial para entender fenômenos os mais diversos e, como tal, os conteúdos jornalísticos tão ricos em mensagens, linguagens, posições políticas e ideologias. Trata-se de uma metodologia que não é para iniciantes, pois requer saberes especializados, perspicácia e teimosia para se levar a cabo estudos exaustivos de conteúdos comunicacionais, que permitem inferências analíticas e contextuais, portanto, analíticas e extratextuais. Mas revela-se também uma outra possibilidade de pesquisa, embora não trabalhada no texto: o método de história de vida que pode ser empregado nas narrativas biográficas, como perfis e biografias na construção de memórias.

Enfim, o leque de metodologias é expressivo o suficiente tanto para inspirar novos pesquisadores quanto para fornecer bases para debates entre docentes e estudantes. Oxalá cada docente não se isole na própria filiação teórico-metodológica e não restrinja a orientação de estudantes ao método que mais

Ihe agrada. Afinal, espera-se que docentes de programas de pós-graduação dominem várias metodologias a fim de tornar possível dar asas à diversidade de problemas de pesquisa que o campo da Comunicação preconcebe, além de ajudar a florescer a criatividade em pesquisa que a ciência tanto requer.

São Paulo, 28 de maio de 2022.



Pesquisa em ideologia: apropriação e usos do referencial teórico- metodológico de John B. Thompson

Felipe Tavares Paes Lopes

Há mais de vinte anos, a teoria social crítica do professor e pesquisador da Universidade de Cambridge, John B. Thompson, aguça minha curiosidade e desperta minha admiração, tornando-se um dos principais pilares das pesquisas que venho desenvolvendo no campo da Comunicação e áreas afins. Assim, busquei, em ocasiões variadas – como em Lopes (2014) e Lopes e Vasconcellos (2010) – refletir sobre seus fundamentos (meta)teóricos e possíveis implicações éticas e políticas. Neste capítulo, debruço-me, novamente, sobre a referida teoria. Desta vez, no entanto, seguindo a proposta do livro, focalizo sua metodologia: a hermenêutica de profundidade (HP). Mais exatamente, discuto de que maneira pode ser empregada para interpretar um tipo particular de fenômeno: o ideológico. A HP, todavia, como qualquer metodologia, não tem um *status* próprio, só podendo ser devidamente compreendida dentro do quadro teórico de referência do autor. Diante disso, também realizo uma discussão sobre esse quadro teórico, ainda que de forma muito breve e seletiva.

Antes de realizar tal discussão, apresento a organização do capítulo. Começo descrevendo meus primeiros contatos com a obra do Thompson, assim como minhas experiências na aplicação de seu modelo conceitual na análise de objetos variados, investigados por mim e por orientandas e orientandos

na pós-graduação. Em seguida, debruço-me sobre seu conceito de ideologia, apontando para suas principais influências e vantagens analíticas. Depois, abordo sua metodologia de interpretação dos fenômenos culturais, indicando como pode ser adaptada para pesquisas em ideologia. Feito isto, discuto os alcances e limites dessa proposta, para, em seguida, indicar algumas possibilidades de avanço.

Minha aproximação com a teoria social crítica de John B. Thompson

Ao longo dos últimos dois séculos, o conceito de ideologia ocupou um lugar central nos debates travados no interior do campo das Ciências Humanas e Sociais, assumindo significados bastante diversos e nem sempre compatíveis entre si. Devido a esse intenso uso, muitas autoras e autores consideram que ele acabou se desgastando e que o melhor a fazer é abandoná-lo e trabalhar com outras redes conceituais. Por exemplo, um dos mestres da sociologia francesa, Pierre Bourdieu, prefere, como esclareceu em entrevista para Eagleton (2013), utilizar termos como “violência simbólica”, “poder simbólico” e “dominação simbólica”. Já o influente psicólogo social Serge Moscovici, citado por Ibáñez (2001), classificou o conceito de ideologia de estéril e problemático, a partir do qual, segundo ele, não se criou nada minimamente original. Outras autoras e autores, no entanto, seguem defendendo sua utilidade como ferramenta de análise científica e têm se aventurado a adentrar (e a se posicionar) nesse “terreno minado”, como é o caso do Thompson.

Devido à sua grande importância para os atuais debates sobre ideologia, cultura e mídia, Thompson teve parte de seus livros e artigos traduzido para o português – o que, certamente, contribuiu para sua ampla difusão no Brasil. Hoje em dia, sua obra é referência em diversas áreas do conhecimento, como a Comunicação, a Sociologia e a Psicologia Social. Foi, inclusive, durante o período do mestrado nessa última área – mais exatamente, nas instigantes aulas da Profa. Dra. Fúlvia Rosemberg – que tal obra chamou minha atenção primeira vez, tornando-se, posteriormente, minha principal referência teórica. De acordo com Catani (2001), a escolha por um referencial costuma ser feita de forma gradativa, a partir de um processo de encantamento e identificação. Arrisco a dizer que minha identificação inicial com a obra do Thompson se deu em função da importância que atribui à questão da dominação. Afinal, seduzido pelos escritos de Bourdieu (1983), já no mestrado, acreditava que essa questão deve ocupar um lugar central na teoria social. Essa crença foi, posteriormente, reforçada quando tive acesso à obra do psicólogo social, filósofo e militante anarquista Ibáñez (2006). Afinal, ao lê-la, ficou claro que não há resistência sem uma insubmissão radical do pensamento a toda forma de opressão, dominação e autoritarismo. Nas suas palavras: “o único caminho que me parece cheio de promessa e carregado de frutos consiste em lutar incessantemente, em todos os lugares, contra a autoridade” (p. 13, tradução minha).

A questão da dominação, no entanto, atravessa a obra de inúmeras autoras e autores. Na verdade, trata-se de quase uma obsessão dentro das Ciências Humanas e Sociais. Sendo

assim, e aprofundando o exercício de autoanálise, cabe novamente a pergunta: por que Thompson? Provavelmente, aí que entra o encantamento – no caso, com a clareza. Atendendo à exigência de Bourdieu (1983) de que as Ciências Sociais devem deplorar a obscuridade, ou seja, de que não devem jamais exercer a violência simbólica que elas próprias denunciam, Thompson apresenta sua linha argumentativa de forma cristalina, a despeito de dialogar com teorias bastante complexas, como as de Karl Marx, Louis Althusser, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas e do próprio Bourdieu. Ademais, sua obra supria uma necessidade minha da época: fornecia, em um nível mais concreto, orientações metodológicas. Infelizmente, não foram poucas as vezes que me deparei com obras interessantes do ponto de vista teórico, mas que forneciam pouca (ou nenhuma) pista dos caminhos metodológicos percorridos. Minha sensação era (e continua sendo) de certa frustração: primeiro, por não saber como a autora ou o autor chegou às conclusões apresentadas e, segundo, por não saber de que maneira é possível trabalhar, na prática, com sua teoria.

Diante dessa identificação e encantamento com a obra do Thompson, a busca por aprofundar-me nela foi inevitável. Hoje em dia, essa obra serve de base não apenas para minhas pesquisas individuais, mas, também, para parte significativa daquelas desenvolvidas por minhas orientandas e orientandos de mestrado e doutorado. Por exemplo, a dissertação de Aguiar (2017) utiliza-a para analisar as maneiras por meio das quais um documento que serve de base para políticas de prevenção

às drogas pode reforçar relações de dominação. Já a de Martins (2018) emprega-a para examinar as possíveis conexões entre letras de uma banda de *hardcore* e as referidas relações. Por sua vez, a de Marcello (2017) toma-a como base para analisar o potencial ideológico dos discursos veiculados pela revista *Veja* sobre a prática do jiu-jitsu. Com isso, retoma uma discussão que tem sido deixada de lado no campo de estudos sobre Comunicação e Esporte: a de como a produção jornalística sobre o fenômeno esportivo pode – por meio, por exemplo, de uma retórica sensacionalista – reforçar assimetrias sociais.

Acredito que a adoção por parte de minhas orientadas e orientandos da obra do Thompson (1998; 2000) se deve, em parte, ao entusiasmo com que falo dela e, em parte, ao fato de se enquadrar adequadamente na proposta da linha de pesquisa à qual estou vinculado: “Mídia e Práticas Socioculturais”. Afinal, fornece, ao mesmo tempo, uma teoria original de mídia e outra de cultura. Teorias que estão umbilicalmente relacionadas à sua proposta de interpretação da ideologia. Afinal, por um lado, ao conceber um papel central à natureza e ao impacto da comunicação de massa¹ nas sociedades atuais, Thompson (2000, p. 287) chama a atenção para a ampliação do raio de alcance da ideologia – tornando sua análise ainda mais indispensável. Por outro, ao propor que essa análise deve (re)conectar os senti

¹ Vale salientar que o termo “massa” não é entendido por Thompson em termos estritamente quantitativos. Afinal, de acordo com ele, “[...] o ponto importante sobre comunicação de massa não é que um determinado número de pessoas receba os produtos, mas que os produtos estão, em princípio, disponíveis a uma pluralidade de receptores”.

dos das formas simbólicas às relações de dominação que caracterizam seus contextos sócio-históricos, conforme retomarei no tópico subsequente, insere-a na sua proposta mais ampla de análise da cultura, que enfatiza, simultaneamente, o caráter simbólico da vida social e o fato de que ela se desenvolve em espaços socialmente estruturados.

O conceito de ideologia

Nos botequins, na escola, nas páginas dos jornais, na igreja, no almoço dominical em família, nos debates na TV, enfim, no dia a dia, a palavra ideologia parece ser utilizada cada vez mais. Provavelmente, em função da polarização política que caracteriza e divide a sociedade brasileira, amplificada (ou, ao menos, trazida à tona) a partir do processo de *impeachment* da então presidenta da República Dilma Rousseff (2015-2016) e, depois, com ascensão da extrema direita ao poder, ratificada pela vitória de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018. A despeito de os significados atribuídos a essa palavra variarem, refletindo seu caráter polifônico, arriscaria a dizer que seus usos cotidianos tendem a lhe conferir uma conotação negativa. Com efeito, o ato de rotular uma forma simbólica de ideológica geralmente assume um tom acusatório. “Tal filme promove a ideologia de gênero”, vociferam os paladinos da moral e dos bons costumes. Ao contrário, promove a “ideologia capitalista”, rebatem os críticos do *status quo*. A ideologia é, assim, quase sempre coisa do outro.

O primeiro significado atribuído ao termo, todavia, difere bastante desse significado mais coloquial e atual. Até onde se

sabe, o filósofo iluminista francês Antoine Destutt de Tracy foi quem o empregou primeiramente, no fim do século XVIII, ele utilizou a palavra ideologia para nomear seu projeto de uma nova ciência, que estava interessada na análise sistemática da organização, combinação e consequências das ideias e sensações. Na sua perspectiva, não podemos conhecer a realidade em si mesma, mas apenas as ideias e sensações que formamos dela. Com efeito, a referida ciência seria fundamental para a constituição de uma base segura para o conhecimento científico. A ideologia seria, portanto, uma espécie de primeira ciência. Esse significado glorioso, contudo, foi modificado em 1812 por Napoleão Bonaparte, que desconfiava de Tracy e seus colegas por conta de suas ligações com o republicanismo, que constituíam uma ameaça a suas pretensões autocráticas. Por essa razão, de acordo com Thompson (2000), “[...] Napoleão ridicularizou as pretensões da ‘ideologia’: ela era, na sua visão, uma doutrina especulativa abstrata, que estava divorciada das realidades do poder”.

Esse uso feito por Napoleão Bonaparte da palavra ideologia é importante de ser destacado, pois estabelece, pela primeira vez, uma oposição que iria caracterizar a história do termo: aquela entre, de um lado, um sentido positivo ou neutro e a, de outro, de um sentido negativo ou crítico. Situando-se entre aqueles que adotam esse segundo sentido, Marx (2011) foi, muito provavelmente, a figura mais importante e influente da referida história, pois, com ele, o conceito de ideologia assumiu um novo *status* como instrumental crítico e como componente de um novo sistema teórico. Tal conceito, todavia, nem sempre foi

empregado de forma clara por Marx, ligando-se, em sua extensa obra, a vários pressupostos e adquirindo significados diversos. Ao debruçar-se sobre esses significados, Thompson (2000, p. 58, grifo do autor) identifica três concepções de ideologia: a po-
lêmica, a epifenomênica e a latente e destaca que:

[...] Marx não usa o termo 'ideologia' nos contextos em que essa concepção latente aparece. Ele fala, ao invés disso, em 'ilusões', ou em 'ideias fixas', ou 'espíritos', ou 'fantasmas' que andam no meio do povo e procuram e despertam suas superstições e seus preconceitos. Assim, podemos falar desta concepção de **ideologia** em Marx apenas sob a condição de reconhecer que estamos estendendo o termo 'ideologia' para se referir a um conjunto de fenômenos sociais que Marx descreveu sem nomeá-los, fenômenos que ele retratou de maneira perceptível e clara em suas análises concretas, mas que, ao nível da teoria, ele não colocou sob um rótulo conceitual claro.

Esta última foi a que mais o influenciou e que, segundo ele, pode ser formulada da seguinte maneira:

[...] ideologia é um sistema de representações que servem para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideias que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva de mudança social (Thompson, 2000, p. 58).

Infelizmente, não há espaço aqui para me aprofundar na análise dessa conceituação. Limitar-me-ei, assim, a indicar somente aquilo que me parece ser crucial para a presente discussão:

o fato de ela assumir dois critérios de negatividade – um epistemológico e outro político. Começo pelo epistemológico. Notemos que tal conceituação pressupõe a possibilidade de permanência dos símbolos e valores tradicionais, que podem impedir as mudanças sociais. Nesse sentido, as construções simbólicas teriam certa autonomia, não podendo ser lidas, portanto, como meros epifenômenos das condições econômicas – o que afasta Marx (2011) de uma interpretação mecanicista do funcionamento da ideologia. No entanto, ao chamar a atenção para o fato de que a ordem social pode ser mantida pela difusão de construções simbólicas que escondem as relações de classe ou que desviam a atenção da possibilidade de mudanças, Marx, conforme Thompson (1984; 2000), estabelece um elo necessário entre ideologia e dissimulação.

A ideia de que a ideologia dissimula as relações de dominação se articula com uma noção cara ao marxismo: a de falsa consciência. Tal noção tende a pressupor, de um lado, a existência de pessoas ou grupos sociais que conseguem acessar a realidade tal como (supostamente) é, ou seja, que são capazes de representá-la de forma inequivocamente correta; e, de outro, a de pessoas ou grupos sociais alienados, que simplesmente acreditam em ideias absurdas, descoladas da realidade social. Segundo Eagleton (1997), é difícil, contudo, saber quem nos dias de hoje realmente endossa essa tese, uma vez que traz problemas epistemológicos evidentes: como é possível, por exemplo, assegurar que uma representação de mundo corresponde efetivamente à realidade representada? Afinal, como destaca Ibáñez (2001), para

tanto, é preciso comparar e, para comparar, é preciso ter acesso a cada uma das representações com independência da outra. Na pergunta do autor: como é possível ter acesso à realidade com independência do conhecimento que se tem dela para, assim, poder compará-la com esse conhecimento? A referida tese também traz problemas de ordem política, uma vez que, se as pessoas são tão ignorantes assim a ponto de acreditarem em ideias totalmente estúpidas, então seria razoável nos perguntarmos se valeria mesmo a pena apoiarmos suas demandas e reivindicações.

A noção de falsa consciência, segue Eagleton (1997), pode adquirir, contudo, outros significados. Pode, por exemplo, referir-se a ideias baseadas em necessidades e desejos genuínos, mas que compartilham enunciados manifestamente falsos. Ou ainda, pode referir-se a ideias que são empiricamente verdadeiras, mas falsas em um sentido mais profundo. A título de exemplo: a sentença “a taxa de homicídios caiu Y% durante o governo X” pode ser verdadeira. No entanto, sua suposição subjacente – “o governo X foi eficiente na área de segurança pública” – pode soar falsa sob muitos aspectos. Afinal, a taxa de homicídios pode, por exemplo, ter caído em função de processos socioeconômicos mais amplos, que nada dizem respeito às ações de combate ao crime adotadas por tal governo. Por essa razão, para o referido autor, a questão que se coloca não é tanto se a noção de falsa consciência deve ou não ser abandonada, mas, sim, qual o seu papel em uma teoria de ideologia. A teoria de Thompson (2000) confere a essa noção um papel apenas secundário. Com isso, retira o peso epistemológico colocado sobre o conceito

de ideologia desde Napoleão Bonaparte. Afinal, conforme retomarei, sua conceituação é epistemologicamente neutra, ou seja, nada diz sobre como conhecemos a realidade social. Isso significa que, para ele, a dissimulação não é um aspecto intrínseco da ideologia, mas apenas uma possibilidade contingente.

Em relação ao aspecto político da concepção latente, notemos que ela estabelece que a ideologia serve para sustentar relações existentes de dominação de classe. A ideologia não seria, portanto, somente um conjunto de ideias que apresenta a realidade de forma invertida, mas que está a serviço da classe social dominante, ou seja, da burguesia. Assim como Marx (2011), Thompson (2000) conecta ideologia e dominação, mas com duas diferenças fundamentais: primeira, para ele, a dominação de classe é apenas um eixo da desigualdade e da exploração no mundo atual. Não é, portanto, nem a única nem a principal forma de subordinação, pois sua importância varia de contexto para contexto. Segunda, para ele, a ideologia não serve somente para obscurecer relações de dominação que seriam constituídas essencialmente em um nível pré-simbólico, mas estaria, continua e criativamente, implicada na constituição dessas relações.

Assim, afastando-se de Marx (2011) nesses aspectos, Thompson (2000) define ideologia como as maneiras por meio das quais os sentidos mobilizados pelas formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação – entendendo que podemos falar de dominação quando relações de poder forem sistematicamente assimétricas, ou seja, quando grupos particulares possuírem, de maneira permanente e em

grau significativo, mais chances do que outros grupos de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. Note-mos, portanto, que a proposta de Thompson (2000) evita a tendência de pensar a ideologia como uma característica ou atributo intrínseco de certas formas simbólicas ou sistemas simbólicos, tais como o conservadorismo, o comunismo, o liberalismo etc. Em sua proposta, nenhuma forma simbólica é ideológica em si mesma: se ela é ideológica, e o quanto o é, depende da maneira como é usada e entendida em contextos sociais específicos.

Por essa razão, de acordo com Thompson (2000, p. 18), seu conceito de ideologia pode levar-nos

[...] a olhar uma forma simbólica ou um sistema como ideológico num contexto e como radical, subversivo, contestador noutra. Pode levar-nos a ver o discurso sobre direitos humanos, por exemplo, como apoiando o *status quo* num contexto e como subversivo noutra.

Mais ainda, pode levar-nos a considerar uma forma simbólica como ideológica sob certos aspectos e como subversiva sob outros. Por exemplo, o discurso de um ativista pode colocar em xeque o modo de produção capitalista e, ao mesmo, empregar uma série de expressões e termos sexistas. Além do mais, como observa, não podemos perder de vista que a ideologia pode provocar sua própria contradição. Uma fala racista de um ministro de Estado pode, por exemplo, ser contestada, ridicularizada e satirizada por sua audiência e, assim, enfraquecer-se. Logo, invés de contribuir para a manutenção de relações de dominação étnico-raciais pode, em última instância, mobilizar a crítica ao racismo.

Quadro 1 - Modos de operação da ideologia

Modos gerais	Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandardização Simbolização da unidade
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização/ passivização
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro

Fonte: Thompson (2000, p. 81).

A conceituação proposta por Thompson (2000) também evita a tendência de pensar a ideologia como um “cimento social”, que garantiria a adesão das pessoas em torno de consensos e convergências, que contribuiriam para a manutenção da ordem social dominante. Afinal, de acordo com ele, há pouca evidência para fundamentar a ideia de que as crenças e valores difundidos pelos grupos dominantes sejam amplamente partilhados pelos membros dos grupos subalternos. Ideia que, em última instância, menospreza a relevância do dissenso, do desacordo, do ceticismo,

do cinismo, da contestação e do conflito nos dias de hoje. Na sua perspectiva, a ideologia pode operar, portanto, não apenas por meio da unificação, mas de diversos outros modos. A fim de esboçar um campo de análise, o autor identifica e distingue cinco modos gerais de operação da ideologia, que podem se sobrepor e se reforçar mutuamente e que estão tipicamente associados a certas estratégias de construção simbólica, como aponta o quadro 1². Ao fazer isso, oferece-nos instrumentos analíticos capazes de desconstruir as formas simbólicas, explicitando seus implícitos e problematizando suas consequências lógicas e sociais.

A hermenêutica de profundidade

Como o próprio nome indica, a HP fundamenta-se na tradição da hermenêutica, que é oriunda dos debates literários da Grécia Clássica e sofreu muitas transformações desde sua emergência há dois milênios. Entre as autoras e autores que desenvolveram essa tradição, Thompson (2000) destaca Wilhelm Dilthey, Martin Heidegger, Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur como suas principais influências. Afinal, de acordo com ele, esses pensadores recordam-nos que o estudo das formas simbólicas é, antes de tudo, um problema de interpretação, ou seja, que as formas simbólicas são construções significativas, que não podem ser devidamente compreendidas apenas por meio de análises estatísticas e objetivas, mas exigem uma interpretação.

² É importante ressaltar, todavia, que essas estratégias não estão necessariamente associadas a esses modos de operação nem são intrinsecamente ideológicas – isto dependerá, de acordo com Thompson (2000), da forma como forem usadas e entendidas em circunstâncias particulares.

Ademais, recordam-nos que os sujeitos da investigação são capazes de compreender, refletir e agir baseados nas interpretações feitas pelas(os) analistas sociais, ou seja, podem se apropriar dessas interpretações. E, no processo de apropriação, podem, inclusive, reformulá-las, gerando novas interpretações, que, por sua vez, podem ser apropriadas pelas(os) analistas sociais e assim por diante. Por fim, recordam-nos – principalmente Gadamer – que os sujeitos da investigação são parte do mundo social e estão inseridos em tradições históricas, ou seja, que não são apenas espectadores passivos da história, mas parte constitutiva dela.

Ricoeur, em especial, tinha preocupações similares às de Thompson e foi quem inicialmente desenvolveu a HP. Contudo, ainda que concorde com os objetivos gerais da obra de seu predecessor, Thompson (2000) desenvolve uma HP significativamente diferente. Afinal, na sua visão, Ricoeur dá pouca atenção às condições sócio-históricas em que as formas simbólicas estão inseridas e lhes confere demasiada autonomia semântica. Sendo assim, ao (re)formular a HP, buscou desenvolver uma metodologia de análise que contemplasse tanto as características estruturais das formas simbólicas quanto suas condições sócio-históricas e que, dessa forma, fosse coerente com sua concepção estrutural da cultura, que entende que a análise cultural pode ser elaborada como o estudo das formas simbólicas em relação aos contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas – resumidamente, é o estudo da construção significativa e da contextualização social das formas simbólicas (Thompson, 2000, p. 363).

Além de poder ser empregado nesse tipo de análise cultural, a HP pode ser utilizada para a análise da ideologia, desde que suas fases focalizem as interrelações entre significado e poder. Antes de apresentar essas fases, vale destacar que a HP assume uma estrutura um pouco distinta quando utilizada para a análise da comunicação de massa, uma vez que essa comunicação institui uma ruptura fundamental entre a produção e a recepção das formas simbólicas. Começo, entretanto, pela sua estrutura mais “convencional”, digamos assim.

Enfoque “convencional”³

De acordo com Thompson (2000, p. 365), o enfoque “convencional” é dividido em três etapas, “[...] que devem ser vistas não como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo”.

Análise sócio-histórica

A primeira etapa é a análise sócio-histórica, que busca (re) construir as condições sociais e históricas de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas. Essa (re)construção pode, evidentemente, ser realizada de várias formas, dependendo dos objetos e circunstâncias particulares da pesquisa. Especificamente quando empregada para a análise da ideologia, a análise sócio-histórica deve prestar atenção especial às relações de dominação que

³ Cabe observar que Thompson não utiliza esse termo – “enfoque convencional” – e que só o utilizo na falta de um melhor.

caracterizam as instituições sociais e os espaços de interação onde são produzidas e recebidas as formas simbólicas. Para realizar adequadamente o exame desses espaços, seguindo recomendação do próprio Thompson (2000), tenho adotado em minhas pesquisas o conceito de campo social, desenvolvido por Bourdieu (1983). Afinal, esse conceito permite-me evitar o que o sociólogo francês denominou de “erro do curto-circuito”, ou seja, o de relacionar diretamente as formas simbólicas de uma época – como uma obra de arte – com a sociedade ou com a economia de seu tempo, escamoteando, então, tudo o que elas devem aos seus espaços de produção e recepção específicos, bem como à história desses espaços.

De acordo com Bourdieu (1997, p. 57), um campo social é um microcosmo no macrocosmo social, um espaço social hierarquizado segundo uma lógica específica de interesses, onde “[...] há dominantes e dominados, há relações permanentes de desigualdade, que se exercem no seu interior”. Diante disso, a análise de um contexto sócio-histórico a partir de tal conceito deve, primeiramente, fazer uma construção prévia do esquema das relações dos agentes e instituições desses universos. Em seguida, deve examinar seus sistemas de posições (suas regras, convenções e interesses específicos), as relações objetivas entre essas posições (sua lógica), a articulação entre elas (sua estrutura) e o sistema de disposições subjetivas de seus agentes (seu *habitus*). Para realizar tal exame, é possível trabalhar com os mais diversos materiais e empregar variados procedimentos metodológicos, tais como questionários, entrevistas individuais, grupos focais, observação sistemática, coleta de documentos, registros audiovisuais e revisão de literatura.

Não há espaço aqui para apresentar, de forma detalhada, cada um desses procedimentos. Diante disso, debruço-me sobre aquele que eu e minhas orientandas e orientados utilizamos com mais frequência: a revisão de literatura⁴. Entre os locais onde temos realizado essa revisão⁵, destaco, primeiramente, o Google Acadêmico, que permite pesquisar trabalhos acadêmicos sobre os mais variados temas. Ainda que útil, essa ferramenta apresenta alguns problemas. Por exemplo, é incapaz de filtrar periódicos acadêmicos de pouca credibilidade. Outro problema é que, às vezes, os textos disponíveis não estão acessíveis na íntegra. Por esta razão, também costumamos recorrer à biblioteca eletrônica SciELO, que abrange uma vasta coleção de periódicos científicos brasileiros e de outros países da América Latina e Caribe. Outro local de busca por nós utilizado é o banco de teses da CAPES, uma vez que permite o acesso aos resumos de todas as teses e dissertações defendidas no país desde 1987. Com frequência, também optamos por selecionar os principais periódicos da área do estudo (que podem não estar disponíveis no SciELO) e fazer uma busca diretamente neles. O problema desse procedimento é que ele pressupõe um conhecimento prévio do escopo e da credibilidade desses periódicos e certa familiaridade com a área.

⁴ De acordo com Sérgio Vasconcelos de Luna (2006), há diversos tipos de revisão de literatura (teórica, empírica, histórica etc.), que variam de acordo com seus objetivos. A mais completa (e complexa) é aquela que objetiva determinar o “estado da arte”, ou seja, que busca conhecer o que já se sabe de determinada área, bem como suas principais lacunas e seus principais entraves teórico-metodológicos. No entanto, devido à experiência e ao fôlego requeridos, esse tipo de trabalho não é recomendado para iniciantes.

⁵ Onde utilizamos e cruzamos palavras-chave que variam de com os objetivos do estudo e com o modo de organização e a terminologia desses locais

A despeito de a internet facilitar (e muito!) a realização da revisão de literatura, vale salientar, aqui, a importância de realizá-la também em bibliotecas físicas de universidades de excelência. Afinal, essas bibliotecas possuem um amplo e qualificado acervo de livros – um tipo de produção ainda muito importante para a área de Ciências Humanas e Sociais e que não, necessariamente, pode ser encontrada no mundo virtual. Além disso, uma busca “despretensiosa” pelos seus corredores pode trazer resultados surpreendentemente positivos. Às vezes, são naquelas prateleiras que ninguém olha, porque não são onde estão os manuais ditos “obrigatórios” ou as últimas edições de algum periódico da moda, que descobrimos as obras mais interessantes. De qualquer modo, independentemente do local de busca, uma técnica que tem se mostrado muito útil é, segundo Cordeiro (2018), a da “bibliografia reticulada”, que consiste em identificar, na lista de referências das obras selecionadas, novas referências⁶.

⁶ Um problema que toda pesquisadora e pesquisador se coloca ao fazer uma revisão de literatura (e que me parece de difícil solução) é saber até onde retroceder no tempo quando a literatura é abundante. A fim de solucionar esse problema, convencionou-se, segundo Luna (2006), que o material dos últimos quatro ou cinco anos é suficiente para compor um adequado quadro de referência. Essa convenção pauta-se em duas suposições: primeira, de que os resultados mais antigos são incorporados pelos textos mais recentes, já que as produções científicas são regulares. Segunda, de que os que não foram representam “becos sem saída”. Ocorre que, nas Ciências Humanas e Sociais, às vezes, isso simplesmente não ocorre. Afinal, nessas ciências, não há um único modelo de ver e fazer ciência, capaz de fornecer problemas e soluções modelares para o campo científico. Não há um único paradigma, na expressão consagrada por Thomas Kuhn (1962/2003), mas uma multiplicidade de teorias, métodos, valores e práticas que, muitas vezes, são inconciliáveis. Por conseguinte, muitas pesquisadoras e pesquisadores dessas áreas simplesmente não reconhecem as realizações científicas de seus pares-concorrentes, que acabam sendo descartadas de antemão.

Análise formal ou discursiva

A segunda etapa é análise formal ou discursiva, que se interessa pela organização interna das formas simbólicas: suas características estruturais, seus padrões e suas relações. Como na análise sócio-histórica, existem várias maneiras de conduzir a análise formal ou discursiva, dependendo dos objetos e das circunstâncias particulares de investigação. Thompson (2000) cita algumas delas: a análise semiótica, a análise da conversação, a análise sintática, a análise da estrutura narrativa e a análise argumentativa. Nas minhas pesquisas, procuro desenvolver uma análise de discurso a partir de um enfoque construcionista – que, como a maioria dessas análises, preocupa-se com casos concretos de comunicação do dia a dia, tais como: um editorial jornalístico, uma conversa telefônica e uma interação numa sessão terapêutica.

Além de focalizar a linguagem em uso, a postura construcionista rejeita, nas palavras de Ibáñez (2005, p. 23), a ideia cartesiana de que a linguagem seja “[...] apenas um instrumento para manifestar nossas ideias, uma simples roupagem com a qual essas se apresentam ao exterior e se tornam visíveis para os demais”. A linguagem, na verdade, é concebida como condição do pensamento, ou seja, como produtora de ideias. Mas não só, também das demais realidades⁷. Afinal, se Austin (1998) já destacava

⁷ Neste ponto, cabe um esclarecimento: afirmar que a linguagem é condição necessária para a construção da realidade não significa defender a tese solipsista de que a natureza da realidade é linguística. Tomemos como exemplo a construção de um edifício. Para tanto, é necessário que sua construtora ou seu construtor possua determinado repertório matemático. Assim, podemos dizer que esse repertório é condição necessária para a construção do edifício. Mas o edifício ele mesmo não é um mero conjunto de cálculos matemáticos.

o caráter performativo de determinadas produções linguísticas, o construcionismo, de acordo com Potter (1998) e Iñiguez-Rueda (2002), vai estender esse caráter à linguagem em geral, entendendo que “dizer é, também e sempre, fazer”. Por conseguinte, podemos afirmar que, para o construcionismo, o objetivo da análise de discurso não é captar uma (suposta) realidade que se esconde por detrás da superfície textual, mas estudar como as práticas linguísticas mantem e promovem relações sociais – o que é coerente com a teoria de ideologia do Thompson.

Tomando como base essa perspectiva de linguagem e análise de discurso, é possível elaborar estratégias para o desenvolvimento desta etapa da HP. Mas antes de comentar algumas possibilidades, parece-me útil indicar algumas estratégias que, embora comumente empregadas no exame de dados textuais, são claramente insuficientes para serem qualificadas como análise de discurso, como argumentam Antaki *et al.* (2003). A primeira é a que se limita a resumir o material discursivo investigado. Neste caso, apenas perde-se informação (os detalhes e as sutilezas discursivas) sem acrescentar nada. A segunda é a que contrapõe as posições (política, moral, religiosa etc.) da(o) analista às do sujeito da pesquisa⁸. A terceira é a que compila citações retiradas do material analisado e as apresenta de forma apartada do seu contexto discursivo ou, pior ainda, como se fossem auto evidentes – como se não requeressem nenhum tipo

⁸ Aqui, vale salientar que, ao rejeitar essa contraposição, não argumento a favor do princípio de neutralidade da(o) analista, apenas sustento que manifestações de aprovação ou rechaço às posições do sujeito de pesquisa não se confundem com sua análise.

de comentário. A quarta é a que cria (falsas) generalizações, estendendo os discursos dos sujeitos da pesquisa a todas aquelas e a todos aqueles que ocupam a mesma posição social. A quinta é a que se limita a localizar determinados elementos (como um determinado tipo de tropo) no material discursivo investigado. A sexta e última é a que fornece explicações circulares, ou seja, que apresenta citações do sujeito da pesquisa como prova de seu estado psicológico (uma atitude, por exemplo) e, em seguida, passa a explicar seu discurso com base em tal estado.

Se, por um lado, Antaki *et al.* (2003) fornecem valiosas dicas sobre o que não fazer; por outro, Rojo (2005, p. 209) apresenta algumas ferramentas de análise muito úteis. De acordo com a autora, os(as) analistas de discurso podem examinar:

- a) a construção das representações dos atores sociais [...];
- b) a representação dos processos e, em particular, a quem se atribui a responsabilidade sobre eles e sobre quem são projetadas suas consequências [...];
- c) a recontextualização das práticas sociais em termos de outras práticas [...];
- d) a argumentação posta em jogo para persuadir a população da veracidade de uma determinada representação e para justificar ações e comportamentos [...];
- e) a projeção das atitudes dos falantes para com o enunciado, incluindo não somente seus pontos de vista, mas também se eles expressam sua posição de forma moderada ou intensa;

- f) a legitimação e deslegitimação das representações discursivas dos acontecimentos, dos atores sociais, das relações sociais e do próprio discurso.

Sendo que o interesse pela ideologia orienta a análise discursiva para a identificação das características estruturais dos discursos que podem facilitar a mobilização de sentidos potencialmente ideológicos, considero que, uma vez definida a ferramenta de análise a ser utilizada e examinadas as características do aspecto discursivo por ela visado (a representação⁹ de um processo particular, por exemplo), podemos procurar estabelecer essas características como instâncias de determinada estratégia de construção simbólica. Podemos, então, tentar mostrar como, sob determinadas circunstâncias, essa construção pode estar ligada a determinado modo de operação da ideologia, conforme indicado no QUADRO 1. Ao fazermos isso, no entanto, já estamos nos dirigindo para além dos objetivos da segunda fase da HP e entrando na sua terceira fase.

Antes de apresentar essa última fase, parece-me relevante oferecer um exemplo concreto de análise discursiva. A fim de examinar o debate público sobre o problema da violência no futebol, debruicei-me – em Lopes (2012) e Lopes (2019) – sobre os discursos enunciados por diferentes agentes (jornalistas, dirigentes esportivos, autoridades públicas, pesquisadoras(es) e torcedores organizados) acerca desse problema. Entre outras coisas, realizei entrevistas semiestruturadas, fiz observações

⁹ Dado que, segundo Iñiguez-Rueda (2005), o conceito de representação tende a se associar a uma epistemologia realista, não o adoto em minhas pesquisas. No entanto, optei por mantê-lo aqui para ser fiel à obra da autora.

em seminários de torcidas e selecionei documentos de domínio público¹⁰, como relatórios governamentais e artigos opinativos publicados em jornais de grande circulação. Embora não haja espaço aqui para detalhar cada um desses procedimentos de produção da informação¹¹, considero importante fazer quatro esclarecimentos sobre a construção do *corpus* de uma análise de discurso.

Primeiro, o *corpus* deve ser, conforme Bauer e Aarts (2002), o mais homogêneo possível. Isso não significa, contudo, que uma mesma pesquisa não possa examinar diferentes tipos de materiais, como foi o caso da minha, mas eles devem ser separados em *corpora* diferentes para posterior comparação. Ademais, devem abordar diretamente o objeto do estudo, possuindo um foco temático claro. Por exemplo, ao selecionar os artigos jornalísticos, excluí todos aqueles que não diziam respeito à questão da violência no futebol. Afinal, não era meu objetivo determinar a proporção de artigos sobre essa questão entre todos os publicados.

¹⁰ De acordo com Peter Spink (2002), esses documentos possuem grande potencial de circulação de sentidos e reestruturação dos espaços institucionalizados de interação e estão eticamente abertos por pertencerem ao espaço público.

¹¹ Uma vez que não há uma anterioridade do pensamento em relação ao discurso e que este é sempre moldado pelo contexto de sua enunciação, em um tempo e um espaço determinados, considero a expressão “coleta de dados” inadequada para quem trabalha com análise de discurso. Afinal, ela supõe que a pesquisadora e o pesquisador apenas captam uma realidade *a priori*, como se, conduzindo adequadamente uma entrevista, por exemplo, pudéssemos fazer com que a entrevistada ou o entrevistado digam o que “realmente pensam”.

Segundo o tamanho do *corpus* vai depender antes de mais nada, da natureza do tópico da pesquisa e do tempo e dos recursos disponíveis. De qualquer modo, um critério habitualmente utilizado para sabermos se já temos um número suficiente de materiais discursivos (entrevistas, por exemplo) para conhecermos os pontos de vista de um grupo social sobre determinado fenômeno é o de “saturação de sentido”. Quando temas e argumentos começam a se repetir e novas surpresas desaparecem, então, é sinal de que já temos um número suficiente desses materiais. Afinal, conforme Gaskell (2002, p. 71), “embora as experiências possam parecer únicas aos indivíduos, as representações de tais experiências não surgem das mentes individuais; em alguma medida são o resultado de processos sociais”.

Terceiro, os(as) participantes da pesquisa precisam ser representativos(as) da população considerada. Isso não significa, todavia, que tenham de ser estatisticamente representativas(os) dessa população, ou seja, que tenham de estar próximas(os) da sua média de idade, escolaridade, *status* socioeconômico etc. Mas que, segundo Iñiguez-Rueda (2005), devem estar atuando como se estivessem no “papel” de representantes daquele grupo. Por exemplo, quando selecionei as entrevistadas e os entrevistados para minha pesquisa, não considerei suas características individuais e gostos pessoais relevantes; e, sim, o fato de serem membros de um dado grupo (uma torcida organizada, por exemplo).

Uma vez feitos esses três esclarecimentos relativos à construção do *corpus*, apresento, de forma sintetizada, a forma como fiz a análise propriamente dita dos discursos sobre

violência no futebol. Minha primeira preocupação foi preparar os materiais. As entrevistas foram transcritas na íntegra e de forma bastante detalhada, de tal modo que pudesse identificar não apenas as falas, mas, também, as interações sutis, como as pausas. Já os materiais documentais foram catalogados e colocados em um formato manipulável. Mais especificamente, foram salvos no processador de textos *Microsoft Word* e armazenados em pastas divididas de acordo com o tipo de documento. Feito isto, li e reli todos os materiais até que me familiarizasse com eles. Em seguida, defini as ferramentas de análise a serem utilizadas em cada um dos *corpora*. É importante observar, aqui, que, independentemente da ferramenta escolhida, é importante que seja utilizada em todo o *corpus*. Também é importante sublinhar que, ao longo da pesquisa, o entendimento do que deve ser codificado pode, de acordo com Gill (2002), mudar à medida que nos aprofundamos no material e nossa análise vai se sofisticando.

Como não há espaço para apresentar, de forma detalhada, a análise de cada um dos *corpora*, aprofundar-me-ei apenas no *corpus* composto pelos artigos publicados na grande imprensa. Seguindo as análises de Dijk (2003), busquei, primeiramente, deduzir, de cada artigo, uma macroproposição que sintetizasse o argumento principal (macroproposição central) e outras que sintetizassem as estratégias argumentativas que o fundamentam. A partir dessas macroproposições, obtive uma visão dos significados globais (temas) dos textos. Feito isto, aprofundei-me na forma como construíram discursivamente os diagnósticos da violência no futebol, os agentes sociais (supostamente) envolvidos

na produção dessa violência e as propostas e medidas adotadas para solucioná-la. Novamente, não há espaço para examinar todas essas construções. Debruço-me, então, sobre a construção discursiva de um agente específico: as torcidas organizadas.

Para analisar como essas torcidas foram discursivamente construídas, adotei a obra da Rojo (2005) como referência principal e a primeira das ferramentas supramencionadas, buscando identificar as formas de designação, os atributos e as ações atribuídos a seus membros. Para me auxiliar nessa tarefa, fiz quadros de sistematização, usando o recurso “inserir tabela” do *Microsoft Word*. Nesses quadros, as colunas indicavam as categorias de análise e as linhas organizavam os conteúdos referentes a essas categorias. Ao fazer isso, percebi que, com frequência, os torcedores organizados são chamados de “vírus”, “excrescências” e “cânceres”, sendo associados a ações como “proliferar”, “atacar” e “destruir”. Busquei, então, mostrar que esses termos contribuem para desumanizá-los e construí-los, metaforicamente, como uma patologia. Em seguida, argumentei que essa construção metafórica pressupõe uma interpretação da referida violência em termos biológicos, revestindo-a com a imagem da doença. Imagem que, combinada com um discurso que estabelece uma polarização simbólica, nitidamente maniqueísta, entre um “nós-civilizados” e um “eles-bárbaros”, ajuda a projetar as torcidas em questão como inimigas da sociedade, diante da qual outros agentes e instituições (Poder Judiciário, polícia, dirigentes esportivos etc.) devem se unir a fim de combatê-las e eliminá-las.

Interpretação/reinterpretação

A terceira etapa é a interpretação/reinterpretação, que é facilitada pelas fases anteriores, mas que não se confunde com elas. Afinal, não opera por meio da análise, ou seja, quebrando, dividindo, fragmentando, desconstruindo. Mas, sim, pela interpretação, que constitui um movimento novo. Um movimento que procede por síntese, isto é, pela construção criativa de novos significados possíveis. Com efeito, quando aplicada à interpretação da ideologia, esta fase procura juntar os resultados das duas etapas anteriores, para, então, mostrar como os sentidos das formas simbólicas se entrecruzam com formas de dominação em um contexto concreto. Nas palavras de Thompson (2000, p. 380), assume uma dupla tarefa: “[...] a explicação criativa do significado, e a demonstração sintética de como esse significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”.

Como ocorre com qualquer interpretação, a da ideologia será, simultaneamente, um processo de reinterpretação. Afinal, toda forma simbólica faz parte de um “campo pré-interpretado”, ou seja, já é uma interpretação de algo e, de algum modo, compreendida pelas pessoas que fazem parte do mundo sócio-histórico. Recordemo-nos, aqui, daquele que, seguramente, é um dos exemplos mais citados pela literatura antropológica: o da piscadela. Conforme Geertz (2019), esta não se reduz a uma mera contração da pálpebra, mas constitui uma ação carregada de significados (um sinal conspiratório, por exemplo). Assim, quando nos debruçamos sobre essa ação para examiná-la, estamos, necessariamente, (re)significando-a.

A interpretação da ideologia também será arriscada e cheia de conflitos. Arriscada porque o significado de uma forma simbólica não é dado de antemão e cheia de conflitos porque, nas palavras de Thompson (2000, p. 380), “[...] oferecer uma interpretação é projetar um significado possível, um dentre muitos significados possíveis que podem divergir, ou conflitar com outro”. No entanto, o fato de ela ser arriscada e cheia de conflitos não significa que não poderá ser defendida e sustentada. De acordo com o autor (p. 411, grifo do autor), “[...] não supomos necessariamente que nossa interpretação seja apenas uma interpretação possível ou razoável, mas supomos que ela é correta, isto é, que ela **pode** ser provada, se formos chamados a fazê-lo”. Assim, a fim de provar¹² o processo interpretativo desenvolvido nesta última etapa da HP, é fundamental buscar, ao longo de todo processo interpretativo, explicitar detalhadamente os passos dados, de modo a propiciar o diálogo com a leitora e o leitor.

Para dar um exemplo concreto de (re)interpretação da ideologia, recorro, novamente, à pesquisa mencionada no tópico anterior. Após mostrar que as torcidas organizadas são, com frequência, construídas por meio da metáfora da doença, argumentei que a patologização de seus membros implica sua expulsão do campo racional. Expulsão que faz crer que sua supressão dos processos decisórios e dos arranjos institucionais do campo de produção do futebol profissional é justa e digna de apoio. Afinal, se são irracionais, não têm nada de significativo para dizer e propor. Sustentei, assim, que a condição de dominadas das

¹² Entendendo que provar significa apresentar fundamentações, evidências, elucidações, tratando o outro como uma pessoa capaz de ser convencida.

torcidas organizadas no referido campo pode ser mantida, neste caso, pelo fato de ser representada como legítima. Também argumentei que, tendo em mente que essas torcidas dirigem forças contra o processo atual de aburguesamento do futebol, o uso da metáfora da doença pode reforçar a dominação de classe dentro de tal campo, uma vez que nos convoca a expurgar um grupo social que constitui um desafio real a esse processo. Afinal, projeta-o como mau, perigoso e ameaçador. Diante disso, concluí que, dado que tende a reproduzir diferentes planos de dominação, o discurso dominante sobre as torcidas organizadas pode ser caracterizado como potencialmente ideológico.

Enfoque tríplice

Conforme já antecipei, a estrutura “convencional” da HP foi modificada por Thompson (2000) para atender às particularidades do processo de produção, transmissão e recepção da comunicação de massa. Entre essas particularidades, o autor sublinha a ruptura entre a produção e a recepção das formas simbólicas. Afinal, nesse tipo de comunicação, as formas simbólicas são produzidas para um público que, em geral, não está presente no local em que são produzidas e difundidas. Thompson também ressalta que a comunicação de massa tende a implicar um fluxo de mensagem de mão única, em que a capacidade do receptor de intervir no fluxo comunicativo é bastante limitada. Diante disso, propõe que a análise das formas simbólicas mediadas por tal comunicação seja feita a partir de um enfoque tríplice.

O primeiro campo de análise do enfoque tríplice é o da produção e transmissão das formas simbólicas. Este procura elucidar as características das instituições dentro das quais e por meio das quais essas formas foram produzidas e transmitidas, as tecnologias e técnicas empregadas nessa produção e transmissão, os padrões de posse e controle estabelecidos dentro das referidas instituições, o recrutamento das pessoas que nelas trabalham e suas atividades rotineiras. Tal campo também pode desenvolver uma investigação mais interpretativa, que procure examinar a percepção das referidas pessoas daquilo que estão fazendo. O segundo campo de análise é o da construção das formas simbólicas, que busca examinar a organização interna dessas formas e dá prioridade a já discutida análise formal ou discursiva. O terceiro campo de análise é o da recepção e apropriação das formas simbólicas, que busca elucidar as circunstâncias em que pessoas particulares recebem as mensagens por elas veiculadas (em que contextos, na companhia de quem, com que grau de atenção etc.), assim como as condições sociais em que ocorre essa recepção (classe, gênero, idade etc. das referidas pessoas). Do mesmo modo como no primeiro campo de análise, este último campo pode realizar uma investigação mais interpretativa, que, no caso, procure saber como as pessoas entendem as mensagens da mídia e as incorporam em seu cotidiano. Quando aplicado ao exame da ideologia, o enfoque tríplice deve procurar explicar as conexões entre mensagens particulares e relações de dominação.

Uma vez que minhas pesquisas, bem como as de minhas orientandas e orientandos, sempre adotam o enfoque tradicional

da HP, por razões que serão expostas no tópico subsequente, ilustro o enfoque tríplice com um exemplo fornecido pelo próprio Thompson (2000), retirado da obra de Radway (1984). A fim de interpretar o caráter ideológico de romances de ficção, a autora analisou o contexto institucional em que esse tipo de romance surgiu. Tendo esse contexto como pano de fundo, examinou a experiência de leitoras assíduas desses romances. Para selecionar essas leitoras, recorreu a uma intermediária, que trabalhava em uma livraria e tinha grande notoriedade no comércio de romances. Uma vez selecionadas as leitoras, Radway pediu que preenchessem um questionário sobre suas práticas e atitudes a respeito dos romances, além de realizar entrevistas em profundidade. Com os dados obtidos, distinguiu aquelas novelas que eram julgadas pelas próprias leitoras como bem-sucedidas e aquelas que achavam um fracasso. Feito isto, examinou a estrutura dessas duas categorias de romances. A partir dessa análise, constatou que os romances bem-sucedidos tinham uma narrativa comum, que criava uma história de tensão, baseada num mal-entendido inicial, entre a heroína e o herói. Mal-entendido que posteriormente era desfeito, permitindo a reconciliação entre essas duas personagens. Também constatou que, por razões diversas, os romances malsucedidos fracassavam em construir essa reconciliação.

De acordo com Thompson (2000), a partir dessas constatações, Radway (1984) conclui que a atividade de leitura de romances contribui, ao mesmo tempo, para reproduzir relações que são estruturadas de forma assimétrica e experimentadas como insatisfatórias pelas leitoras estudadas e para que elas

tomem certa distância dessas relações. Para compreendermos o argumento da autora, Thompson (2000) destaca que é preciso “[...] distinguir entre o **significado de mensagens comunicativas como recebidas e interpretadas**, de um lado, e o **significado da atividade de recepção**, de outro” (p. 400, grifos do autor). No caso das referidas leitoras, a atividade de ler romances permite que criem um espaço e um tempo para elas próprias, possibilitando que se livrem, ainda que temporariamente, das exigências da vida doméstica. Todavia, ao fornecer um conjunto de instruções sobre como ler os homens, fazendo crer que suas dúvidas e temores sobre o seus comportamentos estão baseados num mal-entendido, e ao possibilitar que se imaginem como o ponto central de carinho e atenção de um homem, a leitura dos romances serve para encorajá-las a “[...] satisfazerem vicariamente a suas necessidades, possibilitando-as, assim, a continuar sua existência cotidiana sem mudar, de maneira essencial, as relações que as caracterizam” (p. 401).

Alcances e limites do referencial-teórico metodológico do Thompson

Como espero que tenha ficado claro no tópico anterior, a HP busca cobrir a atividade comunicacional de forma mais completa, abordando o processo de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas. Com isso, busca evitar duas falácias metodológicas: primeira, a do “reducionismo”, que supõe que as formas simbólicas possam ser analisadas em função do exame exaustivo de suas condições de produção e recepção, como se sua estrutura e

conteúdo não tivessem nada de significativo a dizer. Segunda, a do “internalismo”, que, inversamente, supõe que possamos identificar as características e consequências dessas formas exclusivamente a partir de sua estrutura e conteúdo, sem fazer referência ao seu contexto sócio-histórico e ao processo cotidiano dentro do qual são produzidas e recebidas. De acordo com Thompson (2000), esta última falácia está diretamente ligada ao “mito do receptor passivo”, que faz crer que os receptores são uma espécie de esponja do social, que absorvem indiscriminadamente as mensagens da mídia.

Esse mito parece pressupor uma perspectiva estruturalista de ser humano. De acordo com Ibáñez (2015), o estruturalismo surge como uma reação à fenomenologia¹³, sustentando, grosso modo, que a consciência é opaca para si mesma. Afinal, seria o produto de sistemas simbólicos que a precedem. No entanto, como nos recorda Thompson (1998), esses sistemas não conseguem determinar cada movimento nosso, mas, como num jogo de xadrez, definem somente aqueles que nos estão abertos e aqueles que nos estão fechados. Para ele, nosso *self* não é, portanto, um mero produto de um sistema simbólico externo, mas um projeto simbólico que construímos ativamente. Nas suas palavras: “é um projeto que o indivíduo constrói com os materiais simbólicos que lhe são disponíveis, materiais com que ele vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade” (p. 183). Sendo assim, a adoção da sua proposta teórico-metodológica, além superar as

¹³ Corrente filosófica que, segundo Ibáñez (2015), entende que o mundo pode ser transparente para a consciência, desde que ela se liberte de tudo aquilo que a restrinja e a distorça. Diante disso, a obtenção de um conhecimento seguro passaria pelo seu exame rigoroso.

duas falácias supramencionadas, permite evitar a ideia de que o processo de recepção seja incondicionado – como se pudéssemos ressignificar as mensagens da mídia ao nosso bel prazer – e, ao mesmo tempo, trabalhar com a ideia de receptor ativo e potencialmente crítico, no qual, de acordo com o autor (p. 37), “[...] as pessoas estão envolvidas num contínuo esforço para entender, um esforço que procura dar sentido às mensagens que recebem, responder a elas e partilhá-las com os outros”.

A execução da HP, todavia, requer tempo, dada a sua extensão. Assim, parece-me inviável realizar, em uma única pesquisa (de mestrado ou, até mesmo, de doutorado), uma análise mais aprofundada de todas as suas três etapas. Uma solução para o problema seria focalizar apenas uma. Não à toa, muitos dos estudos baseados em Thompson (incluindo os meus, como já observei) discutem, em detalhe, como que determinada forma simbólica é discursivamente construída e (re)constróem seus processos de produção, transmissão e recepção a partir das informações encontradas na literatura disponível¹⁴. A despeito de viável, essa solução não deixa de ser problemática, se tivermos em mente que sua proposta de estudo da ideologia sublinha, como acabamos de ver, o caráter ativo do receptor, preocupando-se, principalmente, com os usos sociais que ele faz das formas simbólicas. Outra solução seria desenvolvê-la em um programa de pesquisa, que envolvesse vários projetos articulados, desenvolvidos por membros de um mesmo grupo

¹⁴ Neste caso, o uso do enfoque tradicional parece-me mais adequado até mesmo para pesquisas que têm como objeto a comunicação de massa, pois é mais facilmente manejável.

de pesquisa. Essa solução, entretanto, possui a desvantagem de retirar a liberdade das(os) estudantes de pós-graduação de elegerem seus objetos de investigação, o que pode ser bastante desestimulante para eles(as). Em suma, paradoxalmente, o amplo alcance da HP parece ser justamente sua maior limitação.

Também não podemos nos esquecer que o livro “Ideologia e Cultura Moderna” foi publicado pela primeira vez em 1990, em um período em que apenas se vislumbrava a revolução digital, que viria a se consolidar logo em seguida, com a rápida evolução da internet e com o advento de novas formas de comunicação móveis e em rede. Por conseguinte, a HP não foi desenhada para a análise da interação mediada *online*, que difere, sob certos aspectos, das outras formas de interação mediada, bem como da interação face-a-face. Em artigo recente, no entanto, Thompson (2018) debruça-se sobre essa nova forma interação e examina, em detalhe, suas características principais¹⁵. Ao fazer isso, oferece-nos elementos para que possamos fazer possíveis ajustes na HP visando à análise das relações entre sentido e poder em ambientes *online*.

Outro limite do referencial teórico-metodológico do Thompson – em particular, do seu conceito de ideologia – é que ele, como reconhece o próprio autor, não consegue (e nem se propõe a) dar conta das diferentes maneiras por meio das quais as relações de dominação são sustentadas nas sociedades atuais. Não há dúvida de que elas podem ser mantidas por vários outros fatores além da mobilização do sentido. Em muitas circunstâncias,

¹⁵ De acordo com o autor, a interação mediada *online* estende-se no espaço e no tempo, possui uma gama de pistas simbólicas limitada, é dialógica e é produzida por muitas pessoas para muitas pessoas.

a insurreição, o protesto e a revolta são contidos por conta da força bruta exercida pelos Aparelhos Repressivos de Estado, que, com frequência, massacram as forças insurgentes – inclusive, em sociedades ditas democráticas, como a brasileira. Em outras circunstâncias, relações de dominação reproduzem-se pela apatia, pela indiferença e, até, pela exaustão da classe trabalhadora. Ou, ainda, pelo fato de já terem sido incorporadas com tamanha intensidade que simplesmente adquiriram um caráter de hábito ou de rotina inquestionável. Isso sem falar na vontade da própria pessoa em situação de subalternidade de, voluntariamente, servir às forças dominantes, como já nos alertava o então jovem filósofo La Boétie (2017). Na sua desconcertante reflexão, submetemo-nos a um grupo mais poderoso – mantendo, portanto, a estrutura de poder da sociedade –, porque, ao fazermos isso, esperamos submeter aquelas e aqueles que estão abaixo de nós ao nosso próprio poder. Em suma, optamos por, voluntariamente, abrimos mão de nossa própria liberdade para podermos exercer um poder tirânico, por menor que seja.

Considerações finais

Ciente de que todo o conhecimento é, em certo sentido, cumulativo, uma vez que todo estudo se constrói sobre outro estudo, como diria Geertz (2019, p. 18), “[...] não no sentido de que retomam onde outros deixaram, mas no sentido que, melhor informados e melhor conceptualizados, eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas”, gostaria de destacar, nestas linhas finais, algumas possibilidades de avanço, mostrando como o referencial

teórico-metodológico do Thompson pode ser ajustado, modificado e complementado para atender as necessidades de diferentes contextos de pesquisa. Acredito que ele pode (e deve) ser combinado com propostas de análise que têm examinado não apenas a linguagem oral e escrita, como tem sido feito normalmente, mas, também, a imagética. Afinal, além de amplamente difundidas nas sociedades contemporâneas, as imagens possuem um potencial ideológico muito forte, devido à sua capacidade de naturalizar pontos de vista. Isso se deve pois, em geral, não são vistas como uma construção, mas como a cópia fiel de uma realidade. Todavia, até onde tenho conhecimento, são pouquíssimos os estudos que, como o de Spink (2005), se aventuram a combinar a teoria do Thompson com outras teorizações para compreender o potencial ideológico de imagens.

Parece, também, existir uma lacuna de estudos que se propõem a discutir, de modo mais aprofundado, o uso ideológico de estatísticas na construção de problemas sociais. Da mesma forma como as imagens, os números possuem um apelo retórico muito forte. Afinal, parece haver certa tendência das pessoas de percebê-los como se tivessem existência própria, como se fossem anteriores à própria atividade de pesquisa. Em outras palavras, como se fossem coisas que estão aí no “mundo objetivo”, como conchinhas que coletamos na praia. Essa percepção, contudo, distorce o que realmente são: o produto de uma ação humana. Uma ação que, conforme Best (2003), envolve duas escolhas: a da amostra (o que contar) e a do método (como contar). O fato de os números serem o produto de uma ação humana não significa, evidentemente, que não sirvam para nada. Ao contrário, podem, por exemplo, ser extremamente úteis para

a construção de diagnósticos acurados, capazes de servir de apoio para a elaboração de políticas públicas eficazes. Ocorre que, quando reificados, apagam as controvérsias presentes no seu processo de produção, estabelecendo uma relação de dominação entre a(o) analista e sua audiência. Em última instância, esta última é tratada como um grupo que deve ser submetido; não, convencido. Ademais, descontextualizados, os números podem servir para, entre outras coisas, expurgar determinado grupo social e legitimar a ampliação do controle social sobre ele – como ocorre, por exemplo, quando o Estado implementa a “lei seca” ou impõe “toque de recolher” em determinada região sob o argumento de que lá há um alto índice de criminalidade.

Mas se os estudos baseados em Thompson não têm dado a devida atenção à questão da imagem e dos números; têm, por outro lado, revigorado sua teoria de ideologia combinando-a com outros referenciais. Andrade (2004), por exemplo, articulou-a com a sociologia de Erwin Goffman, tratando a estigmatização como uma estratégia de construção simbólica da fragmentação. Já Guareschi (1999; 2003), dialogando com Adorno e Barthes, propôs a banalização como um modo de operação da ideologia. A defesa desse tipo de diálogo não deve ser confundida aqui com a defesa de um ecletismo teórico, de um “vale-tudo” conceitual. Afinal, a incorporação de outras teorias no referencial teórico-metodológico do Thompson só deve ser feita se for coerente com seus pressupostos. Na verdade, trata-se de advogar a combinação de perspectivas, métodos e procedimentos potencialmente relevantes para um estudo (crítico) da ideologia, capaz de contribuir não

apenas para a compreensão dos fenômenos ideológicos, mas para o seu enfrentamento. Afinal, como espero ter deixado claro neste capítulo, o referido estudo não objetiva unicamente fazer avançar o conhecimento. Parafraseando Ibáñez (2000), ele deve ser (e, muitas vezes, é na prática) munção para dissidentes, ou seja, para todas aquelas e todos aqueles que insistem em lutar por formas de vida menos opressoras. Talvez, por isso mesmo, sempre que abro um livro do Thompson, por mais amarelado que esteja, não sinto odor de mofo, mas de pólvora.

Referências

AGUIAR, Rachel A. **Ideologia, políticas públicas e drogas:** análise e interpretação do caderno do projeto fortalecendo nós. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uniso.br/entities/publication/35523c40-292d-49e9-bd0e-a00946b86985>. Acesso em: 23 maio 2023.

ANDRADE, Leandro F. **Prostituição infanto-juvenil na mídia:** estigmatização e ideologia. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004.

ANTAKI, Charles *et al.* El Análisis del discurso implica analizar: crítica de seis atajos analíticos. **Athenea Digital**, Barcelona, n. 3, 2003, p. 14-35. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/n3-antaki-billig-potter>. Acesso em: 15 mar. 2023.

AUSTIN, John. **Cómo hacer cosas con palabras.** Barcelona: Paidós, 1998.

BAUER, Martin; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta e dados qualitativos. *In:* BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 39-65.

BEST, Joel. Audiences evaluate statistics. *In*: BEST, Joel; LOSEKE, Donileen. R. (ed.) **Social problems: constructionist readings**. New York: Walter de Gruyter, 2003. p. 43-50.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre; EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. *In*: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contracampo, 2013. p. 265-278.

CATANI, Afrânio M. Pierre Bourdieu e a formulação de uma teoria social que procura revelar os fundamentos ocultos da dominação. *In*: BRUHMS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (orgs.). **Representações do lúdico: II Ciclos de Debates Lazer e Motricidade**. Campinas: Autores Associados, 2001.

CORDEIRO, Mariana Prioli. A psicologia no SUAS: uma revisão de literatura. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70. n. 3, p. 166-183, set./dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300012. Acesso em: 15 mar. 2023.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo no marxismo ocidental. *In*: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contracampo, 2013. p. 179-226.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora UNESP; Boitempo, 1997.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-270.

GUARESCHI, Pedrinho *et al.* **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho. De como rir de nós mesmos – análise da política no programa “Casseta e Planeta”. *In*: SILVEIRA, Andréia *et al.* (org.) **Cidadania e participação social**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1999. p. 197-232.

IBÁÑEZ, Tomás. **¿Por qué A?** Fragmentos dispersos para un anarquismo sin dogmas. Barcelona: Anthropos Editorial, 2006.

IBÁÑEZ, Tomás. **Anarquismo é movimento: anarquismo, neoanarquismo e pós-anarquismo**. São Paulo: Intermezzo; Imaginário, 2015.

IBÁÑEZ, Tomás. **Municiones para disidentes: realidad-verdad-política**. Barcelona: Gedisa, 2001.

IBÁÑEZ, Tomás. O “giro linguístico”. *In*: IÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio (coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 19-49.

IÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio. A análise do discurso nas ciências sociais: fundamentos, conceitos e modelos. *In*: IÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio (coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 105-160.

IÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio. Análise do discurso. *In*: MARTINS, João Batista; HAMMOUTI, Nour-Din El; IÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio (orgs.) **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. Curitiba: Fundação Araucária, 2002. p. 157-167.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LA BOÉTIE. **Étienne de discurso sobre a servidão voluntária**. São Paulo: Edipro, 2017.

LOPES, Felipe Tavares Paes. Ideologia e cultura na obra de John B. Thompson. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, PR, n. 158, p. 18-28, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/23317>. Acesso em: 15 mar. 2023.

LOPES, Felipe Tavares Paes. **Discursos sobre violência no futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-13072012-103725/pt-br.php>. Acesso em: 23 maio 2023.

LOPES, Felipe Tavares Paes. **Violência no futebol: ideologia na construção de um problema social**. Curitiba: CRV, 2019.

LOPES, Felipe Tavares Paes; VASCONCELLOS, Esdras G. Os alicerces metateóricos da teoria social de John B. Thompson. **Psico**, Rio Grande do Sul, v. 41, n. 1, p. 67-75, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/4391>. Acesso em: 13 mar. 2023.

LUNA, Sérgio de Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1996.

MARCELLO, Murilo A. G. **Jiu-jitsu na mídia: análise do potencial ideológico dos discursos veiculados na revista Veja**. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2017. Disponível em: <https://uniso.br/mestrado-doutorado/comunicacao-e-cultura/dissertacoes/2017/murilo-guimaraes.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MARTINS, Samanta S. **Comunicação, cultura e música: análise do potencial ideológico de canções de Hardcore**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2018. Disponível em: <https://uniso.br/mestrado-doutorado/comunicacao-e-cultura/dissertacoes/2018/samanta-soares-martins.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

POTTER, Jonathan. **La representación de la realidad**: discurso, retórica y construcción social. Barcelona: Paidós, 1998.

RADWAY, Janice. *Reading the romance*. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 1984.

ROJO, Luiza Martin. A fronteira interior – análise crítica do discurso um exemplo sobre “racismo”. *In*: IÑIGUEZ, Lupicínio (coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 206-257.

SPINK, Mary Jane. O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística. *In*: SPINK, Mary Jane; SPINK, Peter (orgs.). **Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade**: uma semana de notícias nos jornais. São Paulo: Cortez, 2005. p. 17-41.

SPINK, Peter. A análise de documentos de domínio público. *In*: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2002. p. 63-92.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 4. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2000.

THOMPSON, John B. A interação mediada na era digital. **Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 17-44, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/153199>. Acesso em: 15 mar. 2023.

THOMPSON, John B. **Critical hermeneutics**: a study in the thought of Paul Ricoeur and Jürgen Habermas. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

THOMPSON, John B. **Studies in the theory of ideology**. Cambridge: Polity Press, 1984.

VAN DIJK, Teun A. La multidisciplinariedad del análisis crítico del discurso: un alegato a favor de la diversidad. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Meyer. (comps.). **Métodos del análisis crítico del discurso**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003. p. 143-178.

A caminho de La Paz:

A leitura fílmica na perspectiva da análise da narrativa

Míriam Cristina Carlos Silva

Tarcyanie Cajueiro Santos

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma leitura sobre o filme *Camino a La Paz* (2015), de Francisco Varone, por meio de uma análise da narrativa, com ênfase na construção do personagem protagonista. A narrativa, neste trabalho, é compreendida como forma de mediação da experiência, que oferece a possibilidade de representar, interpretar, criticar e reconstruir os fenômenos concretos. O filme, como narrativa mediática, é considerado um processo, mais do que um produto, em uma perspectiva comunicacional que intenta oferecer o encontro com a alteridade, por meio de um experienciar de sentidos e afetos.

Caminhos que nos trouxeram até aqui

Míriam Cristina Carlos Silva iniciou o seu percurso como pesquisadora conduzida pelas noções de tradução, dialogismo e carnavalização, o que a levou para pesquisas sobre a obra de Oswald de Andrade e sua noção de antropofagia como forma de compreensão dos processos mediáticos. Interessada nas relações entre comunicação, cultura e arte, encontrou nas narrativas mediáticas o fenômeno para observar processos de comunicação, com ênfase nas estratégias para narrar. Com esse

escopo, já orientou 31 pesquisas desde 2008; escreveu 4 livros; e publicou 70 artigos, entre periódicos científicos, capítulos de livros e anais de congressos da área. Com o grupo de pesquisa em Narrativas Midiáticas (NAMI), vem estudando as narrativas tanto por seu viés epistemológico quanto metodológico, com 4 publicações em livros.

Tarcyanie Cajueiro Santos iniciou seu percurso preocupando-se com a comunicação e as subjetividades relacionadas ao contexto sociocultural e o impacto que as mídias têm nesse processo. As narrativas midiáticas aparecem como fenômeno sobre o qual é possível refletir sobre representações, consumo, identidades, gênero e produções de sentido, nas relações das práticas socioculturais e das mídias, que são temas recorrentes utilizados pela pesquisadora para observar como subjetividades são produzidas. A partir dessa perspectiva, orientou 14 pesquisas desde 2011; escreveu 1 livro; e publicou 66 artigos, entre periódicos científicos, capítulos de livros e verbetes de dicionário. Participa do grupo de pesquisa em Narrativas Midiáticas (NAMI), desde 2012, e Mídia, Esporte e Lazer (GPMEL), desde 2018.

As pesquisas das autoras têm em comum o interesse pelas narrativas como formas de mediar a experiência. Os trabalhos de Silva concentram-se na análise das poéticas da narrativa, ou seja, nas estratégias utilizadas para a elaboração da linguagem narrativa e nos procedimentos tradutórios, entendidos em sua vertente intersemiótica, mas também como processos de transformações culturais. A essa perspectiva, soma-se o enfoque de Santos nas narrativas como sistemas sociais,

capazes de mobilizar as subjetividades dos agentes envolvidos na experiência. Interessa, às pesquisadoras, a comunicação como fenômeno singular, considerada um acontecimento, cuja relação com o afeto pode levar à produção de vínculos e à transformação da subjetividade. É partindo dessa visão comunicacional que expomos nossa compreensão acerca da narrativa em Silva e Santos (2015, p. 1):

As narrativas produzem parte da cultura, assim como são produtos culturais, já que materializam singularidades perceptivas acerca dos fenômenos experimentados pelo homem, na relação com o seu meio e com o seu imaginário. Possuem um importante papel de mediação, sobretudo à medida que ajudam a identificar, selecionar e interpretar os fatos, além de serem uma possibilidade para organizar, analisar, criticar, subverter, transformar e até substituir a experiência concreta, a partir da simulação, do jogo, da fabulação. Narrador, espaço, personagens e tempo intrincam-se e relacionam-se com a finalidade de produzir sentido e memória.

A narrativa a que se referem, portanto, é uma forma de mediação da experiência, capaz de modificar o olhar dos fruidores para os fenômenos humanos, com a ampliação da complexidade e como um convite ao sentir pela hiperbolização dos sentidos, sobretudo quando presentes elementos poéticos. As narrativas são, desse ponto de vista, um caminho possível para a aproximação e para a compreensão dos fenômenos do mundo, daí seu caráter mediático.

Narrativas: um possível caminho

Neste capítulo, que aponta para a possibilidade da análise da narrativa como modo de leitura dos processos comunicacionais, é abordado o conceito de narrativa mediática, a partir, primeiramente, da perspectiva de Benjamin (1987), enquanto uma forma de mediação da experiência.

A palavra narrativa, derivada do verbo narrar, do latim *narratio*, *narrare*, contempla os significados de narração e história; mediático, do latim *de medium*, refere-se a meio; assim, como registramos em Silva e Santos (2009, p. 356), o termo narrativa mediática envolve “histórias e ficções transmitidas e difundidas pelos meios de comunicação”, os quais possibilitam diversas maneiras de narrar. Trata-se de uma mediação da linguagem para comunicar acontecimentos a um ou mais interlocutores, com a função de compartilhar conhecimento, experiências e ampliar o contexto pragmático.

A transformação das narrativas pelos meios de comunicação já havia sido observada nas reflexões de Benjamin (1987), que no texto O Narrador, mas também ao longo de toda a sua obra, debate sobre a alteração da experiência, a partir das sociedades capitalistas modernas. Conforme Silva e Santos (2009, p. 357):

Houve o fim da experiência comunitária (Erfahrung) e o advento da vivência individual (Erlebnis). Enquanto a primeira diz respeito a uma relação social partilhada, porque oriunda da oralidade, o pôr em comum da comunicação, a segunda refere-se ao indivíduo isolado.

As narrativas tradicionais que contemplam a experiência estão fundamentadas na oralidade, na coletividade e na ética pedagógica, como nos exemplos da historiografia antiga (Heródoto), da epopeia grega, da crônica medieval, do romance de cavalaria e dos contos populares. Com a modernidade, essas narrativas comunitárias dão lugar aos relatos centrados na vivência privada dos indivíduos, pois apelam às sensações, que produzem o choque imediato, fugaz; não dão conta da experiência significativa e transformadora, tampouco da sedimentação da memória. Para Benjamin (1987), podem ser exemplificadas pelo romance moderno, pela *short-story* e pelo jornalismo, frutos de “um tipo de vivência que condiz com uma sociedade urbana e industrial, cujo ritmo de vida é sentido a partir do tempo acelerado, que consome a lentidão das experiências e memórias coletivas, centradas no relato comum entre o narrador e o ouvinte”, segundo Silva e Santos (2009, p. 357). São formas de comunicar nas quais os meios abrem espaço para outras linguagens, marcadas pelo esfacelamento do social, com os indivíduos tomados por relatos cujo interesse está em seu princípio de novidade e de experiência solitária.

Importante destacar que o conceito de narrativa, conforme já exposto por Silva, Cavassani e Silva (2019), tem sua gênese na literatura, mas também é utilizado por outras áreas, tais como a história e a psicologia. Na comunicação, a narrativa é mencionada de forma recorrente nas pesquisas em jornalismo.

Sobre as diferentes correntes teóricas de que se valem aqueles que se utilizam das narrativas em suas pesquisas, Silva, Cavassani e Silva (2019) remetem à abordagem de Gomes

(2017), que sintetiza os estudos narratológicos em quatro principais vertentes. A primeira está atrelada à noção da narrativa como mimesis, que permite a reprodução criativa do mundo, com a ampliação / transformação dos fenômenos. Contempla os estudos clássicos, fundamentados em *A Poética*, de Aristóteles.

A segunda corrente se refere aos estudos da psicologia, baseados nos mitos, com Joseph Campbell e seus seguidores, que compreendem a narrativa como uma estrutura de pensamento, em que o narrar é composto por camadas mais superficiais e aparentes, e outras, menos visíveis. A função da narrativa aqui seria a de organizar o caos e, por meio da interpretação, permitir tanto a compreensão da realidade aparente, presente nas camadas superficiais, quanto de realidades psíquicas, profundas e arcaicas.

Para a terceira linha de estudos, centrada no estruturalismo de Vladimir Propp, Tzvetan Todorov e A. J. Greimas, a narrativa, percebida como estrutura, é composta por uma gramática, que permite o seu reconhecimento como um modelo universal, possível de ser identificado a partir das engrenagens que a compõem: personagens, enredo, narrador, tempo e espaço.

Destaca-se, por último, os estudos hermenêuticos de Umberto Eco e Paul Ricoeur, com a narrativa compreendida a partir da interlocução entre narrador e leitor, que reconfigura o que é narrado a partir de sua própria experiência.

Embora didática, essa divisão em quatro principais correntes não esgota toda a diversidade dos estudos narrativos, sendo possível mencionar outros autores, porém, é suficiente

para localizar o lugar de fala das autoras, entre o viés estruturalista e o da hermenêutica, mas fundamentalmente atrelado à noção de Walter Benjamin (1987) sobre o narrar como forma de mediação da experiência, o que fornece a compreensão das narrativas como mediáticas, conforme afirma Resende (2015, p. 162):

No contexto atual, as narrativas têm um papel relevante, primeiro porque nelas são tecidos os saberes acerca do mundo, depois porque, a partir delas, outros saberes são construídos. Em outras palavras, se há alguma mediação possível, pelo menos em se tratando do campo dos media, ela acontece na e através da narrativa.

Compreende-se que Benjamin (1987) utiliza-se da narrativa como uma das muitas formas mediadoras sobre as quais se debruçou, como o jogo e a arte, para debater um tema bastante central em suas discussões: a experiência.

Parte da metodologia que aqui será utilizada também já foi exposta em Martinez *et al.* (2017), que dá destaque à abordagem proposta por Motta (2007), em cujos textos serve-se de referenciais de Todorov, Propp, Barthes, Ricoeur, Abdala Junior e Gancho para os estudos narrativos. Talvez seja possível afirmar que o que faz de Motta uma referência nas pesquisas em comunicação, em razão do método de análise das narrativas, é justamente a soma de múltiplas referências, o que permite fugir a um esquema meramente estruturalista,

para se debruçar também sobre aspectos sociais e psicológicos, em uma relação entre elementos da narrativa, narradores, fruidores, aspectos socioculturais, portanto, entre texto e seus múltiplos contextos.

Assim, aqui adota-se uma perspectiva analítica semelhante à apresentada nos trabalhos de Motta (2007). Configura-se a narrativa como processo que envolve elementos estruturais, os quais geram uma interação / integração de causalidade: enredo (o que é contado, por meio de apresentação, clímax e desfecho), personagens (que participam diretamente da ação), tempo (cronológico ou psicológico), espaço (onde ocorrem os fatos) e narrador (aquele que conta a história). Entretanto, entendida como forma mediadora, comunicacional, a narrativa é processual e seus elementos são dinâmicos, não completamente fixos. Por exemplo, um mesmo personagem, no desenvolvimento do enredo, pode exercer as funções de protagonista e antagonista. Assim como o espaço, que além de ser o ambiente no qual a trama acontece, pode se tornar protagonista ou antagonista da narrativa. Toda narrativa envolve pelo menos um conflito, também chamado de “nó” do enredo, que é o problema desencadeado pela ação dos personagens no tempo e que dá a razão de ser da narrativa.

Nesta proposta, pretende-se enfatizar a construção do personagem protagonista por meio dos seguintes aspectos estruturais: desenvolvimento do enredo, na relação com os personagens coadjuvantes. Busca-se, ainda, debater sobre os espaços, móveis e múltiplos, por se tratar de um filme de viagem, e de sua importância

para a chegada no clímax e na construção do conflito. Também se abordam aspectos poéticos, tais como o uso da viagem como alegoria para o processo de transformação do protagonista.

Soma-se à perspectiva estrutural a hermenêutica de Ricoeur (1994), para quem a narrativa é um processo de mediação, realizado por meio de uma tríplice mimese. O autor não considera a mimese uma forma de imitação ou cópia. Trata-se de configuração criativa da ação, articulada na relação entre a intriga e o tempo, que é prefigurado pela experiência, configurado pelo que é narrado e refigurado pela participação ativa do leitor. Carvalho (2012, p. 175) resume:

Partindo de um mundo pré-configurado, a mimese I representa mais concretamente as dimensões éticas, o mundo social em sua complexidade; mimese II é o ato de configuração, a presença marcante de um narrador, mas também a mediação entre mimese I e mimese III, que corresponde à reconfiguração, momento que marca a presença ativa do leitor.

A narrativa é, portanto, entendida como processual, já que, além de indicadora da realidade circundante, é transformada pela linguagem que a materializa e pela leitura, o que envolve a configuração dos fenômenos em uma forma, por parte do narrador, e a reconfiguração constituída pela perspectiva do leitor, em uma contínua criação e recriação da chamada realidade. A leitura (seja de uma narrativa escrita ou fílmica) é um ato criativo, estratégia comunicacional capaz de rearticular os sentidos.

Ricoeur (1994) dialoga com as reflexões de Santo Agostinho sobre a natureza do tempo, suas definições, a relação entre presente, passado, futuro e, sobretudo, a memória, que fornece compreensão às temporalidades. O tempo, portanto, somado à construção da intriga, que é a representação da ação, fundamenta o narrar. A memória, narrativizada, é que permite o ser-no-tempo, na medida em que oferece o retorno ao passado, a perenização do presente e as projeções sobre o futuro.

Em mimese I, ressalta-se a necessária postura ética para a percepção dos fatos, já que aqui se envolve a prefiguração da realidade, com a qual são pontuados os aspectos dos fenômenos que merecem ser destacados. Contam os fatos sociais conhecidos do público, a história, o contexto político e econômico, as formas de linguagem da narrativa dominadas pelo público a que se destina, além de aspectos culturais relacionados ao simbólico, ao psicológico, entre outros. Segundo Ricoeur (1994), o que se deve observar em mimese I engloba a dimensão estrutural, referente às formas narrativas de uma dada sociedade; a dimensão simbólica, em que se destacam os valores morais, éticos e mitos fundantes da cultura; e a dimensão temporal, com os caracteres temporais cronológicos e ou psicológicos. Assim, temos o mundo prefigurado.

Em mimese II, deve-se atentar para o ato de tecer a intriga. Trata-se de, a partir das observações do mundo, tecer a narrativa por meio da organização dos acontecimentos, fornecendo a mediação entre o mundo anterior à narrativa e o que vem depois dela, com a eclosão de novos sentidos sobre esse

mesmo mundo anterior, formados pelos leitores. Mimese II realiza a ponte entre mimese I e mimese III. Carvalho (2012) destaca em mimese II, que no ato de tecer a intriga, há o papel de mediação entre o mundo que precede a narrativa e aquele que se cria quando esta é colocada em circulação; neste momento que se recria o mundo e se lhe atribui novos sentidos, por meio da imaginação. Nas palavras de Ricoeur (1994, p. 102-103):

Mimese II só tem uma posição de intermediária porque tem uma função de mediação. Ora, essa função de mediação deriva do caráter dinâmico da operação de configuração que nos faz preferir o termo da tessitura da intriga ao de intriga e o de disposição ao de sistema. Todos os conceitos relativos a esse nível designam, com efeito, operações. Esse dinamismo consiste em que a intriga já exerce, no seu próprio campo textual, uma função de integração e, nesse sentido, de mediação, que lhe permite operar, fora desse próprio campo, uma mediação de maior amplitude entre a pré-compreensão e, se ousar dizer, a pós-compreensão da ordem da ação e de seus traços temporais.

A narrativa, portanto, como forma privilegiada de conhecimento dos fenômenos, sintetiza o mundo prefigurado, oferecendo o papel de mediação, que se completa na leitura, que reconfigura criativamente o narrado e, conseqüentemente, a realidade, completando o círculo hermenêutico. Ricoeur (1994, p. 110) afirma que:

O próprio Aristóteles sugere este último sentido da mimese praxeôs em diversas passagens de sua Poética [...].

[...] quando diz que a poesia “ensina” o universal, que a tragédia “representando a piedade e o terror, realiza uma depuração deste gênero de emoções”, ou ainda quando evoca o prazer que temos de ver os incidentes aterrorizantes ou lamentáveis concorrerem para a inversão da sorte que constitui a tragédia – significa que é bem no ouvinte ou no leitor que se conclui o percurso da mimese. Generalizando para além de Aristóteles, diria que mimese III marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor. A intersecção, pois, do mundo configurado pelo poema e do mundo no qual a ação efetiva exhibe-se e exhibe sua temporalidade específica.

Concluindo, é em mimese III que ocorre a participação ativa / criativa do leitor, convocado a atuar na narrativa com sua interpretação, seu repertório, sua própria experiência.

Assim, levando em conta não apenas a estrutura da narrativa e seus elementos, mas também os aspectos relativos às três formas de mimese, passamos a uma leitura do filme *A Caminho de La Paz*.

A caminho de La Paz

A história de *A Caminho de La Paz*, de Francisco Varone, filmada em 2014, na Argentina e na Bolívia, traz como protagonista Sebastián (Rodrigo de La Serna), 35 anos, recém-casado com Jazmín Elisa Carricajo apaixonado pela

banda Vox Dei e por seu Peugeot, que se mudam para uma casa na qual funcionava uma empresa de táxis e atendem a constantes ligações solicitando corridas. Até que Sebastián, desempregado, ao atender a uma dessas chamadas, começa a trabalhar como motorista particular e conhece Khalil (Ernesto Suarez), um idoso muçulmano que passa a chamá-lo com frequência e, após alguns atendimentos, faz uma proposta: contratar Sebastián para levá-lo de Buenos Aires, na Argentina, para La Paz, na Bolívia. A princípio, Sebastián recusa a proposta, mas, por se tratar de uma grande quantidade de dinheiro a receber, acaba aceitando.

Começamos por uma análise um pouco mais estruturada da narrativa, na qual dividimos o filme em quatro blocos dramáticos: apresentação; desenvolvimento; clímax e desfecho. Nesses quatro blocos, descrevemos as relações entre enredo, personagens, espaço e tempo, com ênfase na construção do protagonista. Sobre a categoria do narrador, a menos que haja um narrador explícito na história – geralmente um narrador- personagem, por exemplo, quando alguém narra as suas memórias – em geral, no audiovisual, trata-se de um narrador implícito, oculto, como é o caso de *A Caminho de La Paz*, cujo desenrolar das ações se dá no tempo presente, por meio da interação entre os personagens. O público acompanha o desenrolar de cada sequência em tempo cronológico. Em seguida, passamos à análise hermenêutica, em busca de uma possível interpretação, por meio da tríplice mimesis, como será descrita mais adiante.

Análise dos aspectos estruturais

Apresentação

Na apresentação ou abertura, temos como elementos principais a caracterização do personagem protagonista e da coadjuvante (Sebastián e Jazmín), bem como a contextualização do espaço narrativo: Sebastián e sua esposa; a casa recém-alugada e na qual funcionava anteriormente uma empresa de táxis; a capital Buenos Aires, com suas avenidas largas e movimentadas.

A abertura, então, é realizada com a música em alto volume e um primeiro plano de Sebastián, em uma paleta cromática cinza-azulada, que fuma em frente a uma janela dentro da casa que é apresentada por uma agente de locação de imóveis. Ele afirma rapidamente que quer alugar a casa, enquanto, em contraplano, Jazmín contrasta com a imagem de Sebastián, pois aparece em plano americano em frente a uma porta avermelhada, vestida de amarelo, com uma expressão contida, reticente e discreta. Ela responde que tem dificuldade em se imaginar naquela casa. A sequência se fecha com um plano de detalhe em uma churrasqueira na parte exterior da casa, observada pela janela, fixamente, como se o olhar de Sebastián houvesse se fixado nela. Há o som do telefone que toca na casa, o que será um importante elemento da narrativa no desenvolvimento do enredo. Pode-se inferir, a partir da sequência, sobre a personalidade de ambos. Sebastián decide rapidamente, sem consultar Jazmín, que se demonstra tímida, vacilante e menos comunicativa. A presença da churrasqueira no ambiente parece ser

determinante na escolha de Sebastián. Na sequência seguinte, Sebastián aparece assando linguiças na churrasqueira. Já em plano interno da cozinha, ele e Jazmín comem pão com linguiça e tomam vinho, enquanto conversam; é quando toca o telefone e Jazmín levanta-se para atender, enquanto Sebastián contesta, questionando por que atender o telefone que já estava na casa antes deles. O tom da conversa é de intimidade e carinho.

Em seguida, Sebastián aparece em plano externo e limpa meticulosamente o carro. O telefone toca, ele atende e explica que não há serviço de “remis” (equivalente a vans em português), nem de fretes e tampouco de táxis. Logo depois se percebe, pela resposta, que se trata de um amigo brincando com a situação.

A sequência seguinte traz um primeiro conflito, que prepara a transição para o desenvolvimento do enredo. Jazmín chega do trabalho e ao entrar em casa encontra Sebastián em uma mesa, em plano de conjunto, bebendo e fumando com os amigos. Ela os cumprimenta rápida e discretamente. Após, Sebastián procura por ela, que, em uma perspectiva inusitada, está vestida, sentada dentro da banheira, por trás da cortina do box, fumando. Não há uma discussão, mas percebe-se que Jazmín se sente desconfortável com a situação, pois pergunta a Sebastián se ele foi à companhia telefônica, e ela mesma deduz que não, dizendo que não sabe por que pergunta, e que pensava que tinham outros planos. A continuidade traz Sebastián tocando violão, acompanhado por um dos amigos, que toca gaita. Há um lirismo e certa introspecção, o que finalmente leva ao desfecho

do primeiro conflito. Insone, Sebastián fuma e ouve o telefone tocar com insistência, e resolve atender se identificando como uma empresa de transportes. Em outra sequência, aparece dirigindo seu Peugeot pelas largas avenidas de Buenos Aires, com uma passageira no banco de trás. A sugestão é de que Sebastián resolveu se passar por motorista. A sequência é poética, com música introspectiva ao fundo, primeiro plano no perfil de Sebastián dirigindo e momentos em que o enquadramento se faz apenas com as luzes coloridas dos faróis dos carros.

Desenvolvimento

Na nova sequência, o enredo já se encaminha para o desenvolvimento, centrado na tomada de decisões do protagonista. Amanhece, e quando Jazmín acorda, Sebastián já não está em casa. Deixou preparado o café da manhã para ela. Ele aparece dirigindo, com duas crianças no banco de trás. Pede à companhia telefônica que desvie as chamadas do telefone fixo para o seu celular. Posteriormente, Sebastián chega à casa de um senhor idoso. Pergunta se o passageiro se importa que ele fume, e este responde que sim. Sebastián emenda: “E se eu abrir a janela?”. E o passageiro afirma: “Eu morro de frio”. Em contrapartida, quando Khalil, o passageiro muçulmano, começa a comer dentro do carro, Sebastián avisa que é proibido comer ali; porém, Khalil ignora a proibição de Sebastián, que por sua vez acende o cigarro. A cena aponta para a personalidade dos dois personagens e ao tipo de relacionamento que se inicia entre eles. No retorno para a casa de Khalil, este pede que Sebastián pare o

carro para que ele urine. Sebastián reclama, e Khalil pergunta se deve urinar dentro do carro. O zíper de Khalil quebra e ele pede ajuda a Sebastián, o que acrescenta um elemento de humor na relação entre os dois personagens. Khalil, o velho muçulmano, será importante por exercer o papel de adjuvante na jornada de autoconhecimento de Sebastián. A relação entre os dois personagens traz elementos de reflexão e humor à narrativa, por caracterizar uma relação entre dois estranhos, de culturas distintas, ambos mal-humorados, diretos, mas com valores bastante diferentes. Findo o dia de trabalho como motorista, Sebastián chega em casa e conta a Jazmín que arranjou um “emprego”. Ela deduz que ele está atendendo às chamadas da antiga empresa. Pergunta a ele se recebe bem. Conta que espera ser promovida no trabalho e que, somados os salários, podem começar a pensar na montagem do quarto do bebê. Sebastián responde: “Que bebê???”. As cenas seguintes mostram Sebastián trabalhando: levando as crianças à escola, atendendo a Khalil outra vez, até que anoitece e vai buscar Jazmín no trabalho, que aparece arrasada, pois perdeu o emprego.

A última sequência desse bloco dramático prepara para o segundo conflito do filme, que consistirá na virada para a transformação da relação entre Sebastián e Khalil. Sebastián é chamado para atender Khalil. Ao chegar, é convidado para entrar na casa. A mulher de Khalil pede que ele se dirija ao cômodo onde se encontra Khalil. São servidas bebida e comida típica – um primeiro convite à comunhão com uma cultura distinta. É então que se faz a proposta: Sebastián deve levar Khalil a La Paz, na

Bolívia. Para tanto, precisa percorrer um longo caminho, 3.000 quilômetros até a cidade onde Khalil irá se encontrar com seu irmão mais velho para, de lá, seguirem em peregrinação a Meca.

A princípio, Sebastián recusa a proposta. Porém, ao chegar em casa, encontra Jazmín deprimida. Há uma crise entre os dois, gerada pelas dificuldades financeiras. A trilha inicial do filme, com os acordes de guitarra e bateria, anuncia um novo ponto de virada: Sebastián aceita a proposta, inicialmente pelo dinheiro a ser recebido pelo trabalho. Assim, seguem em viagem. Vários acontecimentos se interpõem no percurso, o que, aos poucos, vai transformando Sebastián.

Parada para banheiro. No retorno ao carro, Sebastián pergunta o que está se passando, porque Khalil colocou música árabe para tocar. Ele fala que o carro é dele, portanto, a música também deve ser escolhida por ele. Khalil argumenta que podem dividir, com cada um tocando uma fita. Agora a trilha que segue com a narrativa é música árabe. A música soa como se fosse o início da jornada de Sebastián por novos caminhos.

Ela anuncia a sua transformação, cujo primeiro passo se descortina em seguida, quando novamente Khalil pede para parar o carro e Sebastián se irrita: “Temos que parar? Outra vez? De onde sai tanto xixi?”. Entretanto, a parada era para orações de Khalil, despertando inquietações em Sebastián, que começa a se relacionar com um outro mundo, não mais da pressa e da ânsia de chegar logo ao destino, mas de um tempo regido por rituais.

Na sequência, mais uma vez Sebastián fala que não se pode comer no carro. Khalil ignora. Sebastián pergunta: “Quantas vezes se reza por dia?”. Khalil responde: “Cinco”. “Você é árabe?”, diz Sebastián. “Não. Mendozino” – responde Khalil. Sebastián: “E é obrigatório rezar?”. Khalil: “Sim”. Sebastián: “Se não rezar, o que acontece?”. E Khalil pede a ele que olhe para a estrada, ao mesmo tempo em que o carro atropela um cachorro. Khalil pede para que levem o cachorro ao veterinário. Sebastián nega, por causa dos pelos e das pulgas. Khalil oferece dinheiro: 100 pesos. Sebastián pede 100 pesos e mais o conserto do carro. Khalil responde que o conserto do carro é responsabilidade de Sebastián, por dirigir distraído.

O diálogo do início da viagem é uma mostra do que será a viagem. Perguntas de Sebastián, que cada vez se demonstra mais curioso. Chegam ao veterinário, mas o local está fechado. Param para comer. Sebastián pergunta se Khalil é vegetariano pela religião, e este responde que é por insuficiência renal. E, ainda, que precisa de hemodiálise. Sebastián pergunta o que ocorre se não seguir os procedimentos, e Khalil responde: “Morro”. Ao abastecer o carro, Sebastián diz a Khalil que vá ao banheiro, e este responde: “Eu me encarrego da minha bexiga. Você se encarregue em dirigir direito”. Na sequência, está chovendo e Sebastián segura o guarda-chuva para Khalil urinar. Param para dormir em um hotel, e Sebastián observa a máquina portátil de hemodiálise utilizada por Khalil. No dia seguinte, quando vão partir, há uma moça no carro, Irma, convidada por Khalil para a carona. Ela precisa seguir para a casa do irmão. Sebastián não concorda

em levá-la. Reclama de tudo: do cachorro, da máquina de hemodiálise, pois nada disso havia sido combinado. Diz que voltará para Buenos Aires e não seguirá viagem. Mas Khalil o convence oferecendo dinheiro para que ele leve Irma. Ao chegarem à casa do irmão de Irma, comem, dançam, em uma espécie de vivência de um ritual religioso. Irma coloca o colar que usava no pescoço de Sebastián. Seguem e, no caminho, Sebastián compra queijo e salame. Oferece a Khalil. Conversando com Khalil, descobre que este ficará um dia em La Paz e que de lá seguirá a Lima, e depois, de barco, para Meca. Nova parada na casa de parentes de Khalil. Sebastián participa de uma cerimônia religiosa com canto e dança. No começo, está contido; depois se envolve. Há uma quebra do estereótipo da mulher muçulmana, com uma jovem que conversa com Sebastián, oferecendo café. Ela fuma, conversa, pilota uma motocicleta. Com ela, Sebastián observa Khalil contando um sonho a ser interpretado. Falam sobre a viagem a Meca e ela afirma que “a peregrinação é como uma morte”. Khalil passa mal e é socorrido por Sebastián e pela família. Sebastián parece perturbado. Tem dificuldade para dormir. No dia seguinte, partem, e é como se passasse a haver um vínculo entre Sebastián e Khalil, pois agora o motorista coloca a música pensando em Khalil. E Khalil, que também parece estar se transformando, agradece e afirma que não é necessário trocar a música, pois está começando a gostar da música de Sebastián. Surge um largo sorriso de Sebastián – um dos primeiros do filme. Khalil come alho. Sebastián pergunta porquê. Khalil conta que conheceu um homem que viveu por mais de cem anos, porque comia três dentes de alho todos os dias.

Clímax

Nota-se que Khalil não está bem de saúde, e que Sebastián está preocupado. Em uma parada para comprar salame e queijo, Sebastián é atacado – os vendedores eram bandidos. Acorda e está amarrado com Khalil a uma árvore. Aflito, Sebastián pergunta a Khalil por que ele o havia chamado para a viagem. Khalil disse que teve um sonho e nele Sebastián aparece como a pessoa escolhida. Sebastián também narra o seu angustiante sonho, que é recorrente desde que tinha oito anos, no qual ele é criança e dirige um Peugeot, o primeiro carro do seu pai. Chove muito. De repente, a estrada acaba e surge um precipício. Ao tentar acelerar o carro, seu pai aparece, mas Sebastián, menino, não consegue alcançar o freio. Ele tenta sair do carro, mas está preso no cinto de segurança e então cai no precipício. Ele pergunta a Khalil, que é uma espécie de desvendador de sonhos, o que significa este sonho. Mais tarde, já estão livres, mas perdem tudo: bagagens, dinheiro. Continuam a viagem de carro, no entanto, ao pararem em um hotel, Khalil oferece o único objeto que restou em troca de estadia, sua preciosa bússola, que o orienta na direção de Meca para as orações. No quarto, os dois conversam. Preocupado com o estado de saúde de Khalil, Sebastián pergunta sobre o que fará sem a máquina de hemodiálise, roubada. Khalil responde que irá fazer hemodiálise na manhã seguinte em um hospital e que Sebastián deverá voltar para casa, já que não tem mais como pagá-lo devido ao roubo. Sebastián diz que Khalil não pode seguir viagem daquele jeito, enfermo. Ele responde que para Alá

importa a intenção e a pureza no coração. Sua peregrinação, explica, já se iniciou desde o momento em que saiu de casa. No dia seguinte, os dois vão ao hospital. Enquanto Sebastián procura resolver o problema da falta de dinheiro ao telefone, Khalil faz a hemodiálise e é informado que precisa ser internado devido a uma infecção.

Em seguida, Khalil sai do hospital. No carro, diz a Sebastián que está bem e pede que ele compre remédios. Sebastián volta com os remédios, Khalil agradece e diz que seu irmão devolverá o dinheiro que Sebastián emprestou. Sebastián não aceita, e mais uma vez sugere a Khalil que descanse, para só depois continuar a viagem. Khalil replica dizendo que seu irmão o está esperando e assim é que deve ser. Após Sebastián presentear Khalil com um agasalho e com uma marmitta de comida, Khalil oferece um presente e avisa que se Sebastián aceitar, não pode devolver. Seu presente é ser mulçumano e continuar no caminho que por ele já foi iniciado, sem saber. Sebastián começa o processo de conversão repetindo as frases sagradas do Islã proferidas por Khalil, mas não consegue chegar até o final. Pede perdão a Khalil dizendo que não pode fazê-lo.

Eles seguem viagem, com Khalil enfermo, queimando de febre. As paisagens rumo a La Paz vão se transformando. Ao cruzar a fronteira, a Bolívia aparece através das placas, do rádio, da pobreza da primeira cidade que cruzam, com suas ruas desorganizadas e esburacadas, lojas que parecem pertencer a um comércio informal, com roupas e utensílios pendurados na

entrada. Expõe-se a precariedade do continente sul-americano. Preocupado com o estado de saúde de Khalil, Sebastián pega um atalho, já que a estrada principal está em obras. O momento de tensão aparece quando Sebastián se depara com um rio no meio da estrada. A única forma de prosseguir viagem é cruzando o rio. Nesse momento, Sebastián precisa escolher entre seu amado carro e seu amigo que arde de febre. Sebastián desce do carro e analisa todas as suas opções. Rapidamente, ele toma a decisão e tenta cruzar o rio. O seu carro não aguenta e fica atolado no meio do rio. Em seguida, a câmera em primeiro plano foca em Sebastián, desolado, na outra margem, olhando para seu carro no meio do rio, coberto de água.

Desfecho

Na próxima imagem, em um plano sequência, a câmera foca a paisagem, com uma imensa estrada se descortinando entre as montanhas da Bolívia. Aparecem, ao som de música árabe, Sebastián, dois cachorros e Khalil, sentados na carroceria de um carro de carona, entrando em La Paz. Casebres circundam a paisagem. Depois vemos em plano médio Sebastián, ao telefone, no hospital, falando que voltará para casa em quatro dias.

Nessa cena, o contraste entre a penumbra de dentro do hospital e a iluminação da cidade além da janela indica dois cenários, duas realidades. Em plano médio, no quarto do hospital, Sebastián pergunta a Khalil se ele está bem, que responde em

tom de brincadeira: “zero quilômetro”. Khalil pergunta sobre o carro e Sebastián diz que foi perda total, mas que tem seguro. Sebastián cobra a Khalil sobre seu sonho, que o responde através de um conto. Khalil narra a Sebastián que havia um alpinista que decidiu subir uma montanha altíssima. Subiu muito alto. No silêncio da noite, quando apenas faltavam 100 metros para chegar em cima da montanha, escorregou. Desesperado, segurando a corda, o homem começou a gritar: “Deus meu, ajuda-me, salva-me, por favor”! Ele escuta uma voz: “Queres que te salve? Tenha fé em mim”. O senhor lhe disse: “Corte a corda que te sustenta”. O homem não cortou a corda e a segurou ainda com mais força. No dia seguinte, uma equipe de resgate o encontrou morto, congelado e com as mãos agarradas à corda. Ele estava a apenas dois metros do chão. Por fim, Khalil diz a Sebastián que ele não terá mais o mesmo sonho, porque ele já cortou a sua corda. Com a câmera centralizada nele, Sebastián se emociona, chorando de desabafo e alívio. Com a chegada do irmão de Khalil ao hospital, Sebastián se despede do amigo com um gesto na cabeça. Após, em plano sequência, Sebastián está em um táxi, acariciando um cachorro e depois no quarto de um hotel. No dia seguinte, Sebastián caminha com um saco de alho, levando dois cachorros em uma coleira pela rua até uma avenida onde pega carona em uma van. Sentado no banco de trás, Sebastián come alho, abre a janela da van e sente a brisa do vento bater no seu rosto.

As três mimeses

Mimese I

Aspectos sociais, econômicos, históricos (prefiguração)

Sebastián está desempregado, em uma Buenos Aires em crise econômica, perceptível pela demissão de Jazmín (não apenas ela, mas todas as suas colegas são demitidas do trabalho em função da crise). Khalil é um homem de classe média alta, aposentado, em uma condição financeira bem mais confortável. O espaço inicial é a cidade de Buenos Aires, com largas avenidas, pelas quais Sebastián inicia suas atividades de motorista. Remis é um serviço de transporte solicitado pela agência ou pelo telefone, e a principal diferença com o táxi é que não pode ser parado na rua. A partir da viagem, a paisagem vai se transformando. Nela, surgem cidades latino-americanas depauperadas, com ruas esburacadas, avenidas largas, mal projetadas, comércio informal, trânsito confuso, mas paisagem natural belíssima. Esse é o mundo prefigurado, em que os aspectos sociais são postos em relevo para desencadear as ações narrativas. Tudo acontece porque o contexto social é o de uma Argentina em crise, com um casal jovem, recém-casado, em busca de oportunidades.

Aspectos simbólicos

Os aspectos simbólicos ainda compõem o mundo prefigurado ou a primeira forma de mimese, já que são relacionados a formas culturais compartilhadas comunitariamente. O aspecto

simbólico de maior importância na narrativa se faz por meio de uma experiência transformadora, que acontece por meio da viagem. Trata-se de experiência no sentido benjaminiano: baseada na troca comunitária, com todos os sentidos abertos para os fenômenos. Sebastián é arrancado de seu cotidiano para experimentar espaços, pessoas e lugares novos. O desenvolvimento caracteriza a narrativa como *road movie*, um filme de viagem, centrado na experiência, na passagem, na qual os obstáculos vão se interpondo ao protagonista, cujo comportamento o leva a transitar entre a posição de herói e anti-herói, de acordo com as reações aos acontecimentos e sujeitos que surgem durante o trajeto. Entretanto, Khalil está sempre ali, mediando as situações, como um mestre-guia da jornada transformadora. A viagem funciona como uma metáfora para a transformação física e espiritual. Tanto Sebastián quanto Khalil são transformados, individualmente, mas também é transformada a relação entre os dois.

Importante destacar que a motivação de Khalil para a viagem é o encontro com o irmão, para que sigam juntos de La Paz para a peregrinação a Meca. Hajj, nome dessa peregrinação mulçumana, é um ritual histórico de desapego, arrependimento e reflexão. O objetivo da viagem – a transformação espiritual, uma jornada íntima e coletiva, porque parte componente de uma cultura – ocorre no próprio percurso de Buenos Aires a La Paz. A chegada a Meca importa menos que a intenção de realizar esse ritual espiritual da chegada, o mover-se em direção a algo além do cotidiano, como diz Khalil, que pode ser pensado como um narrador conforme a compreensão de Benjamin (1987), pois

a todo momento apresenta a Sebastián histórias de terras distantes atreladas a experiências de vida. É nesse sentido que a peregrinação é realizada também por Sebastián, afinal, segundo o que afirmamos em Silva e Santos (2015, p. 4):

A peregrinação, enquanto uma jornada física e espiritual, ultrapassa o âmbito do catolicismo, estando presente em diversas culturas e religiões. Há nela uma busca que pressupõe um deslocamento e um ritual, por devoção e culto, evocando uma viagem a um local desconhecido ou estrangeiro, considerado sagrado. [...] peregrinação se relaciona com o aparecimento do outro; o estrangeiro que sai em busca de algo e vivencia momentos cujo desfecho é a transformação de si.

No clímax da jornada, a peregrinação se faz mais evidente, com a perda do bem material mais caro a Sebastián, o velho Peugeot que afunda na água. A travessia do rio simboliza a existência humana, com a morte de quem se era e o renascimento para uma nova vida. O carro dentro do rio representa aquilo que não serve mais. Por meio do carro, Sebastián se despede de um fantasma, e vê-se livre para assumir sua própria vida, em nova jornada. Até esse ponto, o processo de transformação se dá por etapas, por paradas que estão fora dos planos de Sebastián. Sua inconsciente peregrinação começa quando Khalil pede para parar o carro na estrada e reza, enquanto Sebastián fuma encostado no carro, observando. Entre as demais paradas e imprevistos que desencadeiam o processo de transformação

de Sebastián, como o transporte do cachorro que atropelou, a carona a Irma, a máquina de hemodiálise de Khalil, tudo que Sebastián pensa é em seu carro. Ele fala de sua importância, pois era do seu pai, e de como o mantém original.

Ao continuar a viagem, na parada na casa do irmão de Irma, Sebastián começa a compartilhar de uma experiência coletiva, que é apresentada nos pequenos detalhes, de uma oração antes da refeição, música, dança, a um colar dado por Irma a Sebastián, em agradecimento. Outra experiência intensa ocorre quando param para pernoitar na casa de amigos de Khalil e, ali, junto com outros mulçumanos, Sebastián acaba participando dos seus rituais religiosos. Já é um Sebastián diferente, menos relutante com o desconhecido, mais aberto a novas experiências, cada vez mais amigo de Khalil e dos cachorros. É como se as narrativas contadas por Khalil e outros personagens, mediadas por experiências nunca vivenciadas, tivessem despertado em Sebastián o encontro com o outro que habita em si mesmo. Ele e Khalil já se tornaram grandes amigos e compartilham momentos de descoberta e reflexão. Talvez, por isso, a parada que antecede o clímax do filme, quando ambos são roubados e presos a uma árvore, mostre um Sebastián mais reflexivo, assumindo pela primeira vez o papel de narrador, contando a Khalil sobre seu sonho.

Formas narrativas pré-existent

Os *road movies* e as narrativas de transformação são gêneros cinematográficos norte-americanos associados à modernidade e ao capitalismo, exemplificando seus paradoxos e

contradições. Alguns autores, como Paiva (2011), também os associam ao nomadismo e ao desejo humano de locomoção.

Apesar disso, não há uma definição precisa para eles, pois os gêneros propõem intertextualidades e não apresentam identidades e fronteiras estáveis. Expressam, dessa forma, crises de identidade de personagens e das próprias culturas nacionais. Relacionam-se, ainda, com imprevisibilidade e improvisação, na esteira de Paiva (2011, p. 48-49): “em confronto com a realidade (como num documentário), com a verdade da observação, com roteiros que permitem o fugir da rota e ir além, superar conformidade com a experimentação, com a apreensão do outro”.

A Caminho de La Paz pode ser pensado como um filme que se concentra na subjetividade do protagonista, no qual a estrada aparece como uma alegoria do ritual de passagem em que vão ocorrendo as transformações de todos os personagens. Para além de um cenário, o caminho é um personagem sobre o qual a narrativa vai se desenvolvendo. É um longo caminho, com paradas que apresentam novas experiências, vivenciadas como possibilidades de transformações, tal como na vida. Só que esta é marcada por rituais como aniversários, casamentos, mortes, enquanto na estrada vive-se a dimensão do espaço e de situações que vão surgindo, com paradas em casas, hotéis, na própria estrada e no hospital.

Os não-lugares tornam-se lugares de sentido, memorização e de experiências intersubjetivas, nos quais os personagens vivenciam e partilham experiências longe do cotidiano e da estrutura sobre a qual suas vidas estão inseridas. Esse caminho do entre, da liminaridade segundo a compreende Turner (2013),

sobre a qual a estrada parece operar, cria a possibilidade de rupturas, porque impele o indivíduo ao relaxamento e relativização de certas regras e entraves com as quais convive: no caso de Sebastián, a relação com os passageiros, o desemprego, o casamento e o cuidado frenético com o carro do seu pai.

Mimese II

Em mimese II, desnuda-se a tessitura da intriga, ou seja, as opções do narrador para a configuração dos fenômenos, o tratamento dado ao enredo, à fotografia, à evolução dos personagens etc. Trata-se da escolha pela linguagem específica com que será materializada a narrativa.

O filme *A Caminho de La Paz*, como já observado, faz uso da narrativa de viagem, na qual o protagonista, Sebastián, passa por uma sequência de conflitos, que resultam em transformações pessoais, auxiliadas pelo adjuvante, Khalil. O próprio caminho, além de espaço dinâmico no qual ocorre a narrativa, é um personagem, oferecendo-nos uma visão social, política, paisagística e cultural da América Latina.

Sobre as opções estéticas, são priorizados os enquadramentos em primeiro plano, tomados pela lateral do carro (lado do passageiro), como se o espectador observasse as cenas da calçada. Os planos americanos também são usados. Ambos permitem a eclosão de aspectos dramáticos relacionados ao estado emocional dos personagens. A paleta cromática é fria, variando entre tons de cinza, bege, rosa, azulado e branco.

O filme começa marcado pela trilha da banda de rock Vox Dei, com som pesado, em tela preta. A transição para a primeira cena se dá com o enquadramento total de uma janela. Dessa forma, já se estabelece uma poética na qual a trilha se entrelaça à narrativa, auxiliando na construção do personagem e marcando acontecimentos. A música não serve apenas como estratégia de ambientação ou de ritmo do filme, mas fornece dados sobre a personalidade do protagonista, pois é da banda preferida de Sebastián. A música também indica mudanças de cenário e humores, marcando temporalidades da história. Na inserção da música árabe, inicialmente questionada por Sebastián, o que parecia um monólogo passa a diálogo. De inicialmente discursiva, individualista, a trilha se faz dialógica e demonstra um intercâmbio cultural entre os dois personagens.

Se a estrada é o cenário sobre o qual a história se desenvolve, o carro é o meio pelo qual a narrativa acontece. Ele é o motor dos diálogos, discussões, conflitos e experiências. O carro simboliza o passado idealizado de Sebastián e também um presente difícil, marcado pela busca da sobrevivência. É pelo carro que vemos o protagonista preso a uma memória que não o permite olhar adiante, reduzindo sua vida a um presente marcado por discussões e incompreensões. Mas é também por meio do que acontece com o carro na viagem que ocorre a transformação em Sebastián.

Importante ressaltar o fato de que o filme é composto de uma narrativa maior, que guarda em si outras narrativas, elaboradas por Khalil, em suas conversas com Sebastián, o que faz do muçulmano o sábio na perspectiva benjamiana: o narrador que sabe dar conselhos por meio das narrativas, a partir

da sua própria experiência e da experiência compartilhada de outros e com outros.

Há o contato do protagonista com situações de alteridade, para começar com o próprio Khalil, que por ser mulçumano é pensado com alguém diferente, de outro lugar, como faz Sebastián ao perguntar se ele é árabe. Muitas vezes, Khalil parece se divertir com as perguntas pitorescas e observações de Sebastián.

O uso do humor também é importante elemento na narrativa. Nos diálogos, é uma forma de Khalil tensionar de forma divertida e inteligente o sistema de crenças ingênuo e preconceituoso de Sebastián, que parece ligado ao que Ortiz (2006) aponta como “cultura- mundo” hegemônica, com seus bens de consumo e sua indústria midiática. Sebastián é jovem, urbano e consome rock; Khalil, por seu lado, é idoso, doente e mulçumano. Com Khalil, Sebastián aos poucos se abre para a alteridade, numa experiência de paradas que permitem a pausa e a reflexão, e aumentam seu interesse sobre a peregrinação.

Mimese III: Interpretação

Gama (2017), analisando o papel alegórico desempenhado pela estrada nos *road movies* brasileiros lançados entre 1960 e 2015, conclui que existem duas fases no cinema nacional de *road movie*: a “viagem física” e a “jornada interior”. Enquanto a primeira mostra a estrada como alegoria da nação brasileira, nos filmes de “viagem interior” ocorre uma modificação na representação da estrada, que aponta para uma transformação

peçoal, a partir da solução de um dilema vivenciado pelo protagonista. Dessa forma, de acordo com Gama (2017, p. 83), “a estrada pode ser compreendida, nesta fase, como um ritual de passagem, no qual identidades são confrontadas e, após o afastamento da estrutura social, ressurgem com novo status”.

É desse modo que compreendemos a estrada em A Caminho de La Paz. Primeiramente, como ritual de passagem, mas cujos elementos paisagísticos, assim como os acontecimentos marcados pela tensão (desentendimentos, perdas, estradas precárias) também apontam para um retrato social: uma América Latina cheia de precariedades, mas múltipla em belezas e diversidade cultural (o que inclui conflitos e preconceitos).

Outro aspecto importante que aparece no filme diz respeito à ideia chamada por Prysthon (2006) de “subversão de identidade”, como característica dos filmes latino-americanos das últimas décadas. Nesse sentido, os filmes *road movies* representam sintomas de uma época marcada pela dissolução das fronteiras, desterritorialização, reterritorialização e apagamento das margens. A peregrinação, motivo condutor do filme, se inicia a partir do momento em que Sebastián se precipita na estrada e vai se abrindo à alteridade, passando a aceitar o imponderável, o não esperado, como também as margens do caminho do meio.

A Caminho de La Paz é um filme que, por meio de contrastes, jogos de luzes, paradas e partidas, de uma Argentina monocromática a uma La Paz pulsante e solar, em um primeiro momento inscreve no espectador uma América Latina desenraizada, pobre, ainda presa a fantasmas de um passado que não a

permite olhar adiante. Depois, porém, simboliza a possibilidade de reconciliação consigo mesma, com suas múltiplas diferenças e com seu destino. Assim, a transformação de Sebastián, alegoricamente, é a possibilidade de encontros, desencontros e transformações da própria condição latino-americana.

A chegada provisória

Como principais contribuições da metodologia empregada neste trabalho, ressaltamos a compreensão da comunicação em sua perspectiva processual, para o que é necessária a combinação de mais de um modelo de análise, a fim de que possamos nos debruçar sobre os aspectos estruturais, mas também ir além deles. Por isso, a opção por tomar como ponto de partida a análise dos elementos da narrativa (personagens, enredo, tempo e espaço), com a divisão em blocos dramáticos (início, desenvolvimento, conflito e desfecho), com ênfase na construção do personagem protagonista.

Em seguida, as três mimeses de Ricoeur nos permitem observar aspectos da esfera social (políticos / simbólicos) e compreender as formas de linguagem, chegando a uma possível leitura / interpretação, o que consideramos o principal limite desse método, por proporcionar uma leitura interpretativa, com resultados singulares que não descartam a subjetividade que toda leitura envolve. Para superar esse limite, é fundamental o diálogo com os autores de referência, além da pesquisa cuidadosa dos aspectos contextuais e sócio-históricos da narrativa

em análise, bem como dos estudos da narrativa como linguagem, sobretudo em sua poética (e em suas especificidades, como, neste caso, a singularidade da narrativa fílmica), que devem guiar o olhar do leitor / analista.

A metodologia aqui proposta pode ser aplicada a narrativas em distintos formatos, sendo o impresso e o audiovisual as formas mais aderentes a esse modelo de análise.

Vale ressaltar, por fim, o entendimento da comunicação em seu caráter processual, transdisciplinar, intersubjetivo, social (político, histórico e cultural), no qual a narrativa, fruto da sensibilidade humana, no intento de ordenar o caos, figura como uma das mais importantes formas de mediação, interpretação e transformação da experiência, portanto, como fonte de compreensão, criação e celebração da memória.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Obras Escolhidas, v. 1.

CAMINO a La Paz. Direção de Francisco Varone. Argentina, 2015. (90 min.)

CARVALHO, Carlos A. de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. **Matrizes**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 169-187, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/48057>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GAMA, Gheysa L. G. Da viagem física à jornada interior: alegorias e identidade cultural em road movies brasileiros (1960-2015). **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, MG, v. 12, n. 2, p. 73-87, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12308>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GOMES, Marcelo B. A narrativa midiática: mediação dos acontecimentos. **Triade**, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, p. 330-246, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/3032>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MARTINEZ, Monica *et al.* Assessoria de imprensa, narrativas midiáticas e saúde: simbiose de fontes, jornalistas, leitores, personagens e afetos. **Intexto**, Porto Alegre, RS, v. 1, n. 38, p. 197-224, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/55744>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MOTTA, Luiz G. Análise pragmática da narrativa jornalística. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 143-167.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador- jornalista. *In*: LEMOS, André *et al.* **Narrativas midiáticas contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

LOTMAN, Iuri. **La semiosfera I**. Cátedra: Madrid, 1996.

PAIVA, Samuel. Gêneses do gênero road movie. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, São Paulo, v. 38, n. 36, p. 35-53, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/70902>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PRYSTHON, Ângela. Da alegoria continental às jornadas interiores: o road-movie latino-americano contemporâneo. **Ícone**, Recife, PE, v. 2, n. 9, p. 113-124, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/icone/article/view/230099>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994. v. 1

SILVA, M. C. C.; SANTOS, T. C. Narrativa mediática (verbetes). *In*: MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **Dicionário da Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009. p. 356- 357.

SILVA, Míriam C. C.; SANTOS, Tarcyanie C. Peregrinação, experiência e sentidos: uma leitura de narrativas sobre o Caminho de Santiago de Compostela. **E-Compós**, Brasília, DF, v. 18, n. 2, p. 1-15, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/1198>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SILVA, Míriam C. C.; CAVASSANI, Maria F.; SILVA, Renata B. Comunicação, mediação e narrativas: por um possível diálogo. *In*: EPECOM, 13., 2019, Sorocaba, SP. **Anais [...]**. Sorocaba, SP: Uniso, 2019. p. 141-154. Disponível em: <https://comunicacaoecultura.uniso.br/assets/docs/epecom/2019/epecom-2019.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**. Petrópolis: Vozes, 2013.

Estratégias metodológicas advindas de teorias peirceanas em análises de processos e produtos midiáticos

Maria Ogécia Drigo
Luciana Coutinho Pagliarini de Souza

As estratégias metodológicas aqui apresentadas trazem a experiência de duas das docentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (Uniso). Vindas de áreas diferentes, Letras e Matemática, Humanas/Exatas, cada uma experimentou na teoria peirceana, pela interface comunicação e semiótica, a possibilidade de desenvolver suas pesquisas.

O percurso de cada uma de nós é apresentado na seção Trajetórias, que envolve também nossas orientações individuais, enquanto pesquisadoras, nesses mais de dez anos no Programa. Por fim, apresentamos reflexões sobre métodos de investigação e sobre a contribuição da Gramática Especulativa, um dos ramos da Semiótica ou Lógica, propostos por Charles Sanders Peirce¹⁶,

¹⁶ Charles Sanders Peirce (1839-1914) desenvolveu a semiótica como lógica e foi o criador do pragmaticismo. Estudou várias ciências, tais como Astronomia, Geodésia, Matemática, Lógica, Filosofia, Teoria e História da Ciência, Econometria e Psicologia, embora fosse químico de formação e se considerasse um lógico. No âmbito da Filosofia é pouco conhecido, ainda que reconhecido por filósofos e cientistas importantes como Bertrand Russel, Popper, Umberto Eco e Putnam. Ainda, recentemente, Ilya Prigogine, ao estudar estruturas dissipativas, menciona as ideias peirceanas que tratam mente e matéria como indissociáveis. Para Bertrand Russel, Peirce foi, sem dúvida, uma das mentes mais originais do final do século XIX e certamente o maior pensador americano de todos os tempos. Umberto Eco o considera como o maior filósofo americano da virada do século – do século XIX para o século XX –, e um dos maiores pensadores do seu tempo. Também Popper o considera um dos maiores filósofos de todos os tempos e, para Putnam, ele era um gigante escondido entre os filósofos americanos.

para análise de processos e produtos midiáticos. As representações visuais constituem nosso foco nas pesquisas desenvolvidas na linha de pesquisa Análise de Processos e Produtos Midiáticos, do programa mencionado.

Trajetórias...

Vinda das Letras, o encontro com a semiótica de Charles Sanders Peirce, deu-se em 1982, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. À época, coordenado por Décio Pignatari, o COS-PUC vinha de uma expansão do Programa de Pós-graduação em Teoria da Literatura, ocorrida em 1978. Haroldo de Campos era professor, bem como Lúcia Santaella – minha orientadora – Lucrecia Ferrara, entre outros grandes intelectuais do nosso país.

A teoria peirceana vinha na esteira de Pignatari e Campos, autores de uma síntese da teoria dos signos publicada na introdução ao livro *Pequena Estética*, de Bense (1971; 2009). Colegas vindos de áreas diversas – música, artes plásticas, literatura, arquitetura, geologia, medicina, além de jornalistas, publicitários, designers... – compunham o programa e o caráter interdisciplinar da teoria peirceana revelava as minúcias contextuais, significativas e interpretativas dos códigos e sistemas de linguagens, como aponta Santaella (2016).

A primeira incursão na semiótica peirceana deu-se em Souza (1986), na dissertação de mestrado, *Charge política: o poder e a fenda*. Percorrer o caminho do ideológico nas charges

por meio da materialidade sígnica, procurando delinear a história registrada por elas – especificamente no período de 1982 que antecedeu as eleições diretas para governador, depois de 17 anos de jejum eleitoral – na sua postura de signo refletor e refrator, foi o objetivo que, para se consumir, viu-se na necessidade de utilizar a teoria peirceana aliada às teorias de Mikhail Bakhtin, como instrumental que nos possibilitaria pinçar os elementos significantes básicos até alcançar a face ideológica do signo, passando, assim dos elementos qualitativos, existenciais e simbólicos que tal semiótica nos permite descortinar. A segunda, deu-se no doutorado, também sob a orientação de Lúcia Santaella. O objeto passou a ser o livro infantil que apresentava relações entre palavra e imagem nada convencionais, isto é, não redundantes, e o objetivo constituiu-se em deslindar o modo como essa relação se configurava. Fundamentada pelas matrizes de linguagem e pensamento erigidas por Santaella (2001), seguindo as ideias peirceanas, foi possível mergulhar nas nuances das camadas de significados que a classificação das linguagens propiciava e vislumbrar o jogo de espelhos verbo-visual revelador das múltiplas facetas do signo. A tese deu origem ao livro *A trama do texto e da imagem: um jogo de espelhos* (Souza, 2010). Munida dessa experiência colateral que se abria para interfaces, o estudo da linguagem visual em produtos midiáticos como fotografia, livro infantil, jornal, outdoor, cartaz; da linguagem verbal no jornal; da linguagem híbrida na canção, no livro didático, no vídeo, deslizando por áreas diversas em interface também com a Comunicação – Artes plásticas, Literatura, Música, Arquitetura, Publicidade, Design e Educação –

permeou, nestes 14 anos no Programa, minhas 18 orientações, dentre as quais 12 tiveram a semiótica peirceana como instrumental metodológico.

Vinda da Matemática, as pesquisas envolvendo teorias peirceanas tiveram início no Mestrado em Educação em Ciências, na Universidade Metodista de Piracicaba/SP. Tais teorias permitiram a construção de um novo olhar para a matemática, que fundamentou análises de práticas pedagógicas, bem como novas propostas de práticas para o ensino da matemática enquanto linguagem. Esse primeiro envolvimento me instigou, de uma forma quase que visceral, intensa mesmo, a continuar estudando Peirce. Isso se deu ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC/SP, local ideal para se estudar Peirce, pois a pesquisadora Lúcia Santaella – com profundo conhecimento da obra do lógico estadunidense – compunha o corpo docente de tal programa. O doutorado, sob a orientação dessa pesquisadora, teve início guiado pelo desejo de compreender o conceito de continuidade que, posteriormente, acoplou-se ao estudo da semiose – ação de signos – na mente humana. Em Drigo (2007), Comunicação e cognição: semiose na mente humana, parte dessa trajetória é contemplada. Mas, em um Programa de Pós-Graduação, a nossa experiência de pesquisa deve compor o interesse de um grupo de pesquisadores, logo, enquanto integrante da linha de pesquisa Análise de Processos e Produtos Midiáticos, em parceria com Luciana Coutinho Pagliarini de Souza, com quem compartilho este capítulo, lançamos um olhar, na perspectiva da semiótica peirceana,

principalmente para os processos e produtos midiáticos que envolvem imagens, representações visuais em geral. Assim, de um lado, limitamos o alcance da arquitetura filosófica do lógico ao aplicar estratégias de análise advindas da gramática especulativa, um dos ramos da semiótica ou lógica; no entanto; de outro, agregamos novos olhares para os processos e produtos midiáticos ao tratar as linguagens das mídias como aquelas que se constituem também com signos distintos da palavra.

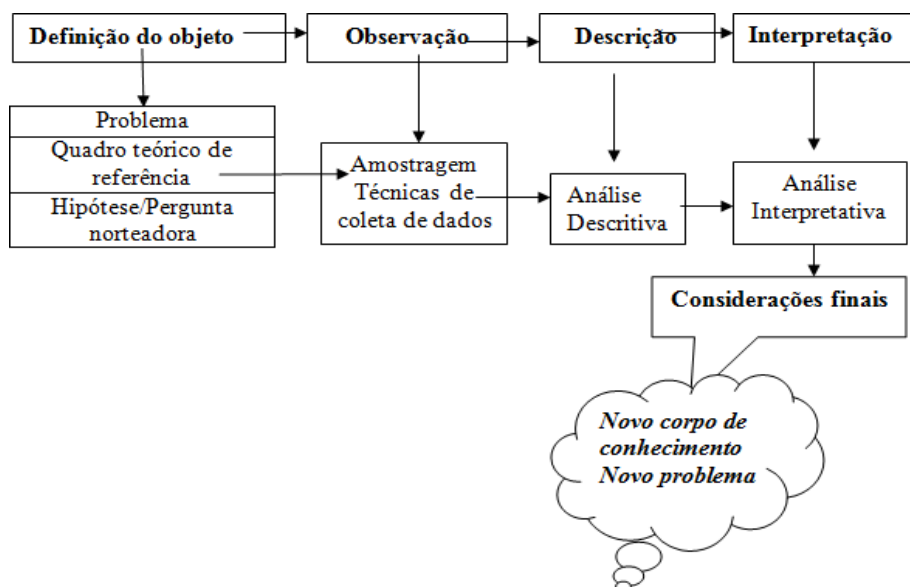
Apesar dos avanços das técnicas de reprodução da imagem – fotografia, vídeo, imagens sintéticas –, bem como dos meios de transmissão, a imagem continua, conforme ressalta Durand (2004), ocupando lugar subalterno no mundo das palavras. Também, como destaca Rancière (2014), as imagens continuam, em certa medida, ainda submetidas ao jugo da palavra. Assim, contribuindo para colocar o pensamento peirceano no contexto da comunicação, no encontro do dilema mencionado pelos estudiosos, orientamos dissertações, em sua maior parte, fundamentadas nas ideias peirceanas, com análises de representações visuais – imagens fotográficas, fotojornalísticas, cinematográficas, da publicidade, da pintura e imagens gastronômicas entre outras; de objetos arquitetônicos ou do design, sendo que algumas delas avançaram na arquitetura filosófica de Peirce, uma por tratar das dez classes de signo propostas por Peirce e construir uma representação gráfica para cada uma delas e a outra, por propor uma teoria da interpretação ao estudar interpretantes dinâmicos atualizados numa comunidade de fãs e, com isso, desenhar uma tendência para o interpretante final.

Nesse sentido, a teoria da interpretação vai além da análise que aqui apresentamos, a qual fornece um inventário de possíveis interpretantes para um signo. Passemos a examinar alguns aspectos das teorias peirceanas.

Sobre pesquisa e semiótica

Vejamos, ponto a ponto, como aspectos do pensamento peirceano podem contribuir para a compreensão do nosso fazer investigativo. Acompanhando as fases da pesquisa, conforme Lopes (2005), organizada em um diagrama (Figura 1), iniciemos com a questão da hipótese.

Figura 1 – Etapas da pesquisa em diagrama



Fonte: Adaptado de Lopes (2005).

Drigo (2007), fundamentando-se em Peirce, esclarece que a ciência deve ser concebida como algo que está sempre em processo, em metabolismo. Isto implica que, em certa medida, os métodos de investigação também podem passar por transformações e, embora haja muitos deles já consolidados pela comunidade científica, nada impede que novos métodos se imponham, principalmente se houver empenho por parte do pesquisador para que as especificidades de um objeto de estudo venham à baila. Isto, contudo, não quer dizer que tais métodos, por mais diversificados que sejam, não tenham características comuns. Conforme Peirce, há princípios gerais, universais, que permeiam tais métodos, os quais se constituem nos três tipos de raciocínio: abdução, dedução e indução.

Em Drigo e Souza (2013), apresentamos como Peirce concebe tais tipos de raciocínio, o que tentamos aqui reproduzir de modo breve. A abdução é aquele tipo de raciocínio que permite a construção do conhecimento novo, original. Ou seja, é uma operação lógica que apresenta uma ideia nova e, no âmbito de uma investigação, constitui-se no processo de criação de uma hipótese explicativa. Assim, diante de um problema, surge uma ideia um tanto vaga e imprecisa, que sugere como algo pode ser. Essa ideia corresponde a uma possível explicação ou solução para o problema, mas a tarefa de colocá-la à prova é árdua e aí, a presença robusta dos outros tipos de raciocínio se faz necessária. A hipótese, portanto, é uma possível resposta à questão que traduz o problema.

Consideramos que o método científico abarca dois estágios: abdução e retrodução, os quais permeiam as fases exibidas

no diagrama (Figura 1). O primeiro estágio corresponde ao caminho que permitiu o emergir da hipótese, do qual nos resta, no nível de consciência do autocontrole, somente a hipótese e os efeitos atados a esse estágio do método, que são um tanto indefinidos, nebulosos. O segundo, corresponde ao caminho de resgate, de retomada do percurso da mente até o emergir da hipótese ou até a “construção” da mesma. Consideramos, portanto, que a abdução envolve a emergência e a seleção de uma hipótese; enquanto a retrodução, como sugere o termo, corresponde ao estágio do método que faz uma retrospectiva do pensamento que culminou com a hipótese, estágio este que permite comprová-la ou não.

Peirce (1958) menciona que a abdução está associada à nossa faculdade de adivinhação, e se manifesta tal como os poderes voadores e musicais dos pássaros, o que implica em poderes instintivos. Vale enfatizar que a adivinhação e o instinto, na arquitetura filosófica do lógico estadunidense, estão vinculados à continuidade entre mente e matéria, o que se explica no sinequismo, um dos ramos da metafísica, no qual se admite que, tanto na mente como na matéria, há signos em ação. A diferença entre elas – mente e matéria - está apenas no modo como a semiose opera, com maior ou menor grau maquínico. Conforme Santaella (2004, p. 106):

Há, conseqüentemente, uma conaturalidade entre a mente e o cosmos, o que significa que o homem tem uma afinidade com a natureza, está em sintonia com ela, e possui uma adaptação natural para imaginar teorias e ideias que traduzem essa sintonia. Mente e natureza desenvolvem juntas, esta última implantando na primeira, sementes de ideias que irão amadurecer em comum concordância.

A quase certeza advém da crença nessa conjectura de que há um fator estruturante comum entre mente e matéria, fator que nos permite adivinhar qual é a hipótese mais adequada àquela sugerida pelos fatos é então a adotada. Assim, até a emergência da hipótese – que faz reinar certo encantamento, a ponto de Peirce (1932) mencionar que este é o elemento sensual do pensamento – são as qualidades de sentimento que afloram neste primeiro estágio descrito que nos acompanha no seguinte, a retrodução. As qualidades dão força à hipótese, a ponto de nela investirmos e darmos início ao processo de resgate do movimento do pensamento que a gerou, para comprová-la ou não.

Há outro aspecto que agrega força à hipótese e nos incita a continuar. Tal força advém da possibilidade de que a comprovação da hipótese, além de criar uma teoria nova, de gerar conhecimento novo, promove o bem comum. Ao explicar o que é instinto na perspectiva peirceana, Santaella (2004, p. 105-106), enfatiza que o instinto, no ser humano, pode ser traduzido por reação criativa e tem como foco a coletividade.

Daí a abdução encontrar seu domínio mais natural na arte e na ciência. Nestas, e principalmente no caso da arte, mesmo que haja uma satisfação inicial do indivíduo, os resultados voltam-se sempre, mais cedo ou mais tarde, para o coletivo. Do começo ao fim, desde o vegetal até o homem, para Peirce, o instinto é social.

A abdução é, portanto, um modo de pensamento que introduz uma nova ideia. “Se podemos aprender algo ainda não

sabido ou entender qualquer fenômeno surpreendente, isso é sempre o resultado da abdução”. No entanto, ainda que o novo dependa da adivinhação, “nem a adivinhação em si, nem a hipótese que ela engendra, são instintivas. O que é instintiva é a capacidade humana para adivinhar a hipótese correta, quer dizer, aquela que é capaz de explicar o fato em questão” (Santaella, 2004, p. 104). E ainda, conforme Santaella (2004, p. 104), seguindo as ideias peirceanas, “o homem tem o *insight* natural das leis da natureza”. Com a adoção provisória da hipótese, inicia-se o novo estágio do método científico. Ele envolve os outros dois tipos de raciocínio: a dedução e a indução. Santaella (2004, p. 93), valendo-se de palavras de Peirce, explica como esses tipos de raciocínio se manifestam:

“A primeira coisa que deve ser feita, assim que uma hipótese for adotada, é traçar suas consequências experimentais necessárias e prováveis. Esse passo é a dedução” (Peirce, 1958, CP 7.203). O passo seguinte é testar a hipótese por meio de experimentos e comparações das previsões deduzidas da hipótese com os resultados reais do experimento. Quando previsões após previsões são verificadas pelo experimento, começamos a nos dar conta de que a hipótese se sustenta entre os resultados científicos: “É essa espécie de inferência, de experimentos, testando previsões baseadas numa hipótese, a única que está habilitada a ser chamada de indução” (Peirce, 1958, CP 7.206).

Quais são os papéis da dedução e da indução na retrodução? A indução permite a correção da hipótese em concordância com possibilidades previstas. Ela busca fatos. A dedução é o

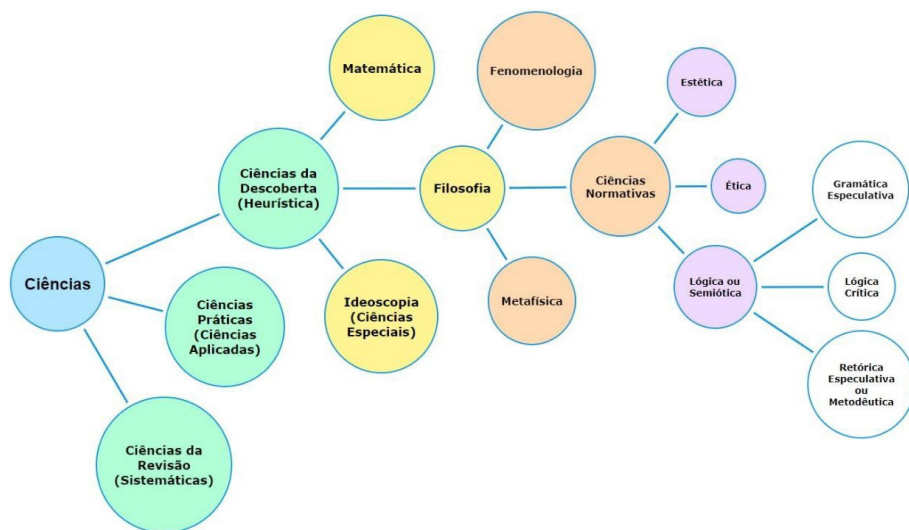
tipo de raciocínio necessário, pois permite encontrar os possíveis percursos do pensamento, com autocontrole, que serão posteriormente testados e de cujos resultados depreendem as teorias. No método científico, a hipótese é construída com a abdução e ela se mostra robusta para explicar um fato surpreendente; a dedução explica a hipótese, ou seja, ela permite a extração de consequências necessárias da hipótese, o que contribui para que a mesma seja testada e, por fim, a indução avalia a hipótese.

Apresentadas as especificidades da hipótese e, considerando-se que os dados estejam coletados, a próxima etapa é descrevê-los e interpretá-los. Vejamos como a semiótica ou lógica, principalmente por meio de uma das suas subdivisões – Gramática Especulativa -, contribui para a interpretação dos dados.

Interpretação

O diagrama das ciências (Figura 2) exhibe a Gramática Especulativa, como um dos ramos da Semiótica ou Lógica, a ciência geral dos signos.

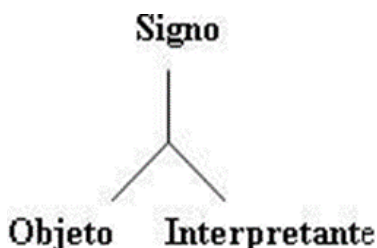
Figura 2 – Diagrama das ciências



Fonte: Adaptado de Drigo (2007).

A Gramática Especulativa exhibe definições de signos e uma taxonomia que não é uma simples nomeação, mas que esclarece como se dá a ação dos signos na mente. A definição de signo é triádica – envolve signo, objeto e interpretante (Figura 3), sendo que o signo faz a mediação. Ou seja, o signo representa o objeto ou está no lugar dele. Assim, com a mediação irrompem os efeitos, os interpretantes, que são signos mais desenvolvidos. Uma teia de signos/interpretantes pode ser gerada na tentativa de dar conta, ainda que parcialmente, do objeto.

Figura 3 – Definição de signo em diagrama



Fonte: Drigo (2007, p. 63).

O diagrama reafirma que o signo “‘representa’ algo para a ideia que provoca ou modifica. Ou seja, é um veículo que comunica à mente algo do exterior. O ‘representado’ é o seu objeto; o comunicado, a significação, a ideia que provoca, o seu interpretante” (Peirce, 1931, CP 1.339). O efeito do signo – o interpretante – provocado numa mente (ou intérprete) não se constitui numa atividade subjetiva. “O signo é capaz de determinar o interpretante porque dispõe do poder de gerá-lo, ou seja, o interpretante é uma propriedade objetiva que o signo possui em si mesmo, haja um ato interpretativo particular que o atualize ou não” (Santaella, 1995, p. 85).

A natureza triádica do signo – signo/objeto/interpretante –, como explica Santaella (2018, p. 5), permite que a análise semiótica de qualquer coisa que se faça signo envolva o signo “em si mesmo, nas suas propriedades internas, ou seja, no seu poder para significar; na sua referência àquilo que ele indica, se refere ou representa; e nos tipos de efeitos que está apto a produzir” nos seus intérpretes.

Aqui, a aplicação de estratégias de análise, advindas deste ramo da semiótica, implica na crença de que o pensamento na mente humana – em particular – se dá via signos, ou ainda, com e nas linguagens. O analista, ou aquele que busca inventariar os possíveis significados engendrados no signo, deve munir-se de três tipos de olhar: contemplativo, observacional e generalizante. Tais olhares, respectivamente, captam do signo/objeto os aspectos qualitativos, os referenciais e os relativos às leis, regras ou normas compartilhadas na cultura em que se insere o intérprete. O primeiro olhar permite capturar os aspectos qualitativos que são os vinculados às cores, às formas, às linhas e às texturas, bem como ao arranjo desses elementos. Ao segundo olhar, cabe buscar pistas que levam o intérprete para existentes, para aspectos da realidade em que o objeto está inscrito. Já o terceiro olhar é o que colhe simbolismos que impregnam o objeto e, de certo modo, vinculado ao contexto cultural em que o objeto se faz signo. Com a análise, é possível elencar interpretantes possíveis para o signo, antes que seja de fato interpretado por alguém, em lugar e momento determinados.

Sob tal perspectiva, podemos analisar processos e produtos midiáticos em geral. No entanto, é preciso levar em conta que esses modos de olhar se constituem como esquemas gerais para o pensamento. Ao se tentar analisar determinada linguagem são necessários conhecimentos específicos da mesma. Feita essa breve explanação acerca do processo interpretativo, simulamos a seguir procedimentos relativos a uma possível pesquisa na área de Comunicação e realizamos a análise semiótica de uma representação visual.

Análise semiótica de uma representação visual

Nossa proposta aqui é simular momentos de uma investigação...

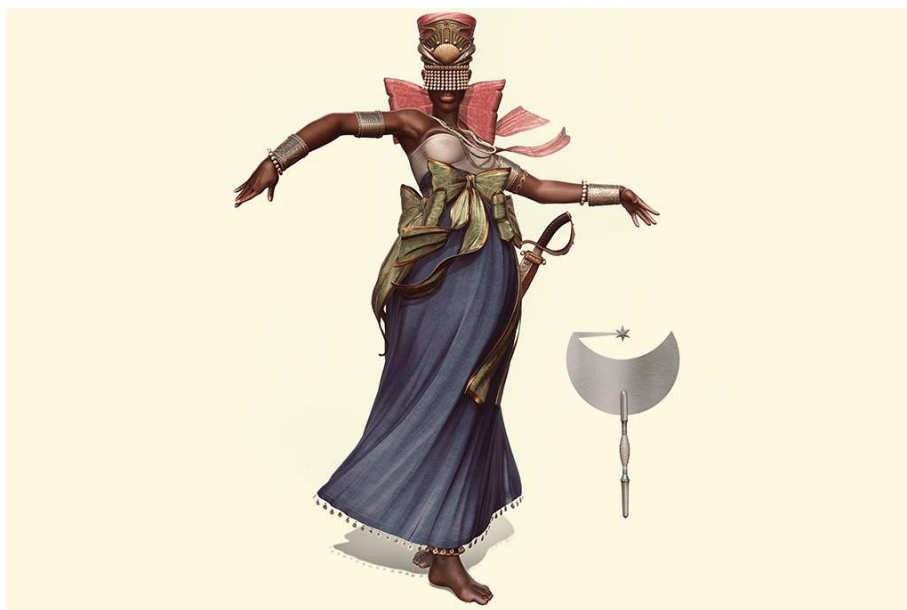
Suponhamos que o tema de certa pesquisa envolva mídias e religião. Num recorte – muito específico – o pesquisador busca avaliar como as representações visuais do Candomblé, que atualmente circulam nas mídias (desenhos, fotografias, imagens televisivas e cinematográficas, pinturas, bem como reproduções das mesmas), contribuem para a compreensão de aspectos dessa religião afro-brasileira. Suponhamos, ainda, que ele escolha determinada revista e dela colete imagens do Candomblé dos últimos dois anos. Pois bem, digamos que uma das representações seja a que oferecemos para ser analisada.

A representação visual (Figura 4) está no lugar de uma divindade do Candomblé, atua como signo de Iemanjá. Conforme Peirce (1958, CP 8. 343), um signo é “como qualquer coisa que, de um lado, é assim determinado por um objeto e, de outro, assim determina uma ideia na mente de uma pessoa, esta última determinação, que denomino o Interpretante do signo é, desse modo, mediatamente determinada por aquele Objeto”.

Além desta imagem, também são signos a palavra IEMANJÁ, uma escultura, uma pintura, um desenho dessa divindade, à medida que cada uma dessas representações pode provocar efeitos na mente de um intérprete qualquer, ao adentrar-lhe o pensamento pelas portas da percepção. Na análise cuidamos de elencar possíveis efeitos do signo, ou possíveis interpretantes,

quando como analistas fazemos a vez de intérpretes particulares. A representação visual em questão sugere, apresenta ou representa a divindade, considerando-se o modo como os aspectos qualitativos, referenciais ou convencionais estão nela impregnados. Por estar no lugar da divindade, por não dar conta de todos os aspectos que a envolvem, a representação visual deixa frestas, brechas, que permitem que um processo de interpretação se desencadeie, o que pode levar ao crescimento da ideia que o intérprete compartilha sobre o Candomblé e a divindade, bem como pode também – no decorrer do tempo – contribuir para que suas ideias, suas crenças sobre os mesmos sejam ressignificadas.

Figura 4 – Iemanjá



Fonte: Hargreanes (2022).

Iniciemos com o olhar contemplativo, que deve estar despi-do, em certa medida, de ideias, crenças e de estereótipos visuais que envolvem tanto o Candomblé como lemanjá. Os tons azulad-do, rosa e prata, em conjunto com as formas sinuosas, ondulantes instauram certa sensualidade e leveza. A textura lisa e um tanto sedosa convida ao tato. Os adereços ocultam os olhos e negam ao intérprete um olhar com potencial para encontrar brechas na fi-gura e nela mergulhar. Com tais aspectos, a representação visual gera uma ambiência impregnada de ambiguidade, que pode cau-sar certo temor, certo estranhamento. Assim, durante uma mínima fração de tempo, as qualidades das cores, das texturas ou dos jo-gos que tais elementos estabelecem geram efeitos. Nestes instan-tes, configura-se o sinsigno¹⁷ e os efeitos permanecem na seara da sugestão, vinculados a certo receio... estranhamento. Não neces-sariamente estes significados emergem no primeiro momento em que tal intérprete particular se põe diante da representação visual. O exercício do olhar contemplativo demanda tempo, disponibili-da-de de se deixar levar pelos sentidos – táteis, visuais, olfativos, au-ditivos – para que as qualidades possam irromper e, mais tarde, no processo interpretativo, participar da composição dos significados ou da geração de outros interpretantes. Deixar-se envolver por qua-lidades exige cultivo do desprendimento do hábito de reagir ao sig-no, de responder ou constatar de imediato, como se não houvesse outra coisa a ver na imagem senão o conteúdo. Esse olhar apre-ende apenas aquilo que a materialidade do signo oferece.

¹⁷ O signo em relação ao seu fundamento, àquilo que o habilita a ser fazer sig-no, classifica-se em qualissigno, sinsigno e legissigno. Sinsigno correspon-de à classificação do signo em relação a si mesmo ou ao seu fundamento. Caracteriza-se pelo fato de ser um existente, pelo caráter singular e único.

Não nos esqueçamos, contudo, que o intérprete está diante de algo existente, afinal, a representação visual (Figura 4) está, de fato, presente na página de uma revista ou em uma tela. Sendo assim, um ou outro aspecto qualitativo pode preponderar, dependendo do meio que a coloca em circulação. Convém que o analista, em diversos momentos da sua tarefa, tente elencar todos esses aspectos e faça conjeturas sobre seus possíveis efeitos em intérpretes particulares.

Passemos para os aspectos referenciais captados por um olhar observacional. Dele brotam todos os vínculos com outros existentes, com a realidade. Na representação visual nomeada lemanjá, a cor da pele da mulher, a vestimenta e os ornamentos, em certa medida, dirigem o intérprete a associações com a África, o Negro, independente dele ter ou não familiaridade com a religião ou com a divindade apresentada. Caso não haja familiaridade, a cor da pele pode levar o intérprete a conjeturar que se trata de algum integrante de uma tribo africana, ou de uma bailarina da cor preta, bem como os adereços – metálicos e prateados – que parecem extremamente contemporâneos, os diversos laços que compõem a vestimenta e a lança atada à cintura, podem levar o intérprete a associar a imagem a um personagem de game. A ausência dos olhos ou a quase ausência do rosto, impõem ao olhar do intérprete um percurso dado em saltos, sem um ponto de atração, o que gera ambiguidades. No caso de o intérprete identificar a divindade do Candomblé, a mesma se faz sinsigno indicial¹⁸ e os efeitos permanecem na seara da sugestão ou da constatação.

¹⁸ O sinsigno indicial une duas classificações sígnicas: a relativa ao fundamento do signo (sinsigno) e a relativa ao signo com seu objeto (indicial). O índice aponta para o objeto a que o signo se refere e impinge num intérprete o efeito de constatação.

Os aspectos qualitativos já mencionados – os jogos com cor, forma, textura – podem gerar efeitos que contribuem para instaurar interesse por uma inteligibilidade, que tem como resposta um olhar com potencial para generalizar. Com tal olhar vêm à tona os aspectos compartilhados culturalmente que impregnam a representação visual. Assim, a representação visual enquanto *sinsigno* cumpre o papel de réplica de um *legissigno*¹⁹, ao compartilhar culturalmente um conjunto de significados vinculados ao Candomblé e à divindade em questão.

Vejamos como tais significados podem ser desvelados. Os tons azulados das roupas podem ser associados, afetivamente, segundo Farina *et al.* (2011), à serenidade, à paz, ao amor; e os tons rosados – mistura das cores vermelha e branca – podem ser associados, afetivamente, conforme Farina *et al.* (2011), à paixão, à emoção. O tom prateado dos adereços dos braços, da cabeça e também do abebê, instrumento que ocupa espaço privilegiado da composição, à direita de lemanjá, pode levar o intérprete a associar a representação visual à ideia de pureza, uma vez que a prata, branca e luminosa, simboliza a pureza e, ao ser associada à água e à lua, passa a ser símbolo do feminino. Os laços ensejam o intérprete a se envolver com a misteriosa energia da divindade, pois para Chevalier e Gheerbrant (2008, p. 373), os laços ou os entrelaços constituem-se como um convite para “identificar, de certo modo, a alma do iniciado não apenas à alma do mundo, mas também à própria natureza da divindade”.

¹⁹ *Legissigno* na relação entre *signo* e fundamento, corresponde à lei, à convenção a padrões. “Um símbolo é um *signo* que se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias gerais, que atua para fazer com que esse seja interpretado como uma referência a esse objeto. Assim, é em si um tipo geral ou lei, um *Legissigno*” (Peirce, 1932, CP 2. 249).

A lança – atada à cintura – agrega sensualidade e força à lemanjá, isto porque, segundo Chevalier e Gheerbrant (2008), tal arma ou instrumento é um símbolo axial, fálico e solar. “O simbolismo se encontra também na África negra, onde, por totalização do poder, o feixe de lanças designa o rei” (Chevalier; Gheerbrant, 2008, p. 536). A roupa, por sua vez, sugere leveza tanto pela textura do tecido como por realçar linhas arredondadas do corpo, além de agregar volume e proeminência aos seios que, conforme Chevalier e Gheerbrant (2008), é símbolo de maternidade, de suavidade, de segurança; vinculado à fecundidade e ao leite materno, pode ser também associado a imagens de intimidade, oferenda.

Dessa forma, a representação visual pode levar o intérprete a pensar numa divindade impregnada de sensualidade, na qual o masculino e o feminino imperam com força, mas com equilíbrio. Novamente, o rosto quase oculto, a ausência do olhar ou da troca de olhares, causa estranheza e coloca o intérprete sob a força de algum poder... Assim, ela incita o intérprete a pensar em algo misterioso, o que causa certo temor.

Com conhecimentos de linguagem visual aliados à semiótica, o intérprete pode também tornar evidente que a feitura dessa figura, ao afastar-se da nitidez de uma imagem fotográfica e adquirir efeitos de pintura ou de imagem gerada pelo computador, adquire um caráter mais icônico que indicial, menos atado à realidade, aos existentes. O fato de que a figura parece vir suspensa no ar e envolta em uma região rosada – sem apoio para os pés – agrega-lhe mais leveza e delicadeza. Aqui vale explorar aspectos técnicos que constam em Dondis (2021).

Os aspectos qualitativos, referenciais e simbólicos que impregnam tal representação alcançam inúmeros atributos da divindade da religião afro-brasileira, que é tida como maternal e tranquila, como representante da água. Neste contexto ela é expressa, geralmente, portando um leque, um espelho e uma lança, que são tidos como símbolos da divindade. Suas vestimentas são de cores branca e azul e, por adorno, usa colar transparente, verde ou azul-claro. Mas o sincretismo religioso nem sempre acata os aspectos inscritos no Candomblé, podendo o repertório ou imaginário do intérprete trazer outras representações visuais de Iemanjá, que tornam possíveis ressignificações da divindade.

O termo sincretismo é muito utilizado para tratar de encontros culturais de diferentes cultos ou doutrinas religiosas e, no que se refere às divindades, não fica claro como se dá a fusão de diferentes religiões. Burke (2010) esclarece que “sincretismo”, foi um termo utilizado, inicialmente, pelo teólogo alemão G. Calixtus, no século XVII, para deplorar tentativas de aproximação de diferentes grupos protestantes; no entanto, no século XIX, no contexto de estudos da religião, o termo incorporou novos significados. “O americano Melville Herskovits, por exemplo, descobriu que o conceito de sincretismo ‘ajudava a aguçar’ suas análises de contatos entre culturas, especialmente no caso da religião afro-americana (por exemplo, a identificação entre Santa Bárbara e o deus Xangô)” (Burke, 2010, p. 51).

Originariamente, conforme Prandi (2005), Iemanjá é a divindade de um afluente do rio Ogum, que nasce no estado de Oyo, na Nigéria e se transformou no orixá desse rio, sendo objeto

de culto de todos os iorubás ou nagôs. Ela ganhou poder ao longo do tempo, mesmo antes de chegar ao Brasil, onde tornou-se a divindade das águas salgadas. É a rainha do mar, mãe protetora dos pescadores, portanto, reverenciada não só por filhos-de-santo. Vejamos, de modo breve, alguns interpretantes que outra representação visual de Iemanjá pode gerar (Figura 5).

Figura 5 – Iemanjá



Fonte: Significados (2022).

Uma região azulada, composta de múltiplos tons de azul, se impõe ao olhar do intérprete, incitando-o à contemplação. Por alguns instantes, ele pode permanecer sob o efeito dessa mescla azulada e ondulante que culmina num corpo de mulher, e formular conjecturas e indagações. Já o olhar observacional capta aspectos referenciais. O analista então os descreve. A figura feminina é de uma mulher branca, com cabelos longos, negros e ondulados. Eles dão corpo e robustez às ondas do mar que se reviram para compor a vestimenta, o corpo da mulher que, uma vez materializado, funde-se com o azul do céu. Trata-se de uma divindade que se origina da fusão entre as águas e o ar, etérea. A sensualidade se faz com as linhas arredondadas postas pelo colo, pelo busto e pelo movimento dos braços. Ela também exhibe uma coroa brilhante. Iemanjá se apresenta, nessa figura volátil, celestial, como a rainha das águas.

Se antes esta representação visual prevaleceu como sin-signo icônico ao fazer com que o intérprete permanecesse em contemplação, agora como sinsigno indicial pode novamente provocar efeitos vinculados aos aspectos qualitativos – as linhas onduladas, a imensidão do azul – e por mostrar algo que parece emergir das águas, como uma revelação. Mas pode também levar à constatação.

O olhar generalizante busca aspectos convencionais que impregnam as formas, as cores, as texturas e os aspectos referenciais mencionados. A mulher branca – de pele excessivamente branca – parece se misturar à luz que dá brilho ao azul das vestes. A posição e a luz que colocam o corpo em proeminência

fazem com que o intérprete associe a representação às imagens de santos do Catolicismo. É um recurso técnico que agrega leveza ao corpo e o impõe ao olhar do intérprete. A cor azul, como mencionamos anteriormente, aguça a imaginação do observador ao diluir os contornos da forma e fazer com que elas permaneçam indefinidas, soltas no espaço.

A estrela, que aparece no céu e na coroa, reforça o caráter celeste desse astro. Mas, conforme Chevalier e Gheerbrant (2008), tal caráter faz dela um símbolo do espírito e, em particular, do conflito entre forças espirituais, ou de luz, e formas materiais, ou das trevas. O dualismo luz/trevas, que pode ser traduzido por bem/mal ou céu/inferno, se faz presente. A coroa, insígnia de poder e de luz, posta no alto da cabeça, confere ao coroadado, segundo Chevalier e Gheerbrant (2008, p. 289):

[...] significado supereminente: ela participa não só dos valores da cabeça, como do corpo humano, mas dos valores do que sobrepuja a própria cabeça, um dom vindo de cima; ela assinala o caráter transcendente de uma realização qualquer bem-sucedida. Sua forma circular indica a perfeição e a participação da natureza celeste, de que o círculo é símbolo. Ela une, na pessoa do coroadado, o que está abaixo dele e o que está acima, mas fixando os limites que, em tudo o que não é ele, separam o terrestre do celestial, o humano do divino.

Os cabelos soltos e cacheados agregam o desejo de entrega à ambiência construída pela representação visual, uma vez que eles podem reforçar os votos de renúncia às limi-

tações e às convenções do destino individual, da vida comum, da ordem social. Chevalier e Gheerbrant (2008) enfatizam que “Maria Madalena, na iconografia cristã, é sempre representada com cabelos longos e soltos, muito mais como um sinal de abandono a Deus, do que como lembrança de sua antiga condição de pecadora”.

Aqui, para um analista que tem familiaridade com a linguagem visual podem vir outros significados ou a observação e descrição de técnicas que reforçam significados desvelados. Nessa etapa da análise, em que o olhar generalizante predomina, a representação visual se faz signo de lei para lemanjá e os efeitos podem ser os da seara da contemplação, da constatação, ou ainda, podem gerar reflexões quando uma comparação seja levada adiante pelo intérprete. Ela pode prevalecer, então, como legisigno icônico, legissigno indicial ou como legissigno simbólico, encapsulando todas as possíveis formas de apreensão do signo.

Em relação à pesquisa simulada, como se pressupõe que o pesquisador tenha conhecimentos sobre o Candombé e as suas divindades, a partir dos resultados de uma análise semiótica, ele poderá avaliar que significados uma representação visual ou outra agrega às religiões em questão, ou mesmo se elas se aproximam ou não das suas origens. Isto permite conjecturar sobre como tais representações visuais podem transformar, para intérpretes gerais, as crenças, concepções e estereótipos vinculados às mesmas, pois a lógica que permeia tais representações, na perspectiva peirceana, também permeia a lógica útil, a que as pessoas se valem no seu cotidiano.

Considerações finais

As estratégias metodológicas aqui apresentadas são extraídas de uma mesma vertente teórica: o pensamento peirceano. De forma sintética, reproduzimos aqui o trajeto desenvolvido neste capítulo, a fim de explicitar sua estrutura. A semiótica ou lógica não se limita à catalogação de sistemas de signos. Como componente da tríade das ciências normativas – estética, ética e lógica ou semiótica –, antecedidas pela fenomenologia, a semiótica está atada a um constructo teórico que fornece balizas para se pensar a ciência e a vida. Difícil dissociá-las nessa teoria, pois a ciência é coisa viva, nunca acabada, sempre em vir-a-ser...

A semiótica ou lógica, como não poderia deixar de ser, também obedece à mesma estrutura triádica e se divide em: gramática especulativa, ramo em que são estudados os mais variados tipos de signos; lógica crítica, ramo que estuda os tipos de raciocínio – abdução, indução e dedução; retórica especulativa ou metodêutica que tem por função analisar os métodos originados por cada um desses tipos de raciocínio.

Pois bem, na busca de descobrir os métodos para se conduzir uma pesquisa, Peirce entendeu que o estudo dos raciocínios deveria ser o ponto de partida e, considerando que raciocínios e quaisquer pensamentos são corporificados em signos, nada mais lógico que estudar todo o manancial de signos que abriga desde a mais tenra qualidade – um som, um cheiro, uma dor, uma mescla de cores... – passando pela singularidade de existentes até a complexidade dos signos gerados pela convenção. A semiótica

se revela então como uma teoria sígnica do conhecimento, isto porque este só pode se dar pela mediação dos signos.

A seguir, apresentamos os tipos de raciocínios como substrato do que Peirce entende como método científico e, tendo o diagrama da pesquisa que teve Lopes como referência, buscamos traçar o caminho da abdução/hipótese criativa, pela retrodução/revisão da hipótese e os papéis da indução e da dedução na validação da investigação.

Finalmente, a representação visual de Iemanjá foi pretexto para exemplificarmos uma análise semiótica. Partindo do pressuposto que a imagem, enquanto representação visual, guarda na sua materialidade o potencial significativo e que esse instrumental analítico é capaz de inventariar suas possíveis manifestações por meio dos aspectos qualitativos, referenciais e simbólicos presentes na epiderme da imagem, descrevemos cada um dos olhares dirigidos aos signos. Em diferentes gradações, esses olhares – contemplativo, observacional, interpretativo – vo decantando camadas de significação.

Encerramos, resgatando uma recomendação da nossa orientadora em comum – Lúcia Santaella – de que é preciso “auscultar os signos”... Esse exercício exige paciência e, ainda assim, não seremos capazes de esgotar os significados potencialmente impregnados em qualquer signo. Negar essa façanha, seria desconhecer a natureza incompleta do signo. Enquanto pudermos voltar à pesquisa que julgamos ter finalizado com a consciência de que há ainda muito a se fazer, estaremos inseridos na premissa peirceana de que pesquisa  vida e caminha, para muito além de nós...

Referências

- BENSE, Max. **Pequena estética**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1971; 2009.
- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2010.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2008.
- DONDIS, A. Donis. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 2021.
- DRIGO, Maria O. **Comunicação e cognição: semiose na mente humana**. Porto Alegre; Sorocaba: Sulina; Eduniso, 2007.
- DRIGO, Maria O.; SOUZA, Luciana C. P. de. **Aulas de semiótica peirceana**. São Paulo: Appris, 2021.
- DURAND, Gilbert. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.
- FARINA, Modesto *et al.* **Psicodinâmica das dores em comunicação**. São Paulo: Edgard Blücher, 2011.
- HARGREANES, Patrícia. Os orixás mais populares do Brasil. **Super Interessante**, São Paulo, 2 abr. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/os-orixas-mais-populares-do-brasil/>. Acesso em: 05 fev. 2022.
- LOPES, Maria Immacolata V. de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 2005.
- PEIRCE, Charles Sanders. Principles of philosophy. *In*: HARTSHORNE, Charles; WEIS, Paul (orgs.). **Collected papers**. Cambridge: Harvard University Press, 1931. v. 1.

PEIRCE, W. (org.). **Collected papers**. Cambridge: Harvard University Press, 1958. v. 7.

PEIRCE, Charles Sanders. Reviews, correspondences and bibliography. In: BURK, Arthur W. (org.). **Collected papers**. Cambridge: Harvard University Press, 1958. v. 8

PRANDI, Ronaldo. **Segredos guardados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins fontes, 2014.

SOUZA, Luciana Coutinho P. de. **A trama do texto e da imagem: um jogo de espelhos**. São Paulo: Annablume, 2010.

SOUZA, Luciana Coutinho P. de. **Charge política: o poder e a fenda**. 1986. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/5041>. Acesso em: 05 fev. 2022.

SANTAELLA, Lúcia. **Teoria geral dos signos: semiose e autogeração**. São Paulo: Ática, 1995.

SANTAELLA, Lúcia. **Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SANTAELLA, Lúcia. **O método anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: UNESP, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. Memória e perspectivas da semiótica no Brasil. **Intexto**, Porto Alegre, n. 37, p. 22-33, set./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/68862>. Acesso em: 05 fev. 2022.

SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

SIGNIFICADOS: descubra e entenda diversos temas do conhecimento humano. Disponível em: <https://www.significados.com.br/lemanja/>. Acesso em: 05 fev. 2019.

A pesquisa de campo na comunicação: uma abordagem etnográfica nos estudos de práticas socioculturais

Mara Rovida

Este capítulo apresenta o percurso de pesquisa da autora, incluindo o primeiro trabalho desenvolvido com a abordagem metodológica que é foco da reflexão, bem como as experiências no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba. Enfatiza-se que nesse formato de pesquisa preza-se por uma perspectiva epistêmica que não encara a comunicação como objeto de pesquisa, mas sim como produção de sujeitos, em outros termos, como prática sociocultural. Como ponto de partida teórico-metodológico, tem-se a ideia de descrição densa apresentada por Geertz que é utilizada como inspiração para trabalhos de campo, conformados pela perspectiva etnográfica organizada em dois movimentos – a experiência imersiva e a interpretação dos dados “em formas pesquisáveis”, como diria o autor (2008, p. 15). Os trabalhos usados para exemplificar essa prática de pesquisa foram realizados para compreender produções jornalísticas brasileiras.

O jornalismo como prática sociocultural

As pesquisas que representam a experiência do trabalho de campo, narrada neste capítulo, têm um aspecto comum,

o olhar para a prática jornalística e os sujeitos que produzem este fenômeno social. Isso não significa que esse formato de investigação científica se circunscreva apenas a esse universo comunicacional, muito ao contrário. É notável – dentro de suas potencialidades e limites – o aproveitamento desse tipo de pesquisa em outras esferas comunicacionais, culturais e sociais até pelo fato de que a inspiração metodológica se dá a partir de um campo da Antropologia, a etnografia.

Como jornalista de formação e pesquisadora dos fazeres jornalísticos, a autora do capítulo se vale de duas experiências, desenvolvidas ao longo de quase uma década (de 2011 a 2020), na presente reflexão. Entram nesse escopo o trabalho de doutoramento desenvolvido na Escola de Comunicações e Artes da USP, transformado em livro por Roviada (2015a) e que foi um dos finalistas do prêmio Jabuti na categoria Comunicação em 2016; e o primeiro trabalho desenvolvido como docente no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba que também foi relatado em livro assinado por Roviada (2020). Ambas as pesquisas foram realizadas com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp.

Na primeira experiência mencionada, o trabalho partiu de uma cena narrada na cobertura radiofônica do trânsito de São Paulo, cujo impacto na audiência chamou a atenção da pesquisadora. De forma resumida, a cena narrada pelo repórter de uma emissora de rádio especializada na cobertura do trânsito continha alguns personagens bastante comuns desse cenário urbano: um motorista de caminhão, agentes da Central de Engenharia

de Tráfego e policiais militares. Um incidente com o caminhoneiro ocasionou o bloqueio temporário de importante via expressa da capital paulista, mas o contexto da história revelava inúmeras conexões e interações que trouxeram para o boletim do repórter certa complexidade que parece ter impactado o público. Ao narrar esses detalhes em sua entrada ao vivo, direto da pista bloqueada, o repórter contribuiu para que a audiência da emissora pudesse entrar em contato com a dinâmica social em que os personagens estavam imersos. Como resultado, o público, formado em boa parte por motoristas de automóveis particulares, se posicionou de forma amistosa e compreensiva com o protagonista da história, o caminhoneiro. Esse detalhe, observado pela pesquisadora, revelou a ocorrência de uma potencialidade da narrativa jornalística já largamente discutida por Medina (1996; 2008a), isto é, a dialogia. De acordo com Medina (1996; 2008a), a comunicação jornalística é triádica – composta por fontes de informação, mediador (jornalista) e público – e engendra uma possibilidade de diálogo entre os envolvidos no processo. De maneira resumida, nessa perspectiva, as interações promovidas pelo jornalista, mediador social, podem ser desenvolvidas de maneira dialógica e, quando isso acontece, existe a possibilidade de os sujeitos envolvidos na comunicação se afetarem mutuamente o que em outros termos implica no diálogo dos afetos, segundo Medina (2008a).

A cena e sua repercussão suscitaram dúvidas sobre as condições em que a narrativa foi produzida e sobre o jornalista como profissional que atua no espaço social que serve de palco para as histórias que narra. Paralelamente, surgiu também a

inquietação a respeito da perspectiva do protagonista da narrativa, o caminhoneiro, um contumaz antagonista do trânsito urbano. Como estratégia para alcançar alguma compreensão sobre todos esses aspectos, um projeto de pesquisa de campo foi elaborado. O objetivo era experimentar a realidade do trânsito a partir da perspectiva dos dois personagens que interessavam à pesquisadora, o repórter e o caminhoneiro. Esse trabalho de campo, colocado em prática em duas frentes – uma dedicada aos repórteres e outra aos caminhoneiros –, resultou num longo diário de campo composto por anotações de horas de observação e entrevistas abertas com profissionais das duas categorias. De maneira um pouco intuitiva, a execução da pesquisa esteve alicerçada na noção de descrição densa – conceito que será pormenorizado a seguir – de Geertz (2008) que acabou servindo de referência metodológica para o trabalho cujo resultado se consolidou na apresentação de uma síntese conceitual nomeada de diálogo social solidário.

Essa síntese conceitual surge como forma de interpretar a dinâmica social observada na cena que inspirou o projeto de pesquisa. Isso porque, depois de conhecer, pela imersão em campo, as experiências do narrador e do protagonista, notou-se que o contexto da produção narrativa parecia permeado por um fenômeno social apresentado por Durkheim (2004). De acordo com o sociólogo francês, a divisão social do trabalho que caracteriza a sociedade ocidental capitalista gera, paralelamente à profunda especialização e segmentação, uma intensificação da interdependência entre os grupos sociais. Em alguns momentos – raros,

de acordo com o próprio autor –, as pessoas se percebem nessa teia de relações interdependente e se portam de forma comprometida com o interesse comum. Esse tipo de ocorrência foi nomeado por Durkheim (2004) de solidariedade orgânica. Na cena narrada pelo jornalista, observa-se essa teia de relações entre os personagens apresentados. É perceptível que, naquele instante, os profissionais envolvidos na ocorrência tentam, por meio das possibilidades de suas funções, dar cabo de um problema que impacta não apenas suas próprias rotinas laborais, como a experiência de todos os que circulam pela cidade – o caminhão passou por um desnível de pista o que quase provou a queda da carga; o motorista, que havia sido assaltado pouco antes, teve de pedir ajuda às autoridades para evitar o acidente.

Cada detalhe da história incluso na versão narrada pelo repórter ajuda a compor, no imaginário, essa teia de relações interdependentes e, nesse momento, a dialogia jornalística – também um tipo de ocorrência potencial e rara – parece colocar o público da rádio em contato com esse fenômeno social, estudado por Durkheim. Ao fim e ao cabo da pesquisa, concluiu-se que essa dinâmica imbricada entre fenômeno social e fenômeno comunicacional revela a possibilidade de a narrativa jornalística dialógica ampliar a ocorrência da solidariedade orgânica ao incluir um terceiro elemento na interação social, isto é, o público da narrativa. Essa possibilidade foi então nomeada de diálogo social solidário.

A partir dessa primeira experiência, uma segunda pesquisa foi projetada com o objetivo de alcançar alguma compreensão sobre a realidade laboral de jornalistas que atuam em frentes

de trabalho comunicacional nas chamadas periferias da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Novamente o trabalho jornalístico é alvo das atenções por revelar uma teia de relações sociais potencialmente orientadas por um tipo de solidariedade social, como aquela classificada por Durkheim (2004). Mas para apreender os sentidos dessas relações que envolvem esses produtores de comunicação, foi preciso um movimento de aproximação com esses sujeitos sociais.

O trabalho de campo, mais amadurecido, foi desenhado de forma comprometida com as diretrizes da descrição densa de Geertz (2008) e, por isso, o cronograma de trabalho foi inúmeras vezes refeito e repensado. É necessário alertar que esse tipo de pesquisa impõe a seus adeptos o desafio da flexibilidade. Esse certamente foi o maior aprendizado dessa experiência com um grupo de profissionais que atua de forma independente, sem horário fixo ou mesmo sem um local específico de trabalho. Como planejar um determinado tempo em campo (num endereço específico, por exemplo) se os sujeitos a serem observados/acompanhados não possuem tal estrutura?

Ir a campo é sempre um desafio, mas quando o pesquisador se depara com situações de improviso e de indeterminação, é preciso reagir rapidamente para se adequar. Por isso, essa segunda experiência esteve pautada em grande medida pela interação direta com os jornalistas. Além de um tempo alargado dedicado às entrevistas abertas (em formato diálogo), foi imprescindível estabelecer pessoalmente relações para minimamente acessar os espaços de atuação desses profissionais. Em outros

termos, antes de conseguir licença para acompanhar reuniões de pauta, eventos fechados ou mesmo apurações para reportagens, foi preciso conquistar a confiança desses profissionais e aos poucos conseguir acesso; diferentemente da primeira pesquisa em que as duas categorias de profissionais acompanhados em suas rotinas laborais foram contatadas por intermédio de suas chefias, isto é, de uma forma mais institucionalizada.

Nessa segunda investigação científica, vencidos os desafios da configuração do contexto laboral, foi possível amadurecer técnicas e estratégias do trabalho de campo. Ficou ainda mais intensa a defesa da perspectiva de Geertz (2008) sobre o trabalho de campo como uma busca por apreender os sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos de pesquisa aos gestos e comportamentos observados. O impacto desse entendimento se mostra na narrativa dos resultados da pesquisa em que se parte das indicações, inclusive teóricas, dos jornalistas acompanhados e/ou entrevistados para refletir sobre esse fazer comunicacional nos territórios periféricos. Em outros termos, o diário de campo se torna mandatário e organizador da reflexão apresentada e a pesquisadora busca evidenciar a interpretação dos sentidos acionados pelos sujeitos de pesquisa a partir do que eles mesmos apontam. Esse é o desafio do trabalho de campo, na visão de Geertz (2008, p. 15), apresentar em “formas pesquisáveis”, isto é, valendo-se de conceitos e ideias teóricas conhecidas a produção simbólica de outrem. Neste caso, interpretar com base nas teorias sociais, culturais e comunicacionais os sentidos acionados pelos próprios jornalistas sobre essa prática profissional nas periferias da RMSP.

A descrição densa e a observação-experiência

Geertz é um antropólogo estadunidense que nos apresenta a ideia de descrição densa.

[...] a etnografia é uma descrição densa. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (Geertz, 2008, p. 7).

O autor defende uma abordagem que vai além de uma descrição superficial de cenas assepticamente observadas em campo. Ao qualificar a descrição como densa, ele chama a atenção para as camadas de sentido que conformam o dado alcançado pela imersão, sem a ilusão de um distanciamento entre pesquisador e “objeto” de pesquisa. Em outros termos, a ideia de descrição densa contempla a necessidade de uma interação entre sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados ou, como preferimos em nossos trabalhos, sujeitos de pesquisa. Reforça-se uma postura em que se entende o trabalho de campo como uma atividade de interação entre indivíduos autônomos e, portanto, não objetificáveis. Aqui estabelece-se uma das premissas epistemológicas desse formato de pesquisa, isto é, não há que se falar de objeto de pesquisa e sim de sujeitos de pesquisa ou fenômenos produzidos por grupos de indivíduos. Nos dois exemplos apresentados anteriormente, os fenômenos

ou dinâmicas estudados são tomados como produções coletivas de sujeitos – o que também poderia ser nomeado de práticas socioculturais, conforme ideia presente na qualificação de uma das linhas de pesquisa do PPGCC-Uniso.

Em outro momento, Geertz esmiúça os procedimentos ou a práxis desse formato de pesquisa e indica ser esse tipo de estudo parte de uma ciência interpretativa. No livro *O saber local – novos ensaios em antropologia interpretativa*, Geertz (2004) defende que o entendimento dos fenômenos observados pelos antropólogos depende de dois procedimentos. Primeiro, é preciso permitir aos indivíduos partícipes das dinâmicas observadas desenvolver e apresentar interpretações sobre suas regras morais, legislação, religiosidade e demais aspectos de sua vivência em grupo. Depois, de acordo com Geertz (2004, p. 20), é necessário “mostrar a lógica das formas de expressão deles, com nossa fraseologia”. Geertz forma, assim, uma abordagem que elege a interpretação dos atores sociais que fazem parte dos grupos pesquisados como fonte de informação do pesquisador. O estudioso, por sua vez, irá formular um texto capaz de tornar tal interpretação acessível e compreensível a seus pares. Dessa forma, tem-se como desafio encontrar estratégias para apreender os sentidos atribuídos por outrem e, num segundo momento, narrar essa interpretação de forma a permitir que outros investigadores entrem em contato com essa teia de significações.

A imersão em campo requer alguns cuidados; “[...] o movimento é entre interpretar demais ou interpretar de menos, lendo mais coisas naquilo que observamos do que a razão exigiria”,

nas palavras de Geertz (2004, p. 29). Não se deve, portanto, se fiar em exemplos de histórias extraordinárias, nem mesmo reduzir os indivíduos a um tipo comum, como se as pessoas fossem todas iguais. Identificar as diferenças culturais e respeitá-las no processo de interpretação é essencial. Além disso, não se deve deixar levar por excessos fantasiosos. Numa palavra, é preciso ponderação.

Esse jogo interpretativo ganha reforço no que Geertz (2004, p. 87) chama de “experiência próxima”, isto é, a informação ou dado ganha a interpretação de quem faz parte dos grupos pesquisados. Entra em cena o informante, um sujeito que faz parte do contexto observado e que ajuda o pesquisador a alcançar os sentidos atribuídos – pelos partícipes da dinâmica estudada – aos gestos, comportamentos, rituais e demais situações acompanhadas. Esse informante, por assim dizer, é mais capacitado para identificar e indicar os significados atribuídos pelo grupo. Com base nessa ajuda, é possível ponderar com mais propriedade.

Reforça-se mais uma vez que o pesquisador terá como objetivo inferir o que as próprias pessoas envolvidas nos fenômenos observados pensam sobre aquilo que foi anotado em campo. Seria como ter certeza de que em Bali determinado ritual tem um peso maior ou menor não porque o pesquisador chegou a essa conclusão por conta própria, mas porque os balineses assim o disseram, para usar um exemplo do próprio Geertz (2004).

Com essa postura, o pesquisador ganha em capacidade interpretativa. Ele conquista, inclusive, os espaços da subjetividade.

Em suma, é possível relatar subjetividades alheias sem recorrer a pretensas capacidades extraordinárias para obliterar o próprio ego e para entender os sentimentos de outros seres humanos. Possuir e desenvolver capacidades normais para estas atividades é, obviamente, essencial, se temos esperança de conseguir que as pessoas tolerem nossa intrusão em suas vidas ou de que nos aceitem como seres com quem vale a pena conversar.

[...] a compreensão depende de uma habilidade para analisar seus modos de expressão, aquilo que chamo de sistemas simbólicos, e o sermos aceitos contribui para o desenvolvimento desta habilidade. Entender a forma e a força da vida interior de nativos – para usar, uma vez mais, esta palavra perigosa – parece-se mais com compreender o sentido de um provérbio, captar uma alusão, entender uma piada – ou, como sugeri acima – interpretar um poema, do que com conseguir uma comunhão de espíritos (Geertz, 2004, p. 106-107).

Isso implica em não perder de vista o aspecto coletivo da construção de sentidos. Mesmo que a fonte de informação seja um indivíduo, retomando a participação do informante, o sentido que ele irá identificar para interpretar uma pintura, um ritual ou qualquer outra situação referente a seu grupo social terá como origem um processo coletivo de construção de significado. “[...] como todas as outras capacidades plenamente humanas, um produto da experiência coletiva que vai bem mais além dessa própria experiência”, aponta Geertz (2004, p. 165).

A segunda etapa da descrição densa é um movimento de pensar com os megaconceitos das ciências sociais, de acordo

com Geertz (2008). De posse de um entendimento sobre os sentidos acionados nas cenas observadas, o pesquisador vai se valer de seu diário de campo, onde os detalhes dessa experiência com os sujeitos de pesquisa foram anotados, para elaborar uma segunda narrativa. Nesse momento, o objetivo é apresentar a teia de significados que envolve a dinâmica estudada, embasando-se em referências teóricas que ajudam a compreender os dados levantados em campo. Esse segundo texto é o elo entre os sujeitos de pesquisa e os pares do pesquisador responsável pelo trabalho, por isso sua função de mediação é nítida e nos aproxima de uma outra linha de pesquisa de campo, esta sim da Comunicação, que costura as relações entre os envolvidos no trabalho científico de maneira similar. Trata-se da perspectiva da observação-experiência, apresentada por Medina (2008b; 2016).

A ideia de observação-experiência permeia os estudos de Medina de forma que se estabelece como premissa do trabalho de pesquisadores que, ao longo de décadas, participaram de seus laboratórios e também está presente na visão de como a prática jornalística de reportagem se desenvolve em sua plenitude. Estar em campo, estabelecer o diálogo com sujeitos de pesquisa ou com fontes de informação implica em criar uma interação social entre indivíduos autônomos e que só é possível desenvolver com toda sua potencialidade no que Medina (2016) chama de ato presencial. Nessa presença corpórea, física, o pesquisador ou o jornalista alcançam com seus cinco sentidos humanos uma compreensão mais ampla, profunda e, por que não, subjetiva da cena que interessa a sua pauta ou a seu projeto acadêmico.

A observação, portanto, não se estabelece como uma participação ou de forma participativa, mas se desenvolve como parte de uma experiência vivenciada de maneira afeta – dito de outra forma, uma experiência formatada pela abertura ao outro, pela possibilidade de ser afetado e afetar.

[...] nas narrativas da contemporaneidade ou na pesquisa empírica, a observação-experiência, ferramenta que amplia a técnica burocrática da coleta de informações e dá margem à autoria solidária, rigorosa e criativa. No contexto da experiência do mundo vivo – verdadeiro cenário do repórter e do pesquisador –, a coleta de depoimentos, a leitura cultural e a busca de informações históricas e específicas da atualidade ultrapassam os limites da entrevista. A arte de tecer o presente aponta, portanto, para a múltipla capacidade de produzir significados: em síntese, resgata o protagonismo, expande-se na contextualização sociocultural, pesquisa as raízes históricas e promove a escuta de especialistas sobre o tema da pauta (Medina, 2008b, 95).

Ao indicar que a observação-experiência dá abertura “à autoria solidária”, Medina (2008b, p. 95) nos aponta uma forma de lidar com um dos aspectos da segunda etapa da descrição densa. Mesmo que o esforço de apresentar em “formas pesquisáveis”, para usar a terminologia de Geertz (2008, p. 15), seja desenvolvido pelo pesquisador, esse processo é colocado em movimento de maneira coletiva, ou solidária. Em outros termos, os sujeitos de pesquisa, neste momento, principalmente os informantes, serão parceiros, colaboradores fundamentais na es-

crita acadêmica. Ainda que parte desses sujeitos não domine o código científico, essa narrativa está comprometida com uma teia de significados só alcançável ao cientista pela generosidade e abertura desses indivíduos. Não se pode esquecer, por outro lado, que entre as formas pesquisáveis ou os megaconceitos anunciados por Geertz estão, na verdade, os resultados de pesquisa e reflexão teórica de outros estudiosos que também auxiliam, portanto, nesse processo (coletivo) narrativo.

A cumplicidade estabelecida entre pesquisador e sujeitos de pesquisa pode dar arrepios nos mais fervorosos defensores da assepsia científica promovida pelo distanciamento em relação aos “objetos” de pesquisa. Por isso, novamente é preciso recuperar as bases epistemológicas que fundamentam o tipo de pesquisa, aqui apresentado. Nesse sentido, a construção de conhecimento está pautada pela ideia de um processo dependente das interações entre sujeitos; sujeitos que são fruto de suas vivências e experiências coletivas. Dessa forma, o pesquisador passa a se perceber ele próprio como um ser permeado de subjetividade e, em vez de tentar neutralizar essas interferências “pessoais” no processo de análise e interpretação, ele vai usar seus sentidos humanos como parte de seus “instrumentos” de pesquisa ao mesmo tempo em que mantém sob vistas sua falibilidade. É como reconhecer que os esforços para uma suposta neutralidade são limitados ou mesmo impossíveis, lidar com essa limitação ou impossibilidade de maneira clara parece mais profícuo do que artificialmente se arrogar uma também suposta capacidade de isenção.

Para costurar os aspectos relevados da descrição densa e da observação- experiência, indica-se a forma de interação estabelecida pelo pesquisador com os sujeitos e os fenômenos estudados. Entendendo-se como sujeito falho e composto por sua subjetividade, o estudioso vai buscar uma compreensão mais profunda, permeada sim por seus sentidos humanos, mas também respaldada pelo diálogo com seus informantes. Manter em vista essas particularidades do trabalho empírico reforça o compromisso maior elencado por Geertz nas pesquisas de campo, formatadas pela descrição densa, isto é, a busca pelos sentidos produzidos coletivamente pelos sujeitos que fazem parte dos fenômenos ou cenas observados.

Uma experiência de imersão

Como forma de demonstrar o desenvolvimento de um trabalho nos moldes aqui apresentados, lança-se mão da experiência anotada no livro *Jornalismo das periferias – o diálogo social “solidário” nas bordas urbanas de Roviada* (2020). Na obra, a pesquisa desenvolvida entre 2017 e 2020 sobre o jornalismo produzido nas periferias da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é relatada.

Toda pesquisa surge de um incômodo, uma curiosidade, uma vontade de compreender melhor um determinado assunto, tema ou situação. Essa inquietação ganha no projeto de pesquisa a alcunha de problema que pode ser também desenvolvido como uma problematização. No caso da pesquisa sobre o jornalismo das periferias, a inquietude remetia à necessidade de mais

informações sobre o cotidiano laboral de jornalistas profissionais à frente de veículos de comunicação com políticas editoriais recortadas por um compromisso com os territórios periféricos. Com a intenção de compreender mais a fundo quem são esses profissionais e de que maneira essa comunicação é produzida, foi preciso criar estratégias para possibilitar uma interação com esses sujeitos em suas rotinas de trabalho. Estabeleceu-se assim o primeiro desafio porque, como mencionado anteriormente, os jornalistas que atuam nesses grupos não possuem horário e local determinados para desempenhar essa função. Por isso, a negociação para ter acesso aos espaços teve de ser feita diretamente com os sujeitos de pesquisa, de forma distanciada, antes de ir a campo. Em algumas investigações científicas desse tipo, os pesquisadores vão a campo para, pessoalmente, identificar potenciais sujeitos/personagens de pesquisa porque não possuem outras formas de acesso aos espaços de interesse. Isso demonstra que a fase de identificação dos espaços e dos sujeitos de pesquisa depende muito das dinâmicas em que estão inseridos, sendo que o pesquisador precisará se adaptar a essas particularidades.

Uma pesquisa de campo começa, portanto, com a identificação dos sujeitos e/ou dos espaços vinculados ao fenômeno sociocultural que interessa ao pesquisador. As questões que surgem são com quem falar e onde encontrar essa pessoa? É preciso saber que a presença do pesquisador normalmente provoca um incômodo e suas tentativas de aproximação podem sofrer resistências por parte dos sujeitos de pesquisa. Não há razão para inconformismos com essa característica reativa das

pessoas, justamente porque nesse tipo de trabalho o que se quer é observar, estar presente e experimentar um universo de outrem e isso acaba, em algum grau, tocando ou perturbando a intimidade de quem faz parte do grupo estudado. Antes de ir a campo, é preciso se preparar para enfrentar tais resistências.

Na pesquisa com os jornalistas não foi diferente. Depois de identificar pela investigação sistemática em redes digitais e acompanhar presencialmente um grande evento aberto ao público, promovido pelos jornalistas que atuam nessas frentes de trabalho, a pesquisadora se apresentou formalmente a dois profissionais. Foram cerca de três semanas de conversa para que a primeira autorização para acompanhar um momento de trabalho fosse conquistada. Neste caso, como as rotinas laborais incluem um momento alargado de ações em *home office*, a saída para uma observação em campo não tão invasiva foi proposta como acompanhamento de atividades externas como cobertura de eventos, entrevistas e reuniões de pauta em locais menos intimistas. Paralelamente, foram feitas entrevistas abertas em forma de diálogo – isso significa que havia uma pauta com os temas a serem abordados, mas não um roteiro fechado com perguntas previamente elaboradas – com seis jornalistas dos quatro grupos contemplados no cronograma de pesquisa. A definição dos grupos, que se deu a priori, foi respaldada por informações levantadas com um informante, isto é, um jornalista que faz parte desse universo comunicacional, mas cujo coletivo em que é cofundador não foi acompanhado na pesquisa. Este jornalista ajudou a compreender alguns dos pilares desse

fenômeno jornalístico de forma que os grupos escolhidos pudessem ser tomados como representantes desse universo maior.

Cada momento ou dia de observação em campo deve ser cuidadosamente registrado em um diário, de preferência um arquivo digital. Durante as visitas ou incursões em campo, o pesquisador pode tomar algumas notas em um bloco de papel ou mesmo registrar algumas cenas usando máquinas fotográficas, filmadoras ou o equivalente em *smartphones*. O importante é diferenciar os registros que se fazem durante o trabalho de campo do diário que é elaborado como um relatório que deve ser preenchido dia a dia. Alguns pesquisadores preferem não usar dispositivos como os mencionados anteriormente para diminuir os impactos do incômodo gerado por sua presença nos lugares. Na pesquisa com os jornalistas das periferias, a estratégia aplicada foi a de não utilizar recursos tecnológicos, exceto nas entrevistas que foram gravadas com celular. No mais, em raros momentos foram feitas anotações em bloco de papel. O objetivo era controlar as interferências e ao mesmo tempo aguçar os sentidos para experimentar ou vivenciar os momentos de imersão.

O diário de campo do trabalho com os jornalistas das periferias foi composto por 27 horas, descontados o tempo dos deslocamentos, de interação com os sujeitos de pesquisa. Metade desse tempo foi dedicada à observação e a outra metade às entrevistas. O registro dessa experiência rendeu um arquivo.doc, em formatação padrão – fonte Times New Roman 10, espaço 1,5, sem recuo de parágrafos –, com 41 páginas (um pouco mais de 150 mil toques). Essa narrativa contém cada detalhe observado,

cada fala ouvida, cada gesto, padrão de comportamento, enfim os dados de cada cena acompanhada. Alguns detalhes, inclusive, parecem pouco importantes enquanto se está em campo e ganham dimensão no momento da escrita do diário. Há também informações anotadas no diário que somente mais tarde, quando o pesquisador retomar a narrativa, farão sentido ou ganharão centralidade. Por isso, é imprescindível que essa escrita seja realizada no calor da experiência, logo que se retorna do campo.

A leitura cuidadosa do diário de campo – que é, na verdade, tomado como um banco de dados nesse tipo de pesquisa – é o passo de transição entre o primeiro movimento da descrição densa – configurado pela imersão em campo que compreende as relações estabelecidas com os sujeitos de pesquisa, isto é, observação, diálogo, entrevistas – e sua segunda etapa. Como dito anteriormente, a segunda fase da pesquisa tem por objetivo produzir uma narrativa que apresente uma interpretação acessível dos dados do diário de campo. Além de contar com a ajuda dos informantes – o que já pode estar registrado no diário –, é necessário buscar nas referências teóricas suporte para essa reflexão. No caso da pesquisa com os jornalistas das periferias, esse processo foi balizado por referências acionadas pelos próprios sujeitos da pesquisa em suas entrevistas. Ao serem perguntados sobre alguns tópicos relacionados ao universo comunicacional e urbano em que suas práticas estão inseridas, eles se valeram de autores para expressar opiniões pessoais e também indicar como seus grupos compreendem tais temas. As referências foram pesquisadas posteriormente e incluídas na narrativa final da pesquisa como suporte para a reflexão.

A forma como o diário de campo entra na redação final da pesquisa varia e pode ser um fator de autoria a ser explorado pelo pesquisador. Em ambas as pesquisas mencionadas anteriormente e em especial no trabalho com os jornalistas das periferias, o relato final do trabalho é desenhado como representação dos movimentos da pesquisa, assim trechos do diário de campo são usados como ponto de partida para as reflexões teóricas. Isso ajuda a reforçar o aspecto epistêmico dessa abordagem em que se elenca a experiência da cena viva como orientadora da reflexão teórica. Como diria Geertz (2008), não se pensa sobre os conceitos, mas sim *com* eles.

Um aparte sobre antropologia urbana

Ainda que seja quase impossível fazer e seguir à risca um cronograma de idas a campo, é preciso planejar um tempo relativamente confortável para as imersões. Isso porque imprevistos podem acontecer e é necessário ter flexibilidade para reagir diante das adversidades e reorientar ou reorganizar o planejamento. Muito se discute – e os iniciantes nesses estudos têm muitas dúvidas a respeito – sobre a quantidade de tempo que se deve estar em campo para configurar uma pesquisa nesses moldes. Isso tem a ver com o fato de que nos primórdios da etnografia os antropólogos estudavam sociedades de pequena escala em regiões distantes e para isso ficavam meses ou até anos convivendo com esses grupos para compreender sua totalidade.

A Antropologia Urbana contemporânea que se dedica ao estudo de grupos que fazem parte das cidades (que se tornam uma totalidade de referência) reorganizou esse formato de imersão justamente porque os pesquisadores, em muitos casos, estudam nas cidades em que moram. Não seria possível tratar dessa questão com a profundidade adequada neste espaço, por isso anotam-se algumas referências a partir do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) da Universidade de São Paulo, coordenado pelo professor José Guilherme Cantor Magnani. Com base na produção de pesquisas do NAU e de outros grupos afins, observa-se que a relação de temporalidade ganha outros contornos nos estudos antropológicos mais recentes – ainda que dedicando um tempo relativamente longo ao trabalho de campo, a imersão em lugares na cidade em que se vive impõe uma relação diferente daquela observada no modelo de etnografia de sociedades de pequena escala.

Para compreender um pouco melhor esse debate, recorre-se ao coordenador do NAU, professor José Guilherme Cantor Magnani. Em artigo sobre o histórico do desenvolvimento da Antropologia Urbana no Brasil, Magnani (2002) apresenta um levantamento a partir de três considerações sobre a etnografia: a etnografia como prática, a etnografia como experiência e uma certa noção de totalidade. Para desenvolver essa reflexão, o autor se vale da experiência de campo de uma pesquisa do NAU com a comunidade surda.

Para introduzir a reflexão, Magnani desenha o movimento histórico que culminou na consolidação do modelo de trabalho e de pesquisa da Antropologia Urbana no Brasil. Nesse sentido, ele indica que, a partir do golpe militar de 1964 e, principalmente,

a partir de 1968 com o recrudescimento do sistema político ditatorial, os atores políticos nacionais mudaram. Entra em cena um novo personagem que passa a ser alvo das atenções dos estudiosos: o morador (da periferia, principalmente). “O foco tanto da atuação política como do interesse acadêmico passava do militante ao morador; do partido e do sindicato para a cidade e, nesta, para a periferia, sua porção mais carente e desassistida, em comparação com as áreas centrais”, indica Magnani (2009, p. 131). Nessa reconfiguração do protagonismo social, observa-se não só que a atenção se volta para

as relações raciais, mas para o movimento negro; não só para a família, mas para o papel da mulher e a emergência do feminismo; não para o favelado enquanto portador de uma “cultura da pobreza”, mas como membro de associações reivindicativas, e assim por diante (Magnani, 2009, p. 131).

Ao perseguir as particularidades do trabalho de campo nos moldes da etnografia, Magnani chama a atenção para a importância da imersão como fonte de descobertas nesse tipo de pesquisa. Valendo-se da ideia do desvio que ganha diferentes nomes na literatura produzida por inúmeros autores, esse lampejo que parece fugir à normalidade – como no exemplo da pesquisa que surgiu da narrativa radiofônica que parecia se destacar na cobertura do trânsito – é revelador das estruturas culturais, justamente por encontrar no olhar atento do pesquisador em campo um interesse aguçado. No estranhamento provocado pela observação nessas bases, é possível ponderar soluções não previstas.

a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p. 135).

Para o autor, não é a observação detalhada e exaustiva que permite a descoberta na pesquisa de campo, mas a atenção que se dispensa a esses detalhes. Em algum momento, como diz Magnani (2009, p. 136), “os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento”. A partir dessas questões, Magnani faz emergir uma distinção entre prática e experiência etnográficas; “enquanto a prática é programada, contínua, a experiência é descontínua, imprevista. No entanto, esta induz àquela”. Nessa elaboração epistêmica, o autor chega aos seguintes termos:

podemos postular que a etnografia é o método próprio de trabalho da antropologia em sentido amplo, não restrito (como técnica) ou excludente (seja como determinada atitude, experiência, atividade de campo). Entendida como método em sentido amplo, engloba as estratégias de contato e inserção no campo, condições tanto para a prática continuada como para a experiência etnográfica e que levam à escrita final. Condição necessária para seu exercício pleno é a vinculação a escolhas teóricas, o que implica não poder ser destacada como conjunto de técnicas (observação participante, aplicação de entrevistas, etc.) empregadas independentemente de uma discussão conceitual (MAGNANI, 2009, p. 136).

Por último, Magnani pondera o terceiro pressuposto, a totalidade. No caso da Antropologia Urbana, o desafio é, segundo o autor (2009, p. 136), definir uma unidade de análise que pode ser “a cidade em seu conjunto ou cada prática cultural em particular”. Para ele, é mais adequado partir dos atores sociais em suas múltiplas redes de relação e interação desenvolvidas no trânsito pelos espaços urbanos. Existem padrões nesses comportamentos e nessas interações e é justamente na identificação dessas regularidades que o pesquisador consegue apreender a totalidade.

uma **totalidade** consistente em termos da etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em termos categoriais: se para aqueles constitui o contexto da experiência diária, para o segundo pode também se transformar em chave e condição de inteligibilidade (Magnani, 2009, p. 138, grifo do autor).

Diferentemente de outras abordagens que optam por uma perspectiva *da* ou *na* cidade, Magnani prefere o intermediário.

Em outros termos, nem no nível das grandes estruturas físicas, econômicas, institucionais etc. da cidade, nem no das escolhas individuais: há planos intermediários onde se pode distinguir a presença de padrões, de regularidades – ainda que em fluxo, em negociação. E para identificar essas regularidades e poder construir, como referência, algum tipo de totalidade no interior da qual seu significado possa ser apreciado, é preciso contar com alguns instrumentos, algumas categorias de análise (Magnani, 2009, p. 138).

Na experiência do campo, Magnani (2009, p. 149) observa e identifica duas circunstâncias de experiência etnográfica, “como primeira impressão, em contato com um tema e campo completamente desconhecidos e, em seguida, como experiência reveladora, com a pesquisa já em andamento”. As experiências de primeira impressão vão sendo esquecidas, conforme a pesquisa avança e o pesquisador se familiariza com o contexto de estudo. Por isso, são as experiências reveladoras que parecem afetar o antropólogo em campo de forma mais enfática e produtiva, mas que só são alcançadas pela prática etnográfica planejada, continuada e organizada.

Observa-se na fala de Magnani um universo de pesquisa que, embora alicerçado em práticas imersivas exaustivas, revela possibilidades de investigação científica sem preceitos rígidos como um tempo específico para alcançar a experiência etnográfica. Como dito anteriormente, é pertinente observar a postura projetada no modelo de trabalho de campo, suas possibilidades e limitações e, conseqüentemente, o tipo de resposta que se pode alcançar. O volume de horas em campo, o número de sujeitos a serem contatados e o tamanho final do diário fazem parte das singularidades de cada projeto, não tendo, portanto, um modelo básico a ser seguido em todas as pesquisas.

O estado da arte como suporte adicional

Apesquisadecampo,alicerçadanadescriçãodensaenaobservação-experiência,éclassificadacomoabordagemqualitativa.

Como é possível observar nos exemplos apresentados, este é um formato de investigação científica que permite um aprofundamento em determinados aspectos dos fenômenos socioculturais estudados, ainda que de forma transitória, como aponta Geertz (2008). O estudo de dinâmicas socioculturais resulta em um conhecimento que precisa de atualização constante, uma vez que se respalda em situações em desenvolvimento ou efervescência. Além disso, o olhar do pesquisador que se vale desse tipo de abordagem é voltado para o microcosmos e o desafio final dessas pesquisas é costurar relações, pela reflexão, com as totalidades sociais – no exemplo da Antropologia Urbana, pode ser a cidade ou um fenômeno sociocultural, como o jornalismo das periferias.

Se o trabalho se circunscreve a um grupo reduzido de sujeitos sociais e é sabido que tal grupo se relaciona a dinâmicas socioculturais mais amplas, vale a pena observar se não existem outros pesquisadores investigando fenômenos afins ou o mesmo fenômeno a partir de outras premissas epistêmicas. Para alcançar esse domínio sobre o que os colegas da área de estudo estão produzindo, é preciso se valer de estratégias de levantamento do estado da arte empregadas num constante movimento de atualização. Em outros termos, não se trata de um levantamento realizado apenas no momento de produção do projeto de pesquisa, mas sim numa constante vigília que permite acompanhar os resultados de outras pesquisas.

No caso do trabalho sobre os jornalistas das periferias, isso foi desenvolvido em duas etapas. No início da investigação, o levantamento do estado da arte para o projeto identificou o início

de um grande mapeamento que estava sendo executado por um centro de pesquisa em comunicação. O trabalho tinha uma configuração ampla sobre a comunicação alternativa às corporações de mídia – como aponta Figaro (2018) – e, em algum grau, incluía o fenômeno jornalístico das periferias. A pesquisa do centro de estudos contava com uma equipe de investigadores, divididos em frentes de trabalho quantitativa e qualitativa. Pouco antes do fechamento da narrativa da pesquisa sobre os jornalistas das periferias da RMS, os resultados do mapeamento foram publicados – antes disso, alguns resultados parciais foram sendo apresentados pelos pesquisadores – o que permitiu observar semelhanças entre as constatações feitas nas duas investigações. Para a pesquisa de campo, esses dados do mapeamento serviram como complemento, na medida em que permitiram fazer inferências mais precisas sobre a relação entre o microcosmos estudado e o universo mais amplo desenhado no levantamento quantitativo. A limitação da pesquisa de campo tem relação com essa conformação como trabalho respaldado por um alcance diminuto. Por isso, cabe ao pesquisador buscar conexões com as questões macrossociais, seja por meio de referências teóricas – os megaconceitos de Geertz (2008) –, por meio das relações com outras pesquisas – como o exemplo apresentado – ou ainda por meio de estratégias que cruzem essas duas possibilidades. De fato, é preciso enfrentar essa questão no momento da elaboração da narrativa final da pesquisa o que pode resultar em sínteses conceituais, como no trabalho sobre a cobertura do trânsito apresentado por Roviola (2015a), ou na criação de categorias de análise, como nos estudos de Magnani (2002).

A observação-experiência como contribuição

Ainda que o modelo de pesquisa apresentado neste capítulo esteja vinculado a um tipo de trabalho científico desenvolvido historicamente no campo da Antropologia, do ponto de vista epistêmico é possível perceber uma pertinente relação com uma linha de pensamento comunicacional. Nesse sentido, a defesa da observação-experiência como uma abordagem possível para pesquisas de campo na comunicação parece se respaldar por suas similitudes com a etnografia, ao mesmo tempo em que se vale de instrumentos de trabalho da prática jornalística.

A aproximação entre as duas abordagens foi apresentada anteriormente por Rovida (2015b) e indica a possibilidade de aproveitar a formação técnica na graduação em jornalismo por pesquisadores da Comunicação com esse currículo. Isso pode também ser explorado de forma aprimorada a partir da perspectiva de Medina (2008b) no entendimento de que a imersão em campo ganha em qualidade pela postura afeta – isto é, aberta a ser afetada – que se estabelece também por um aguçar de sentidos. Mais do que apenas observar e anotar, como indica Geertz (2004; 2008), a imersão que faz parte da descrição densa busca um tipo de dado que só é alcançável por uma experiência mais aprofundada e pautada pela interação com os sujeitos de pesquisa. Nos debates da Antropologia Urbana contemporânea, a preocupação em aprimorar os instrumentos da pesquisa de campo para permitir um maior aproveitamento desses momentos de relação com os partícipes das dinâmicas estudadas também poderia ser aproximada

daquilo que há mais de 40 anos vem sendo defendido como parte das técnicas de apuração jornalística por Medina (2016). Ao que tudo indica, não apenas as técnicas de trabalho guardam semelhanças, como as bases epistêmicas se aproximam.

Com isso, tem-se como uma pertinente perspectiva futura, o aprofundamento da reflexão epistêmica para amadurecer a compreensão sobre os pontos de contato dessas duas abordagens, de forma a permitir um melhor aproveitamento das investigações científicas em comunicação conformadas como pesquisa de campo.

Referências

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FIGARO, Roseli (org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de longe: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em: https://nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/de_perto_de_dentro_0.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/hor/a/6PHBfP5G566PSHLvt4zqv9j/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MEDINA, Cremilda (org.). **Povo e personagem**. Canoas: Ulbra, 1996.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2008a.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008b.

MEDINA, Cremilda. **Ato presencial: mistério e transformação**. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

ROVIDA, Mara F. **Jornalismo em trânsito: o diálogo social solidário no espaço urbano**. São Carlos: Edufscar, 2015a.

ROVIDA, Mara. Etnografia e reportagem jornalística: aproximação possível para uma metodologia de pesquisa empírica. **Revista Libero**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 77-88, 2015b. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/71>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ROVIDA, Mara. **Jornalismo das periferias: o diálogo social solidário nas bordas urbanas**. Curitiba: CRV, 2020.

Método Misto na Comunicação: uma pesquisa também se faz

Paulo Celso da Silva

De início, no capítulo será abordado o percurso do pesquisador na Linha de Pesquisa Mídias e Práticas Socioculturais, e o desenvolvimento das temáticas desenvolvidas com os alunos que culminará na possibilidade do uso do Método Misto, proposto por Creswell (2007). É comum, para tratar de Métodos Mistos, recorrer à apresentação dos métodos quantitativos e qualitativos no intuito de indicar uma possibilidade de maior rigor e enriquecimento dos resultados e análises. De modo geral, a pesquisa quantitativa centra-se na mensuração de dados e são utilizadas várias possibilidades metodológicas para atingir os objetivos propostos para o conhecimento, entre elas estão experimentos, avaliações, estimativas, a meta-análise, a análise de conteúdo. A pesquisa qualitativa atenta-se às percepções e ao entendimento dos envolvidos com o estudo proposto; assim, a experiência e a percepção são úteis para o conhecimento que se busca. Entrevistas, observação participante e grupos focais são práticas em pesquisa de natureza qualitativa. Desta forma, parece-nos oportuno pensar o Método Misto na área de comunicação e como podemos conceituá-lo e, ao mesmo tempo, verificar suas possibilidades práticas.

Um percurso “misto”

Desde a primeira orientação de mestrando, cuja defesa se deu em 2009, até 2021, o percurso das orientações foi pautado pela diversidade temática e metodológica. Ainda que se possa, seguramente, ver um forte elo teórico-prático entre elas, seja considerando-se o diálogo com autores como Milton Santos, a perpassar várias delas; seja observando um posicionamento interdisciplinar e intercultural entendidos de modo muito abrangente e considerando não apenas seus significados teóricos imediatos (aquilo que a própria etimologia da palavra interdisciplinar indica enquanto relação entre disciplinas), seja levando-se em conta o reconhecimento da própria dimensão cultural intrínseca como pré-requisito para o exercício do pensamento, no caso do intercultural, deve-se também respeitar a percepção que os orientandos têm dessas dinâmicas sociais: suas sensações e intuições quando as praticam.

Utilizando os temas defendidos no ano de 2009 como exemplo, encontramos o primeiro Subjetividade Autônoma X Subjetividade Imposta no Vórtice das Tecnologias Mediáticas, seguido de Homem que não ladra, cão que não morde: a comunicação interespécies marcando a cultura pós-moderna; Práticas musicais urbanas: estudo comparativo entre o blues e o hip hop como atitude e resistência de grupo; Meio Ambiente e Comunicação - mudanças culturais na indústria em Sorocaba; Comunicação organizacional: o uso da imagem como agente de transformação e ferramenta de treinamento de operários; o jornal O Estado de S.Paulo no processo de integração no Mercosul. De maneira genérica, podemos agrupá-los em quatro

grupos temáticos: o primeiro, comunicação e filosofia, com duas dissertações; o segundo, comunicação e música urbana (uma dissertação); o terceiro, comunicação empresarial, com dois trabalhos; o quarto, acerca do Mercosul na imprensa.

Fazendo uma abordagem mais ampla do alcance dos temas desenvolvidos pelos orientandos no próprio site do PPG Uniso, verificamos, na aba Produção Científica (2021), que as dissertações podem ser divididas: comunicação e filosofia (4); comunicação e música urbana (1); comunicação empresarial (2); Mercosul na imprensa (1); Educomunicação (1); comunicação empresarial (3); (RE)Significar à imagem da cidade (1); comunicação e saúde (4); comunicação ambiental (1); comunicação intercultural (1); comunicação e ideologia (1); representatividade de gênero na rádio (1); comunicação/propaganda médica (1); comunicação e corpo (1); comunicação pública (1); ecologia da comunicação católica (1); tecnologias da comunicação (1). Isso demonstra também as possibilidades que a área de comunicação, com recorte em mídias, pode oferecer de temários diversificados à comunidade científica e leitores menos especializados.

Entretanto, também exige de todos os atores envolvidos no processo de formação *stricto sensu* – professoras e professores, orientadores, alunos – uma abertura maior para o que se deverá se entender por método. A quantificação é utilizada para avaliações frente aos mapeamentos e, nesse momento, a sugestão é que se visualize o tratado no trabalho. Uma cartografia, no sentido estrito do termo, de conceber, produzir, divulgar, representar graficamente um processo por meio de uma generalização.

Aliado a essa “visualização” do que se quer ou vai trabalhar, a qualificação expande a subjetividade pela percepção que, envolvidos na busca, nos levam pensar, repensar, arranjar e rearranjar nossa experiência em um movimento nem sempre lógico, mas útil para o conhecimento do proposto.

A complexidade desse movimento traz dificuldades de compreensão do processo, uma vez que quantitativo e qualitativo são partes da mesma dinâmica do conhecimento. Mas não somos educados e nem mesmo treinados na formação básica, para pensarmos e trabalharmos com processos e sim com causas e efeitos, na sua maioria deslocados dos contextos. São fatos, datas, gramáticas, nomes e escolas literárias, o exaustivo exemplo dos rios afluentes do Amazonas e tantas outras experiências, que o leitor – que é ou já foi um aluno regular um dia, vivenciou e alguns, até mesmo, se identificaram com esse método. Ou seja, os alunos chegam ao *stricto sensu* despreparados para tal complexidade. Um problema que, não raro, aparece nas formações iniciais é a ausência da autonomia intelectual. Ou seja, uma construção própria de cada um, auxiliada por pessoas, no caso, o conjunto de professores, a orientar um caminhar consciente e único. Contudo, na graduação e pós-graduação, a autonomia intelectual é cobrada, assim como um pensamento crítico, analítico, além de habilidades como gerenciamento de tempo e atividades. Mas ela foi anteriormente possibilitada? E mais grave ainda, foi permitida? As respostas, positivas e negativas, e suas explicações são as mais variadas.

Importa aqui, para nosso caso de apresentação do Método Misto, compreender que, se o aluno não conseguiu

desenvolver as “habilidades” descritas anteriormente, cabe a nós, como parte da educação do aluno-orientando oferecer, possibilitar e permitir. Afinal, o método é parte de uma construção maior, a saber, a trajetória de pesquisador iniciante que temos diante de nós.

Uma professora que me ensinou muito, a Dra. Maria Lúcia Amorim Soares (1935- 2014), dizia como provocação para os alunos da pós-graduação que “o método vem no fim, já ensinava Paul Feyrabend. A liberdade vem antes”. E se questionada se isso não cairia na irracionalidade, ela argumentava que “a liberdade nunca está ao lado do irracional ou do antirracional, pois eles não suportam a autonomia de pensamento”.

Dessa forma, um método estanque e que não considere as condições e as práticas socioculturais de seu momento é como um dogma religioso ou uma ‘fala roubada e restituída’, parodiando Barthes (2013, p. 217), quando trata do mito, a ressalva, entretanto, diz respeito ao fato de que não é a mesma coisa depois de roubado. Com o método ocorre o mesmo, ao se tentar “encaixar” na realidade, as arestas não combinam.

O Método Misto

A característica mais geral do Método Misto é o fato de que ele faz uso e combina mecanismos dos métodos quantitativo e qualitativo. Entretanto, um não prevalece sob o outro. Ao contrário, em etapas e momentos distintos são combinados para atingir os objetivos propostos. Isso implica reconhecer um planejamento prévio das etapas e necessidades que a pesquisa envolverá.

Acrescentar um mapa conceitual, ou mesmo um mapa mental, como parte do processo inicial do Método Misto, pode ser de grande valia para o pesquisador, uma vez que eles possibilitam uma cartografia do que se sabe e não sabe, do que se tem ou não se tem, no sentido já descrito anteriormente de representação gráfica do processo de médio e longos prazos que conformam uma pesquisa.

Uma sugestão ao pesquisador iniciante é ele se atentar para o fato de que a pesquisa de um tema ou de um assunto não é encerrada com a defesa da dissertação ou tese, ou quando o fomento investido por uma agência termina. O dinamismo da pesquisa e dos métodos ultrapassam essas temporalidades impostas e nos acompanham por muito tempo, sempre trazendo e propondo novidades.

Mas voltemos à cartografia da pesquisa. Para que ela fique caracterizada, propomos um exemplo, feito à mão, unindo cinco folhas de sulfite nas quais método, metodologia, etapas, eixos, definições, sugestões de títulos são indicadas, compondo possível caminho antes da escrita do projeto. Percebe o leitor que o percurso vai se completando conforme as informações e conhecimentos se aprofundam.

Essas cinco folhas, mais os anexos incluídos, resultarão em um projeto de vinte páginas, esse número é o total que a maioria das agências de fomento à pesquisa aceitam. Por isso é importante utilizar bem os espaços disponíveis para apresentar suas ideias, planos de futuro, percurso teórico e prático.

A prática com o Método Misto

Para tratar do Método Misto, dentre as obras que tratam do tema, vamos utilizar Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto, de Creswell (2007), professor de medicina de família e pesquisador sênior do Michigan Mixed Methods Program da University of Michigan e também fundador do SAGE's Journal of Mixed Methods Research, em 2007.

A proposta de Creswell (2007) aplica estratégias alternativas e gráficos, sendo elas: Estratégia explanatória sequencial, Estratégia exploratória sequencial, Estratégia transformadora sequencial, Estratégia de triangulação concomitante, Estratégia aninhada concomitante, Estratégia transformadora concomitante. Uma breve explanação dessas estratégias é interessante para o leitor que tem o primeiro contato com o Método Misto verificar a quantidade de possibilidades que se abrem, assim como as três ordens da investigação, a saber: a 1ª. Ordem, da descrição; 2ª. Ordem, da reflexão e 3ª. Ordem, dos processos, necessárias para se chegar a um bom termo daquilo que se está pesquisando.

Em contato com a estratégia explanatória sequencial, percebemos que esta etapa prioriza os dados quantitativos; contudo, cabe à próxima fase, a busca (de quê?) e análise qualitativa. Os métodos são integrados na fase de interpretação do estudo. A estratégia exploratória sequencial que, “em contraste com o método explanatório sequencial, esse modelo é caracterizado por urna fase inicial de coleta e análise de dados qualitativos, seguida por uma fase de coleta e análise de dados quantitativos” (CRESWELL, 2007, p. 218), a prioridade recai no aspecto qualitativo do estudo.

A estratégia transformadora sequencial, semelhante ao modelo exploratório, apresenta duas fases distintas no levantamento dos dados qualitativos e quantitativos. Por seu turno, a triangulação concomitante pode ser considerada como aquela estratégia na qual há entre os pesquisadores uma familiaridade maior, pois utiliza dois métodos diferentes “em uma tentativa de confirmar, fazer validação cruzada ou corroborar resultados dentro de um único estudo” (Creswell, 2007, p. 219).

A estratégia aninhada concomitante é marcada pelo levantamento simultâneo de dados qualitativos e quantitativos na mesma fase. A estratégia transformadora concomitante é a que nós utilizamos na pesquisa a ser demonstrada adiante. Essa estratégia indica que:

[...] a técnica transformadora concomitante é guiada pelo uso que o pesquisador faz de uma perspectiva teórica específica. Essa perspectiva pode ser baseada em ideologias como teoria crítica, reivindicatória, pesquisa participatória ou em uma estrutura conceitual ou teórica. Essa perspectiva é refletida no objetivo ou nas questões de pesquisa do estudo. É a força condutora por trás de todas as escolhas metodológicas, como definição do problema, identificação do projeto e das fontes de dados, análise, interpretação e comunicação de resultados durante todo o processo de pesquisa. A escolha de um modelo concomitante (seja de triangulação, seja de projeto aninhado) é feita para facilitar essa perspectiva. Por exemplo, o projeto pode ser aninhado para que diversos participantes tenham voz no processo de mudança de uma organização que esteja sendo estudada principalmente de forma quantitativa. Isso pode envolver a triangulação de dados quantitativos e

qualitativos para melhor convergir as informações para gerar evidência para uma desigualdade de políticas em uma organização. Assim, o modelo transformador concomitante pode assumir as características de projeto de uma triangulação ou de um método aninhado. Ou seja, os dois tipos de dados são coletados ao mesmo tempo durante uma fase de coleta de dados e podem ter prioridade igual ou desigual. A integração desses dados diferentes ocorre mais frequentemente durante a fase de análise, embora a integração durante a fase de interpretação seja uma variação possível. Como o modelo transformador concomitante compartilha características com as técnicas de triangulação e aninhada, ele também compartilha seus pontos fortes e pontos fracos específicos. No entanto, esse modelo tem a vantagem adicional de posicionar a pesquisa de métodos mistos dentro de uma estrutura transformadora, o que pode torná-la especialmente atraente para aqueles pesquisadores qualitativos ou quantitativos que já usam uma estrutura transformadora para guiar sua investigação (Creswell, 2007, p. 221).

Em pesquisa anterior, Silva (2017), conduzida com apoio da Fapesp, acerca da cidade de Barcelona e o uso das tecnologias da informação e o que nomeamos de Mídia Territorial Resiliente, a estratégia de triangulação concomitante foi utilizada para dados quantitativos, os mensuráveis, dedutíveis e objetivos, relacionados à População: uso dos Apps, mobilidade, pobreza, participação cidadã, serviços. Já os dados qualitativos compreendiam os levantamentos das políticas públicas voltadas ao meio ambiente e à cidadania; o papel da organização de bairros nas decisões políticas e a qualidade dos Apps de uso público (estas medidas e as indicadas pelos usuários). A escolha da base teórica esteve vinculada às ge-

ografias da comunicação, com ênfase em Santos (1996) e a reflexão acerca do território. Para esse recorte espacial e conceitual, contou-se também com o apoio teórico de Appadurai (1984) e Haeshaert (2004; 2005) que podem ser verificados nas referências. Com isso os estudos atenderiam às três ordens da investigação: a 1ª. Ordem da descrição; 2ª. Ordem-da reflexão e 3ª. Ordem - dos processos, necessárias para se chegar a um bom termo.

Na sequência apresentamos a aplicação do Método Misto em outra pesquisa, ainda não publicada, também na subárea das geografias da comunicação e tendo a cidade de Barcelona como *locus* para refletir as estratégias cidadãs e as políticas públicas, isso tendo como base o projeto 22@BCN (2001), o qual seguimos estudando nos últimos 20 anos.

Estratégias cidadãs para políticas públicas de alcance tecnocomunicacional na Smartcity: aporte científico-social dos 20 anos de estudos do Projeto 22@Barcelona

Inicialmente, indicamos que o título desta seção também é o mesmo de um projeto de Pesquisa para os anos 2019-2021, com apoio da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Assim, faz-se necessário contar um pouco da trajetória que percorremos até ele. O projeto pretende executar uma revisão sistemática de nossa produção teórico-bibliográfica acerca do Projeto 22@BCN, mas também do que foi produzido entre 1998-2019 e, ainda das Políticas Públicas desenvolvidas no mesmo período para dar conta das transformações sociais e urbanas no local. Entre 2001-2002 desenvolvemos o projeto “As

idades do conhecimento: planos e estratégias para a cidadania e as cidades do século XXI: um estudo a partir de Barcelona”²⁰, momento no qual o Projeto 22 @ BCN encontrava-se em fase inicial.

Entretanto, o processo já estava em curso desde 1998, quando a prefeitura de Barcelona tornava pública a chamada de sugestões para melhoria e ampliação do documento oficial, por parte da sociedade civil organizada. Finalmente, em 2000, a Subcomissão de urbanismo do município de Barcelona aprova a Modificação do Plano Diretor criando o distrito de atividades 22@BCN (2000). Passadas duas décadas, faz-se necessário compreender como a relação entre o espaço e as formas tecno- comunicacionais implantadas na cidade modificaram o viver e a participação nas decisões governamentais.

Assim, o objetivo geral é compreender a participação cidadã na criação e aplicação de políticas públicas e ações no bairro do Poblenou, locus do projeto 22@BCN, que triangula normativas oficiais, mídias/tecnologias e lugar/identidade. Para alcançar tal objetivo, seguimos com o Método Misto, desenvolvido em pesquisa anterior²¹, tendo em vista que o levantamento de dados, quantitativos e qualitativos, será necessário. Conceitos desenvolvidos anteriormente, como Mídia Territorial Resiliente e *Smartcity* continuam sendo atualizados para maior compreensão da temática da comunicação urbana contemporânea.

²⁰ (FAPESP - 00/07672-4)

²¹ Projeto: Mídia Territorial Resiliente: Levantamento e análise das políticas públicas ambientais e de inclusão cidadã no âmbito da *Smartcity* Barcelona, FAPESP: 2016/23386-0.

Espera-se com esta investigação, dar continuidade às reflexões acerca dos processos comunicacionais urbanos, em especial em Barcelona (Catalunha/ES), *locus* das investigações anteriores e continuar a contribuir com a subárea Geografia da Comunicação, na qual estamos inseridos e que em 2017 completou dez anos de existência como grupo constituído na INTERCOM. Pretendemos Continuar o intercâmbio efetivo com os integrantes do Observatório de Comércio da Universitat de Barcelona, liderado pelo Dr. Carles Carreras i Verdaguer.

Uma etapa: coleta de dados

Atividades de Campo

As atividades de campo foram iniciadas no mês de agosto 2019, quando da aprovação do projeto. Nos projetos anteriores optou-se por encontrar pontos de convergência entre a cidade e as tecnologias; no projeto atual, entretanto, o que se mostrou mais promissor foram as relações entre cidadania – tecnologia – setor público. Isso se deve ao fato de que o setor público busca transformar a cidade, que é vista como referência para a gestão da cidade como empresa. Hoje, objeto de vasta discussão em várias áreas do conhecimento para uma cidade que se ocupa de seus cidadãos e na qual a participação é o mote das transformações sociotecnológicas, não apenas uma cidade em que tecnologias vigiam ou se apropriam dos dados de seus habitantes.

As pesquisas indicaram uma nova direção do poder público, capitaneado pela prefeita Ada Colau, em direção ao que está sendo chamado de 'Direito à cidade digital' e na busca de uma soberania municipal no tocante às tecnologias e ao uso dos dados.

O primeiro contato que buscamos na Prefeitura de Barcelona foi com a Sra. Laia Bonet, Secretária de Governo para a Agenda 2030, Transição Digital, Esportes y Coordenação Territorial e Metropolitana. Foi um contato por e-mail, visando uma entrevista presencial para março de 2020. Indicamos exatamente qual era o trabalho que estava sendo desenvolvido e qual o interesse na entrevista com o seu setor, especificamente. Por intermédio da Sra. Bonet, conversamos com Michael Donaldson, Diretor de Inovação Digital, Administração Eletrônica e Bom Governo da Prefeitura de Barcelona. Após alguns e-mails, ficou acertado o dia 09 de março de 2020, 13 horas, na *Plaza Sant Miguel, 4, Edificio Nou*.

Também foram solicitados agendamentos, via e-mail, para outros setores de interesse da pesquisa, como por exemplo, o Centro LGTBI de Barcelona, para o qual não houve exatamente necessidade de agendamento prévio, e que nos interessava conhecer quais eram as políticas e/ou serviços tecnológicos e se estavam ou não disponíveis exclusivamente para este coletivo, visando à efetividade da Cidade Inteligente, pois uma das frentes municipais de atuação nessa temática, que é A inovação social digital em Barcelona: as pessoas em primeiro lugar (*a innovació social digital a Barcelona: les persones, primer*), informava que:

A era digital está mudando profunda e rapidamente a sociedade e, portanto, a relação entre cidadãos, empresas e administração pública. Se Barcelona quer ser uma cidade ética, aberta e responsável, não o pode fazer sozinha, mas deve ter todo o potencial de que dispõe: a partir de uma verdadeira participação dos cidadãos, seja na tomada de decisões, na configuração do futuro da cidade ou no controle dos próprios dados gerados pelas novas tecnologias. Porque as pessoas vão primeiro. E para que isso seja possível, todos devem ter verdadeira soberania tecnológica (2019, tradução nossa).

Contudo, como se verá adiante, foi possível estar no Centro LGTBI de Barcelona, mas a entrevista não ocorreu de maneira presencial.

Em outubro 2019, visando compreender a dimensão da participação dos cidadãos, fizemos nossa inscrição no FLOSS BCN (2019) que é uma comunidade sem fins lucrativos para o debate, pesquisa e ações ligadas à área de software livre e de código aberto. Assim como a inscrição no projeto do grupo DECIDIM Barcelona (2019), uma plataforma de participação cidadã em que estão inseridas as propostas urbanas e sociais para os bairros, com interesse maior ao bairro do Poblenou e do projeto 22@BCN.

Acompanhamos os projetos enviados pelas organizações e pessoas do Poblenou, verificando quais tiveram maior adesão. Uma frente importante para nossas pesquisas foi aberta pelo DECIDIM Barcelona com o título: Repensemos o 22@. Repensar desde a cidadania os objetivos sociais, económicos

e urbanísticos do Poblenou e do 22@. Esta consulta popular teve, ao todo, seis fases, sendo: 29/9/2017 - 31/12/2017 – informação; 1/1/2018 - 28/2/2018 – diagnóstico cidadão; 1/3/2018 - 30/4/2018 – debate: identificação de propostas; 1/5/2018 - 29/5/2018 – debate: concreção das propostas; 29/5/2018 - 31/7/2018 – retorno; 1/5/2019 - 31/12/2020 – seguimento. Vale destacar que desde 19 de novembro de 2018 foram validados por todos os agentes sociais, de vizinhança e econômicos que fazem parte da Comissão Ampliada (comissão de monitoramento de processos) com a assinatura do pacto entre todos que buscava um bairro mais inclusivo e sustentável.

Assim, nos interessa diretamente, neste momento e por abarcar o período estudado, a fase final. Ao todo foram 61 propostas, em que 46 foram aceitas, 15 estão em avaliação e nenhuma recusada. Desse total, estão em execução até o momento 11,6% delas.

Ao mesmo tempo, seguem os projetos municipais no Bairro Poblenou, como o *Poblenou Maker District: Fem Barri*²² (criado em 2017), com um caráter socioeconômico em que workshops e jornadas de trabalho são promovidas com as entidades do bairro visando à cocriação de políticas públicas de fomento para atingir um outro sistema produtivo e de consumo sustentável que atenda ao Plano Barcelona Cidade Digital, alinhado com a internacionalização do Fab City (movimento maker e a rede global Fab Lab), o qual Barcelona lidera, conforme

²² Disponível em: <https://ajuntament.barcelona.cat/premsa/tag/poblenou-maker-district/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

publiciza o poder público. Também, nessa direção, encontramos as atividades e projetos da empresa privada 22@NETWORKBCN²³ (criada em 2004) que congrega diversos setores produtivos no distrito (empresas, universidades e centros de tecnologia, startups) com a proposta de consolidar o projeto do distrito 22@BCN como espaço de inovação e tecnologia.

Contudo, a população organizada nas associações de vizinhos mantém a crítica a certos aspectos urbanísticos e de utilização do solo urbano no distrito. Documento assinado em 2018-2019 pelas associações de vizinhas e vizinhos Eix Pere IV, AV del Poblenou, AV de Maresme e a Federação de Associações de bairros - FAVB já assinalava tal posição. Desse documento destacamos que as associações implicadas nos debates e ações para melhorarias e mudanças no bairro não estavam contentes com os encaminhamentos feitos pela Prefeitura de Barcelona e questionavam que após, praticamente, 20 anos de existência do Projeto 22 @BCN apenas 20/% do que foi pensado foi posto em prática e, ainda assim, priorizados escritórios, hotéis em detrimento às moradias populares, assim como o desaparecimento da economia local e do patrimônio locais (bares, frutarias, papelerias, lojas) substituídos por lojas de marcas internacionais.

Também uma crítica à “imposição” da marca 22@ e sua economia de inovação como um consenso que não existe pelo bairro, ao contrário, é vista como negativa e imposta. As exigências das Associações estão relacionadas ao processo que originou, em 2018, o documento, publicado no dia 19 de novembro

²³ Disponível em: <https://www.22network.net/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

de 2018, em que os membros das comissões, as associações de bairro assinaram o documento *Cap a un Poblenou amb un 22@ més inclusiu i sostenible*²⁴ (2018).

Essa amostra de dados levantada nos permite demonstrar a importância do momento da 1ª. Ordem da descrição que é também momento da visualização do que temos como material para posterior, análises. Na possibilidade de encontrar um mapa ou ilustração do que estudamos, buscamos um mapa no Departamento de Estatística e Difusão de Dados da Prefeitura de Barcelona com uma divisão territorial dos bairros que formam o Distrito 10 de Sant Martí, onde se localiza o Poblenou e a área de atuação do Projeto 22@BCN e, a partir dele verificamos o que já foi feito e o que resta fazer do projeto original.

Outros relatos: levantamentos e percalços de uma pesquisa

Para o primeiro semestre de 2020 estava prevista a estada entre fevereiro e abril em Barcelona, quando agendamos uma série de entrevistas com moradores do bairro Poblenou, Associação de Vizinhos, técnicos da Prefeitura Municipal, encontros na Universitat de Barcelona, aulas na Pós-graduação no Departamento de Geografia Humana para 2020 além de planejamento para 2021, e início dos trâmites para lançamento de um livro sobre os 20 anos do Projeto 22@BCN, quando encerrada esta pesquisa. Embarcamos no final de fevereiro rumo a Barcelona, com contatos acertados e outros com a expectativa de acertá-los pessoalmente.

²⁴ Rumo ao Poblenou com um 22@ mais inclusivo e sustentável. (tradução nossa)

Na semana inicial de março, ocorreram várias reuniões no do Departamento de Geografia Humana da Universidade de Barcelona, com o Dr. Carles Carreras i Verdaguer e os demais professores de seu grupo de pesquisa. A proposta era planejar e distribuir as aulas do ano letivo 2020-2021, do curso de Pós-graduação em *Estudios Urbanos*, organizar um trabalho de campo com o tema “22@, Glòries e la Sagrera”, na primeira semana de janeiro de 2021, além das aulas que abordariam nosso tema de pesquisa atual. Além dessas atividades, também devíamos planejar e organizar um livro tratando dos 20 anos do Projeto 22@BCN, no ano de 2021. Em uma dessas reuniões foi cogitada, pela primeira vez, a paralisação das aulas e atividades na Universidade por causa da situação sanitária, que se agravava. O estranhamento entre os presentes foi geral.

Como as atividades na cidade seguiam normalmente, entrevistas e visitas técnicas nos setores da Prefeitura de Barcelona foram mantidas e aconteceram, como a conversa com o Sr. Michael Donaldson, no setor de *Innovación Digital, Administración electrónica e Buen Gobierno* (2020), momento em que ele expôs as propostas de políticas públicas relacionadas ao uso dos dados. Conseguimos agendar uma entrevista no Centro LGTBI de Barcelona para as próximas semanas com o intuito de abordar o tema LGTBI e a Smart City BCN.

Contudo, no dia 19 de março, foi decretado pelo Governo Espanhol o estado de *alarma* (Real Decreto 463/2020, de 14/03/20) para a gestão da crise sanitária motivada pelo COVID-19. Mas, desde o dia 11 de março já era aconselhado que ninguém saísse de casa, e caso fosse necessário, deveria portar

máscaras e luvas, evitar locais fechados, aglomerações e guardar o distanciamento entre pessoas. Assim, as atividades *in loco* não mais aconteceram. Com o agravamento da situação, no dia 13 de março, consegui remarcar um voo de retorno ao Brasil para o dia 19 de março às 11h20, hora local. E foi o último voo da empresa LATAM, Barcelona-São Paulo.

Ainda assim, mesmo em isolamento social de 13 a 19 de março de 2020, para voltar ao Brasil, foi possível acompanhar como os setores de projetos de políticas públicas foram encontrando caminhos para continuarem os trabalhos. Recebi do Decidim. Barcelona (2020) um e-mail que informava:

“Vivemos dias estranhos e angustiantes. Por isso, e mais do que nunca, é necessário fortalecer as redes de apoio mútuo e poder compartilhá-las. É importante ajudar-nos uns aos outros e fortalecer nossa comunidade. Com este objetivo, abrimos um novo espaço de participação no Decidim.Barcelona. Este é Barcelona desde casa, um espaço de divulgação de iniciativas comunitárias e de apoio mútuo, de projetos e iniciativas que estão a surgir em todos os bairros da cidade, bem como de propostas culturais, educacionais ou desportivas.”

O leitor deve ter sentido e percebido que, aquilo que consideramos como levantamento de dados qualitativos, *in loco*, em nossa pesquisa, foi prejudicado pela Pandemia no ano de 2020. De todas as entrevistas agendadas e com possibilidade de agendamento, apenas uma aconteceu. Verificar a participação cidadã, conversando com os moradores do bairro Poblenou – e no próprio bairro! – víamos como algo importante, talvez mesmo essencial, para compreendermos a importância dos dados divulgados e como a população percebia esses dados.

Estar com o morador em seu espaço, ou em um espaço em que ele se reconhece, como a Associação de Vizinhos, facilita a troca de percepções do que se está estudando, permite a imersão na vida local e os dados passam a ter nomes, narrativas, vida. Ao se perder essa dimensão, evidentemente, que ainda é possível chegar a resultados, indicar possibilidades e projetar o que pode acontecer com o Projeto 22@BCN. Entretanto, a parte interessante das pesquisas na subárea geografias da comunicação, que é o contato com pessoas, suas impressões e o aprendizado que oferecem, isso não acontece.

Por exemplo, uma das perguntas que seria feita, diz respeito à imagem pixada que encontramos em uma calçada do Poblenu, em frente à construção de mais um edifício de negócios, na qual vemos: 22@ Especula e Rouba. De posse dessa imagem: Qual a percepção que moradores, empresários, poder público tinham dela?

Evidentemente, sabemos que cada classe social, formação, cargo público ou privado etc. teria uma resposta vinculada ao universo de vivência ou de materialidade da vida para responder. Mas, a questão não é o pesquisador saber ou imaginar a resposta, mas saber mais ouvir, do que falar para a pesquisa.

Também é importante dizer que, se não tivemos os contatos com pessoas escolhidas e agendadas conforme gostaríamos, a experiência de participar de uma pandemia em outro país, sentindo as mesmas angústias, dúvidas e medos que os locais, traz um conhecimento diferenciado do que buscávamos, isto é, passamos a observar e perceber, em setores como

a saúde, atendimento de idosos, crianças, segurança o papel do poder público e das políticas públicas.

Confinados em um apartamento, as informações trazidas pelos meios de comunicação, inclusive quando são desconstruídas e contraditórias, misturadas ao que vizinhos e pessoas da convivência direta concluem e/ou supõem, ampliam os horizontes da reflexão. Não sendo o tema direto, tão pouco está alheio, tendo em vista as dinâmicas que movem às sociedades, principalmente em meio à uma pandemia.

Vivendo na cidade

Cavaleiro marginal, banhado em ribeirão
Conheci as torres e os cemitérios
Conheci os homens e os seus velórios
Quando olhava da janela lateral
Do quarto de dormir
Você não quer acreditar
Mas isso é tão normal (Brant; Lô Borges, 1972).

A cidade, como ator (ou protagonista?) nesse processo, joga um papel interessante na percepção do que está acontecendo e do que está por vir. Retomando Dardel (2011), geógrafo francês que traz para o interior da geografia o debate fenomenológico. Para Dardel (2011, p. 32), a “paisagem não é, em sua essência, feita para se olhar, mas a inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social”.

Imersos na cidade, a ‘paisagem da janela’, parodiando uma conhecida canção de Brant e Lô Borges (1972), nos inseria

na cidade que já não era mais um olhar no tempo, mas o lugar do combate pela vida. Ambulâncias, bombeiros, polícia com suas sirenes em ruas desertas, indicavam a gravidade do acontecer. Tomávamos consciência de habitar a cidade, da totalidade de que Santos (1996) nos retoma constantemente. Inclusive, da totalidade ao lugar, é o título de um dos livros do geógrafo baiano que foi editado e lançado em Barcelona no qual chama a atenção para o fato de que sempre trabalhamos mais com a ideia de recurso que de projetos e o mundo, cada vez mais empírico, nos mostra os diversos futuros possíveis.

Que futuro poderíamos projetar, encerrados em nós mesmos e em um apartamento para o isolamento social? Responder essa questão tornava-se ainda mais complicado pela “densidade comunicacional”, ingrediente que, em conjunto com as densidades técnica e informacional, define os lugares. Considerando a densidade comunicacional, como sugere Santos (1996, p. 146), o “tempo plural do cotidiano compartilhado que é o tempo conflitivo da copresença”, ou seja: notícias, fatos, boatos, percepções acertadas e equivocadas compunham essa copresença conflitiva. Estávamos separados corporalmente, unidos pelo noticiário, pela internet, pelo telefone e aplicativos, conhecendo números de mortes em residências de idosos, em hospitais do país e do exterior. Com o sentimento de que o cimento da sociedade, como sempre consideramos o passado, para ficar ainda com Santos (1996, p. 149), nos escorria pelas mãos. Uma impotência que não permitia visualizar futuros como projeto.

Essa imersão, muito mais do que uma aproximação com objeto ou com a pesquisa, é uma suspensão do cotidiano. E ele está ligado diretamente ao lugar, uma vez que supõe identidade, identificação. Quando da suspensão, aquilo que era o nosso imediato da vida, se esvai e deixa de ser cotidiano. No seu estudo acerca da crítica da vida cotidiana Falcão e Paulo Netto (1989) vai afirmar, com base nas leituras em Agnes Heller (1972), que a “suspensão da vida cotidiana não é uma fuga: é um circuito, porque se sai dela e se retorna a ela de forma modificada” (p. 27). Importante frisar que, para a filósofa húngara o trabalho, a arte, a moral e a ciência são formas que podem suspender o cotidiano (Falcão; Paulo Netto, 1989).

Como uma forma de contribuir para esse debate entre lugar – identidade – cotidiano, acrescentamos que, também a morte, suspende o cotidiano e nos faz retornar modificados. Essa modificação não implica uma positividade, considerando que cada pessoa trata da sua maneira o tema e a experiência da morte.

A nossa impressão/tentação de querer ter tudo sob controle para dominar as situações foi posta em xeque. Talvez mais ainda, foi reduzida a certeza de que temos controle e dominamos muito menos do que gostaríamos. A morte tem essa faceta. Não temos nenhum domínio. Se nas páginas iniciais, foi lembrado o nome da Dra. Maria Lúcia Amorim Soares (1935-2014) e suas provocações teóricas, no tema da morte era categórica ao afirmar aos ouvintes em suas aulas que “Vocês morrerão sozinhos em uma cama de UTI, sem nenhuma cerimônia, da maneira mais banal possível. Vejam Airton Senna, morreu em alta velocidade e com o que existia de mais tecnológico em suas

mãos”. As palavras eram duras, expunham nossas fragilidades e mediocridade e, talvez pior, realçavam um fato do cotidiano importante: ele é intransferível e, reforçava Lukács, insuprimível.

Imersos na cidade, foi tudo isso o que aflorou. Percebe o leitor que a pesquisa acerca de Barcelona continua existindo, mas assume um caráter pessoal difícil de se desfazer. Se o projeto inicial indicava que era um estudo dos 20 anos do bairro Poble Nou e do Projeto 22@BCN é porque estivemos ligados a essa cidade durante todo esse tempo. Visitada anualmente, principalmente nos meses de dezembro e janeiro, os primeiros dias eram de suspensão; mas, nos demais, já estávamos incorporados ao cotidiano. Uma constatação disso era ser chamado pelo nome pelo senhor da verduraria ou do supermercado.

Foram novos dados a serem incorporados à pesquisa, sem dúvida. Vale ressaltar que, se nossa base teórica continuava nos apoiando no entendimento da cidade e da paisagem – que não era para ver, mas para viver e vivenciar – outras análises dessa vivência imediata também foram incluídas, por exemplo, Illouz (2020) para quem:

O que acrescenta ao sentimento de crise é o fato de que a pandemia requer uma nova forma de solidariedade através do distanciamento social. É uma solidariedade entre gerações, entre jovens e velhos, entre alguém que não sabe se está doente e alguém que pode morrer por causa do que o primeiro não sabe, uma solidariedade entre alguém que pode ter perdido o seu emprego e alguém que pode, em vez disso, perder a sua vida.

As políticas públicas que buscávamos em dados nos chegavam por internet, TV e mensagens informando a situação diária, pois a temporalidade dos projetos pessoais e sociais passou a ser diária, o que fazer e o que não fazer para garantir a saúde, o que funcionaria de serviços e o que não. Houve uma reavaliação social do que deveria ser considerado serviço básico. Tanto é assim, que o próprio presidente Sanchez afirma que os *Estan-cos* poderiam abrir, esse é o lugar onde se compram cigarros, uma tabacaria. Ainda com Illouz (2020):

Estamos vivendo uma socialidade substituta: o uso da Internet mais do que dobrou; as mídias sociais se tornaram as novas salas de estar; o número de piadas sobre Corona vírus circulando nas redes sociais em todos os continentes é sem precedentes; o consumo de Netflix e Amazon Prime Video explodiu literalmente; estudantes de todo o mundo agora fazem cursos virtuais através do “Zoom”. Em suma, esta doença, que nos obriga a rever completamente todas as categorias conhecidas de socialidade e cuidado, é também a grande festa das tecnologias virtuais. Estou convencida de que, no mundo pós-Corona vírus, a vida virtual à distância terá ganhado uma nova autonomia - agora que fomos forçados a descobrir o seu potencial.

A nossa busca pela participação cidadã nos projetos da cidade continua. Mensagens recebidas informam que os conselhos de bairro seguemos trabalhos por meio virtual pelo Youtube, por exemplo os *Consells Sectorials al febrer de mobilitat i memòria democràtica*: Conselho de Mobilidade, Acessibilidade

e Diversidade Funcional, Quinta- feira, 11 de fevereiro, às 18h; Conselho de Memória Democrática e Patrimônio Industrial, Quinta-feira, 25 de fevereiro, às 17h (tradução nossa).

Considerações finais

O uso do Método Misto para compreender a cidade possibilita, ao nosso ver, incursionar e dialogar com autores e posicionamentos bastante amplos, como Dardel, Lukács e Santos, por exemplo, ao mesmo tempo em que podemos afirmar nossas percepções.

A pesquisa indicada neste trabalho está concluída, no sentido de cumpridas as etapas exigidas pela agência de fomento para entrega de relatórios. Entretanto, ainda queremos mais dela, queremos compreender mais Barcelona. Com isso, as pesquisas prosseguem.

De início, citamos Bria (2019) e sua posição firme quanto a propriedade dos dados gerados em uma cidade. Terminamos com a mesma autora, pois é exatamente neste ponto que a pesquisa se encontra. Atualmente, Bria já não é mais Secretária de Governo em Barcelona, ela é Presidente da *Italian Innovation Fund*, Senior Adviser no UNHABITAT, Fundadora do *Decode Project*, mas continua seu debate e argumentação contra a propriedade privada dos dados que pertencem à cidadania. Em Barcelona, quando secretária, conseguiu desenvolver e aplicar nas secretarias os softwares abertos e plataformas abertas de participação.

Uma conclusão que podemos indicar importante nesta pesquisa foi poder verificar *in loco* e participar de parte do processo da mudança de paradigma urbano comunicacional em Barcelona: da valorização das tecnologias nos espaços públicos/privados para o uso/aplicação das tecnologias como facilitadores da participação cidadã. Esse novo paradigma destoa do que é apregoado em palestras e mesmo cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos por empresas de tecnologia da informação, que visam oferecer soluções prontas para as cidades e para os cidadãos do que eles devem fazer para se tornarem “smart”.

A ‘retomada’ dos rumos do *smart*, por parte do poder público e da cidadania, não está isenta de contradições, ao contrário, são elas que possibilitam os movimentos que fortalecem a própria cidadania.

Falar do período de 2020-2021 sem abordar o tema da pandemia é algo impossível, uma vez que estamos imersos ainda nesse processo global que é vivido no corpo de cada um. É lugar comum dizer que a pandemia prejudicou práticas de pesquisa, como é nosso caso; entretanto, ela também faz repensar e refazer práticas e entendimentos do urbano que eram dados como certos e prontos, um deles é a circulação de pessoas, informações/ideias, produtos nas vias da cidade, considerando que, na cidade de Barcelona, “a vida acontece na rua”, como estamos acostumados a ouvir/dizer e viver essa máxima. Quando a circulação está restrita e, em alguns momentos, proibida, a percepção da circulação, seja *smartcity* ou não, sofre um abalo momentâneo que é visto como problema, que é seguido da busca

para sua solução, de preferência nos curto e médio prazos. Vivemos isso em 2019 com uma greve dos meios de transporte e dos táxis da cidade contra o que consideravam como “atividade predatória do transporte por aplicativo”; foram mais de sete dias de embate/passeatas, fechamento de avenidas importantes e, ao final, a solução veio com a regulamentação do “não-regulamentável”, como o senso comum imaginava, e isso serviu para regulamentar a oferta de quartos, casas, apartamentos por aplicativos, servindo de modelo para outras cidades europeias.

No antes e durante a pandemia pudemos acompanhar experiências e a busca de estratégias para afrontar as dificuldades advindas e suas restrições.

Esperamos que os leitores tenham aproveitado este caminhar.

Referências

22@NETWORKBCN. 2000. Disponível em <https://www.22network.net/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

22@NETWORKBCN. 2001. Disponível em <https://www.22network.net/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói/RJ: EdUFF, 1984.

BARCELONA Ciutat Digital. **La innovación social digital a Barcelona: les persones, primer**. Barcelona, 1 mar. 2019. Disponível em: <https://ajuntament.barcelona.cat/digital/ca/blog/la-innovacio-social-digital-a-barcelona-les-persones-primer>. Acesso em: 08 mar. 2023.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2013.

BRANT, Fernando; BORGES, Lô. **Paisagem na janela**. Belo Horizonte: Clube da Esquina, EMI/Odeon, 1972.

BRIA, Francesca. El dret a la ciutat (digital). **Revista Barcelona Metròpolis**: dossier Ciutat digital, Barcelona, n. 110, enero, p. 12-17, 2019.

CAP A UN POBLENOU AMB UN 22@ MÉS INCLUSIU I SOSTENIBLE. 2018. Disponível em: <https://www.elpoblenou.cat/index.php/documents/154-urbanisme>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**. Natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DECIDIM BARCELONA. 2019. Disponível em: <https://www.decidim.barcelona/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

DECIDIM BARCELONA. **[Projetos de políticas públicas]**. Destinatário: Paulo Celso da Silva. Barcelona, 2020. 1 mensagem eletrônica.

DONALDSON, Michael. Agenda 2030. **Innovación Digital**, Administración electrónica i Buen Gobierno del Ayuntamiento de Barcelona, Barcelona, 9 de mar. 2020.

FALCÃO, Maria do Carmo; PAULO NETTO, José. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1989.

FLOSS BCN. 2019. Disponível em: <http://flossbcn.org/es>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HAESHAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESHAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 10., 2005, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: AGB, 2005. p. 6.774-6.792. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

ILLOUZ, Eva. Histórias virais: a insuportável leveza do capitalismo. (versão revista e traduzida por Paulo Celso da Silva, com autorização da autora). **Blog Uniso**. Sorocaba, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://midcid.blogspot.com/2020/03/historias-virais-insuportavel-leveza-do.html>. Acesso em: 8 mar. 2023.

POBLENOU MAKER DISTRICT: FEM BARRI. Disponível em: <https://ajuntament.barcelona.cat/premsa/tag/poblenou-maker-district/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SANTOS, Milton. **Da totalidad al lugar**. Barcelona: Oikos-Tau, 1996.

SILVA, Paulo Celso. Mídia territorial Resiliente. Aportes para um debate na Geografia da Comunicação. **Revista RUA**, São Paulo, v. 23, n. 2, nov. 2017. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/rua/paginasartigo/viewpagina?numeroPagina=1&artigo_id=99. Acesso em: 8 mar. 2023.

Análise de conteúdo:
**a experiência com um dos métodos mais empregados da
área de comunicação/jornalismo no país**

Monica Martinez

O método e eu

Há quase dez anos, a análise de conteúdo (AC) tornou-se um dos principais pilares das pesquisas que venho desenvolvendo no campo da Comunicação, em particular nos estudos em Jornalismo. É preciso ressaltar que a história de vida, como consta em Martinez (2008), é meu método de eleição, desde a pesquisa de meu doutorado a Jornada do Herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo. Contudo, três fatores me levaram a buscar uma segunda abordagem metodológica ao ingressar como docente no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura em 2012.

O primeiro é o fato de que nem todos os pesquisadores que chegam ao nosso PPGCC são graduados em Jornalismo, em geral não estando treinados no estudo de narrativas biográficas, como perfis e biografias, ou outros cursos em Comunicação no qual teriam tido treino na condução de pesquisas com o método da história de vida. O segundo é o tempo de formação, que demanda que o pesquisador apresente os resultados de pesquisa em cerca de dois anos, o que dificulta o treinamento em

história de vida. O terceiro, e não menos importante, é o tempo lento da realização de pesquisas com o método da história de vida, que não raro ainda conta com o agravante da necessidade de se passar por comitês de ética para aprovação. Ainda que isto não represente um problema em nossa universidade, que faz este procedimento de forma bem agilizada, o fato é que trabalhar com histórias de vida como método é mais adequado com os candidatos ao doutorado, nível de pesquisa que começamos a oferecer em 2019. Método ao qual devo voltar com ênfase graças a esta conquista do programa, a quem devemos muito graças à visão e ação da coordenadora de nosso programa, a Profa. Dra. Maria Ogécia Drigo, bem como aos colegas da equipe.

Isto posto, na análise comparativa, a AC da forma como é empreendida no Brasil tem se mostrado uma opção interessante. Destaco aqui três delas. A primeira é a facilidade de treinamento de jovens pesquisadores. A segunda, de permitir mapeamentos de campo, como os vários que fizemos para chegar à conclusão de que não dá para fazer uma boa revisão de literatura hoje em dia sem contar com o Google Acadêmico e, em alguns casos, com o Google Trends. Finalmente, a AC nos ajuda a remediar uma fraqueza de nosso campo, que é o de privilegiar os aspectos teóricos da pesquisa. Isto porque a análise é bastante adequada para lidar com *corpus* de pesquisa de tamanho moderado. Estamos, portanto, aqui falando de pesquisas qualitativas e, em alguns casos, quali-quantitativas.

Antes de realizar a discussão sobre o método propriamente dito, apresento a organização deste capítulo. Começo

descrevendo como travei contato com a AC, bem como com a obra de Bardin (2011), assim como minhas experiências na aplicação de seu modelo conceitual na análise. A seguir, por meio das investigações conduzidas por meus orientandos e minhas orientandas na pós-graduação, reflito sobre como fomos desenvolvendo o uso. A seguir, aprofundo o modelo de análise por meio de um estudo realizado. Feito isto, discuto os limites dessa proposta metodológica, para, em seguida, propor algumas possibilidades de avanço.

Do ponto de vista pessoal, já conversamos oralmente bastante sobre a prática nos nosso Grupo de Pesquisa em Narrativas Midiáticas - NAMI. Contudo, esta é a primeira reflexão escrita que efetuo sobre o método; portanto, entendo ser uma oportunidade valiosa de registrar os erros e os acertos até agora e os possíveis caminhos futuros de uso.

Uma descoberta ao acaso

AAC como método entrou em minha vida acadêmica por meio de uma serendipidade, isto é, uma descoberta boa feita de um modo inesperado. Em 13 de setembro de 2013, a professora Thaís de Mendonça Jorge, da linha de pesquisa Jornalismo e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, lançou um chamado para pesquisadores interessados em participar de um projeto de livro sobre AC em Jornalismo. Na oportunidade, enviei um e-mail ao professor Arquimedes Pessoni, então do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Municipal

de São Caetano do Sul (USCS) – atual Programa de Mestrado Profissional em Inovação na Comunicação de Interesse Público –, perguntando se ele tinha interesse em mapear o assunto. Uma pesquisa exploratória que eu tinha feito para sondar a viabilidade do projeto, junto ao Portcom, o Portal da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), havia revelado 72 resultados para o termo buscado de forma genérica e 54 trabalhos na busca avançada por palavra-chave. Deduzi, naquele momento, que o mapeamento de como a AC era empregada no âmbito da Intercom seria promissor.

Apresentamos a proposta em 20 de setembro de 2014, que foi aceita em 9 de outubro de 2014. Entregamos o capítulo “Intercom: pesquisas feitas com o método - 1996-2012” de Martinez e Pessoni (2015), em 19 de dezembro de 2014, e o livro “Notícias em fragmentos: análise de conteúdo no jornalismo” (Jorge, 2015) foi publicado no ano seguinte. Do estudo, o que mais me chamou a atenção na época foi que do *corpus* selecionado (20 artigos) apenas três não citavam a socióloga francesa Laurence Bardin como principal referência teórica. Havia um método disponível que tinha legitimação na nossa comunidade, que não era difícil de usar como nosso estudo – ele mesmo feito com o empregado da AC revelava – , que era proposto por uma mulher – algo raro na área – e que produzia contribuições interessantes, naquele caso no aspecto da própria sociologia da pesquisa.

Eu me recordo de ter ficado bem feliz, durante um evento realizado na Índia, quando a organizadora do livro me

confidenciou que teve de reescrever parte da apresentação da obra ao receber os resultados de nossa pesquisa. Ao reler a apresentação agora, percebo que se trata da importância da contribuição de Laurence Bardin (2011).

Olhando para trás, percebo o quão importante esta descoberta foi para a linha de pesquisa Análise de Processos e Produtos Midiáticos, do Programa de Comunicação e Cultura da Uniso. Até o fechamento deste capítulo, no final de 2020, haviam 3 artigos, 5 capítulos de livro, 6 monografias de Iniciação Científica concluídas e 10 em andamento, 7 dissertações de mestrado concluídas e 1 em andamento, além de 1 tese de doutorado em andamento, cuja abordagem metodológica foi ou está sendo feita com a AC. O que totaliza mais de 30 trabalhos que se sustentaram, parcial ou integralmente, com este método conduzidos sob minha responsabilidade.

Um pouco de história

O primeiro estudo que me recordo de ter visto em Jornalismo sobre o emprego da AC foi o de Herscovitz (2007) no livro *Metodologia de pesquisa em Jornalismo*. Pela escassez de obras sobre abordagens metodológicas em jornalismo, o livro se tornou uma referência ao longo do tempo. Hoje Herscovitz atua como docente na *California State University*, campus de *Long Beach*. Na introdução de seu capítulo, Herscovitz (2007, p. 123) aponta que se houvesse um cataclisma e parte da humanidade desaparecesse, “mas restassem livros, jornais, revistas,

vídeos, filmes, CDs e DVDs, arquivos com discursos e cartas e artefatos afins, teríamos o material necessário para interpretar a vida social de uma época”. Este método seria um dos mais eficazes para rastrear a parte perdida da civilização “por sua excelente capacidade de fazer inferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado” (Herscovitz, 2007, p. 123).

O capítulo escrito por Herscovitz já completou 13 anos. Mas a AC da mídia também não é nova. Na verdade, surgiu em 1927 com o cientista político e sociólogo Lasswell (1972). Esteve desde o início, segundo Araújo (2001), ligada à fase empirista, pragmática e quantitativa dos estudos em jornalismo. Portanto, à corrente funcionalista dos estudos de comunicação de massa, isto é, a que visava entender a perspectiva do funcionamento da comunicação não como processo, mas como um sistema.

Por ser representativa dos estudos da primeira metade do século 1920, nos Estados Unidos, conforme Lasswell (1972), não é de se estranhar que a sua premissa era um *blend* de mídia e política. Essa combinação levou Lasswell a sua fórmula que se tornaria clássica: “quem” “diz o que” “em que canal” “para quem” “com que efeito”. Um modelo que, como diz Martino (2009, p. 23-24), se tornou base de vários outros “seja *apesar* sua simplicidade ou *por conta* de sua simplicidade”.

Para Herscovitz (2007, 127), a popularidade da AC se deve ao fato de poder ser empregada em “estudos exploratórios, descritivos ou explanatórios”. Segundo ela, os pesquisadores

que a empregam “são como detetives em busca de pistas que desvendem significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados”.

O que nosso (Martinez; Pessoni, 2015) estudo mostrou a popularidade da linhagem francesa proposta pela socióloga Bardin (2011) como o principal referencial teórico destes estudos do campo (76%). Mas é uma popularidade que desconsidera, em alguma medida, o presente, visto que a maioria dos trabalhos feitos entre 1996 a 2012 citam a versão de 1977 do livro de Bardin (56%), portanto não contavam com as revisões e ampliações feitas no método pela própria autora.

Havia um método disponível legitimado por nossa comunidade, que não era difícil de usar como nosso estudo havia revelado – ele mesmo feito com a AC– e que produzia contribuições interessantes. Mas será que a AC estava sendo empregada de forma adequada? Isso nos leva a uma breve digressão sobre a própria epistemologia da pesquisa em jornalismo.

No caso da comunidade de pesquisadores em comunicação e jornalismo, há uma tendência aos estudos teóricos. Assim, a própria descrição metodológica é uma fragilidade de boa parte das pesquisas em relação à rigorosa prática da comunidade anglo-saxã. Neste contexto, é interessante contemplar a proposta de sistematização de pesquisa por níveis de densidade de Peruzzo (2018, p. 34):

[...] no que tange à questão metodológica, [...] abordagens de primeira ordem são descritivas das propriedades e elementos, as de segunda ordem são mais reflexivas e capazes de perceber as relações entre os observáveis e de cruzar teorias. Aquelas abordagens que miram os processos e desenvolvem um nível de interpretação ainda mais elevado, ao serem capazes de gerar conceitos são as de terceira ordem. As de quarta ordem são ainda mais avançadas pois desenvolvem teorias e partem da epistemologia para a interpretação, análise e explicação dos problemas teóricos e metodológicos.

O que eu mais aprecio da proposta de Peruzzo é que ela aponta um caminho para consolidar esta forma de sistematização na área de Comunicação:

Urge aperfeiçoar os estudos de primeira ordem por intermédio do uso de metodologias mais complexas de modo a melhorar as descrições e, ao mesmo tempo, entender os fenômenos comunicacionais em suas complexidades. Simultaneamente é premente a passagem de estudos de primeira ordem aos de segunda, terceira e quarta ordens (Garcia, 2002; González, 2007) em nível de interpretação, o que requer o manuseio de abordagens mais aprofundadas (Peruzzo, 2018, p. 34).

Da forma como eu vejo, os estudos de terceira e quarta ordem, em geral, estão mais a cargo dos pesquisadores sêniores, que estão treinados há mais tempo e, portanto, possuem mais experiência para conduzir estudos mais adensados, por meio das quais podem extrair ou não novas propostas metodológicas / teóricas.

Boa parte dos estudos que a comunidade de pesquisadores em comunicação conduz atualmente, portanto, inserem-se na primeira e segunda ordens se usarmos a chave proposta por Peruzzo (2018). Vários estudos que conduzimos sugerem também que a descrição metodológica não está sendo feita adequadamente pelo campo. O mais recente, elaborado por Martinez e Malagó (2019), também ele feito com o método da AC, investiga as metodologias adotadas nos trabalhos apresentados no I Encontro Internacional de Pesquisadores em Comunicação e Cultura em 2017 (2019), na Universidade de Sorocaba. Por meio de busca nos Anais do Encontro, rastreamos 71 trabalhos. Os resultados indicam que 40 trabalhos não apresentam metodologias descritas em seus resumos, ou seja, mais da metade (56%). Com isto, não sugerimos que a comunidade não empregue aportes metodológicos (o que aliás não foi premissa do estudo), mas sim que as abordagens empregadas simplesmente não são descritas.

É nesta lacuna que trabalhamos até agora nas pesquisas que estamos conduzindo na linha de pesquisa Análise de Processos e Produtos Midiáticos, no nosso PPGCC. Podemos dizer que boa parte dos estudos que estamos efetuando com a AC tem a intenção de mapear o campo de modo a melhorar as descrições em estudos de primeira ordem e, ao entender os fenômenos comunicacionais em suas complexidades, propiciar a passagem para estudos de segunda ordem. A saber, relacionar os referenciais teóricos com estes achados observados. Os mais de 30 estudos já produzidos permitem sugerir que estamos prontos para trabalhar em nível de terceira ordem, a saber “abordagens

que miram os processos e desenvolvem um nível de interpretação ainda mais elevado, ao serem capazes de gerar conceitos são as de terceira ordem, particularmente no campo dos estudos de Jornalismo Literário, como nos lembra Peruzzo (2018, p. 34).

Estudo de caso

Hesitei um pouco ao escolher qual dos estudos para apresentar a aplicação do método. Em alguma medida, todos me parecem um bom exemplo. Finalmente, optei pelo que estamos conduzindo com uma equipe de cinco alunos de jornalismo em nível de Iniciação Científica, simplesmente por ser o com resultados coletivos mais recentes. Os bolsistas participantes do projeto “Mapeamento do jornalismo literário como disciplina” foram (em ordem alfabética): Ana Laura Ferreira (Probic/FDA); Eduardo Reis Lira (Probic/FDA, Região Norte); Murilo Oliveira da Silva (Probic/FDA, Região Sul); Vitor Augusto Gaver Prado Braga (Probic/FDA, Região Centro-Oeste), Vinicius Soares da Silva Figueiredo (Probic/FDA, Região Nordeste). Duas graduandas de Jornalismo participaram como voluntárias no projeto: Carolyn da Costa (Região Sudeste) e Samara Simon Peres (Região Sul).

No desenho do emprego da AC na execução do projeto, seguimos o seguinte passo a passo:

- Formulação da pergunta ou hipótese do estudo

Num primeiro momento, como sugere Krippendorff (2004 *apud* Herscovitz, 2007), como em qualquer método,

a AC demanda formular com precisão a hipótese de trabalho ou pergunta. Se não a perdermos de vista, ela funciona como um destino a se chegar ao longo de toda a caminhada do estudo. Afinal, é esta questão inicial que devemos responder ao final. Se perguntamos o que um dado veículo de jornalismo diz sobre algo, temos de apresentar uma resposta ao término do estudo: o veículo tal diz x sobre tal coisa. No nosso caso, queríamos saber quantas instituições de ensino superior (IES) ofereciam, quem eram os/as docentes e como ensinavam (por meio do registro em ementa, conteúdo programático ou plano de ensino) a disciplina de Jornalismo Literário. O que parece ser simples pode se revelar sobremaneira complexo. A começar: quantas IES há no Brasil que ensinam Jornalismo? Os números variam tremendamente de acordo com o estudo. Já do ponto de vista do documento, por ementa entendemos a descrição sumária do conteúdo a ser desenvolvido na disciplina, que consta do Projeto Político Pedagógico do Curso. Por conteúdo programático e/ou Plano de Ensino ao conjunto dos conhecimentos selecionados para serem trabalhados numa dada disciplina. Em geral contemplam o tema, os objetivos, os conteúdos, a duração do curso, os recursos, a metodologia e o sistema de avaliação, bem como as bibliografias e demais referências que serão empregados. Ter esta pergunta inicial clara funcionou como um mantra ao longo da pesquisa. Toda vez que o foco do que queríamos descobrir ficava turvo, voltávamos à questão inicial: “Quantas instituições de ensino superior (IES) oferecem, quem são os/as docentes e como ensinam (por meio do registro em ementa, conteúdo programático ou plano de ensino) a disciplina de Jornalismo Literário”.

- Revisão do estado da arte

Em outras áreas do conhecimento a revisão de literatura rigorosa, feita sobretudo em artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, tem como objetivo ajudar a escolher o método apropriado. Afinal, estamos falando de recursos escassos, como equipes de pesquisadores, tempo e aportes financeiros. A ciência se produz em tempo lento. Em geral, estamos falando de um ano para estudos em nível de Iniciação Científica, dois anos para mestrado e quatro para doutorado. Do ponto de vista financeiro, os financiamentos estão cada vez mais difíceis de serem obtidos. Desta forma, porque investigar a presença de um vírus por meio de um determinado método de rastreamento nas amostras de numa comunidade de golfinhos se um estudo anterior já provou que aquele método não é eficaz? No caso do nosso campo, os Estudos em Comunicação / Jornalismo, em geral o método empregado é o que o/a orientador/a é treinado/a. Então temos de ajustá-lo muito bem aos resultados que pode produzir. Partimos da premissa de que, a princípio, todos os métodos legitimados por um determinado campo do saber são bons, desde que bem empregados e corretamente descritos.

- Definição do objeto de estudo

Durante a revisão de literatura deste projeto coletivo, me deparei com a publicação “Saberes plurais para o ensino de jornalismo: contribuições de mulheres para as teorias do jornalismo”, do doutorando Gonçalves (2019), realizada no Grupo de Pesquisa Teorias do Jornalismo, que atualmente coordeno e publicada no “42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação” (2019).

Durante a fala, o pesquisador revelou que já tinha feito ampla investigação para definir o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC) como a base de dados oficial dos cursos e IES. Tratava-se, portanto, da fonte mais confiável possível para extrair dados relativos às IES. Convidamos o pesquisador para ministrar uma palestra junto ao nosso Grupo de Pesquisa em Narrativas Midiáticas, em 30 de setembro de 2019. Naquela oportunidade, desenhamos o esboço da tabela de coleta de dados que chamamos de Tabela 1. Ela consiste em 15 campos, a saber: 1) Região; 2) Estado; 3) IES.; 4) Curso; 5) Natureza IES: Pública / Privada / Comunitária; 6) Natureza do curso: Presencial / Semipresencial / EAD; 7) Nome do coordenador; 8) Contato do coordenador; 9) Oferta a disciplina de JL (sim / não); 10) Disciplinas com nomes afins; 11) Natureza da disciplina: Obrigatória / Optativa / Eletiva; 12) Disponibilidade do Conteúdo Programático (sim / não); 13) Docente responsável; 14) Contato docente responsável; 15) Observações. Foi criada uma pasta no *Google Drive* para armazenamento das planilhas e dos arquivos, que estão disponíveis para compartilhamento por meio de solicitação aos autores do estudo.

- Corpus

Essa triagem inicial no portal do e-MEC permitiu identificar que das 378 IES em Comunicação Social / Jornalismo averiguadas, 42 oferecem a disciplina Jornalismo Literário. Além delas, 42 oferecem disciplinas que denominamos afins, isto é, que não se intitulam propriamente Jornalismo Literário, mas que apresentam conteúdos afins, como reportagem. Para efeito da

formação do *corpus* desta pesquisa, limitamos o estudo feito no biênio 2019/2020 às 42 IES que oferecem disciplinas nomeadas Jornalismo Literário. Elas incluem breves adições, desde que JL apareça no nome, como Jornalismo Literário e Jornalismo Cultural. Nesta etapa, foram criadas cinco tabelas individualizadas por região para inclusão destas IES, bem como rastreadas disciplinas que pudessem oferecer a ementa, o conteúdo programático ou plano de ensino). Boa parte das instituições não disponibilizam em seus portais este importante material, visto como um “contrato” firmado entre a instituição / docente (no caso do plano de ensino) e o alunado. Portanto, foi feito um grande esforço por parte da equipe para obtê-los. Num primeiro momento, foi efetuado o contato institucional, por meio do envio de e-mails aos coordenadores dos cursos, incluindo cartas oficiais quando solicitadas. Numa segunda etapa, foram realizados contatos diretos com os docentes por meio de seus e-mails disponibilizados no currículo lattes e / ou artigos científicos, bem como redes sociais, principalmente Facebook, Instagram e LinkedIn. O resultado foi a obtenção de um *corpus* de 17 documentos que consistem em ementa / conteúdo programático / plano de ensino. A partir desta amostragem, consolidada no que chamamos de Tabela 3, empreendemos a aplicação da AC.

- Análise de conteúdo

A partir destes 17 documentos, executamos as três etapas da AC propostas por Bardin (2011, p. 125-131) sendo: pré-análise; tratamento dos resultados; inferência e a interpretação.

- Pré-análise, a exploração do material

Após o arquivamento dos documentos numa pasta do Google Drive, foi feita a leitura flutuante do material, na esteira de Bardin (2011, p. 26). A partir dela foi possível tabular os dados na Tabela 4, “Análise das Ementas, Conteúdos Programáticos e / ou Planos de Ensino”. Uma segunda leitura foi realizada para investigar as unidades de registro e de contexto (2011, p. 134) e a partir destas foi possível delimitar duas categorias de análise: 1) Referenciais teóricos empregados; 2) Perfil e dados do pesquisador. Quanto aos referenciais, optou-se por distinguir os referenciais teóricos dos referenciais práticos, como livros-reportagem, uma vez que estamos priorizando o ensino da história e dos conceitos em JL e não as produções jornalísticas. Para efeito de análise, o foco foi definido em referenciais teóricos. Como diz Bardin (2011, p. 201), no conjunto das técnicas de AC, a análise por categorias “cronologicamente é a mais antiga [...] e na prática é a mais utilizada”. Ela também é a que melhor se adequava aos resultados que buscávamos.

Segue abaixo descrição da análise realizada. Destacaremos aqui os achados por região, a saber Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul:

Região Norte - Das 52 IES listadas na região Norte pela plataforma e-MEC, 9 (4.68%) oferecem a disciplina de JL. Destas, duas forneceram dados para a pesquisa: UFAC/AC e UFT/TO. A análise revelou 3 docentes (2 homens e 1 mulher) e 10 obras sendo empregadas como referenciais teóricos, tendo dois livros

comuns nas IES (Páginas Ampliadas, de Edvaldo Pereira Lima - USP), e (Jornalismo e Literatura, Gustavo de Castro - UnB).

Região Nordeste - Das 43 IES listadas na região Nordeste pela plataforma e-MEC, 2 (4,65%) oferecem a disciplina de JL. Destas, ambas forneceram dados para a pesquisa: UFAL/AL e UFRN/RN. A análise revelou 2 docentes (2 mulheres) e 17 obras sendo empregadas como referenciais teóricos, tendo dois livros comuns nas IES, Páginas Ampliadas, de Edvaldo Pereira Lima (USP), e Literatura e Jornalismo, práticas políticas, de Carlos Rogé Ferreira.

Região Centro-Oeste - Das 44 IES listadas na região Centro-Oeste pela plataforma e-MEC, 11 (25%) oferecem a disciplina de JL. Destas, duas forneceram dados para a pesquisa: UNIALFA/GO e UNB/DF. A análise revelou 2 docentes (2 homens) e 30 obras sendo empregadas como referenciais teóricos.

Região Sudeste - Das 104 IES listadas na região Sudeste pela plataforma e-MEC, 13 (12,5%) oferecem a disciplina de JL. Destas, sete forneceram dados para a pesquisa: Facasper/SP, Fapcom/SP, FCN/SP, Pucamp/SP, USCS/SP, UBM/RJ, UFRJ/RJ. A análise revelou 5 docentes (2 homens e 3 mulheres) e 16 obras sendo empregadas como referenciais teóricos: WOLFE, Tom. Radical Chique e o Novo Jornalismo (FACASPER e UBM); BELO, Eduardo. Livro- reportagem (FAPCOM); LIMA, Edvaldo Pereira. Páginas ampliadas: o livro- reportagem como extensão do jornalismo e da literatura (FAPCOM, FCN e UBM); LIMA, Edvaldo Pereira. Páginas Ampliadas (USCS); BULHÕES, Marcelo.

Jornalismo e literatura em convergência (UBM, PUCAMP e FAPCOM); LIMA, Edvaldo Pereira. O que é livro-reportagem (FAPCOM); LIMA, Edvaldo Pereira. As demandas dos níveis de excelência (PUCAMP); MARTINEZ, Monica. Jornalismo literário: tradição e inovação (UFRJ e FAPCOM); MARTINEZ, Mônica. A Jornada do herói (PUCAMP); PENA, Felipe. Jornalismo literário (PUCAMP, UBM e UFRJ). VILAS BOAS, Sérgio. Perfis e como escrevê-los (PUCAMP); VILAS BOAS, Sérgio. Perfis: o mundo dos outros (USCS); BELO, Eduardo. Livro-Reportagem (USCS); BORGES, Rogério. Jornalismo Literário: análise do discurso (UBM); COSTA, Cristiane. Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004 (UBM e UFRJ); CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (org.). Jornalismo e literatura: a sedução da palavra (UFRJ).

Região Sul - Das 131 IES listadas na região Sul pela plataforma e-MEC, 8 (6,10%) oferecem a disciplina de JL. Destas, seis forneceram dados para a pesquisa: PUCPR/PR, SECAL/PR, UNICRUZ/RS, UNISINOS/RS, UNOCHAPECÓ/RSC E UFSM/RS. A análise revelou 4 docentes (3 homens e 1 mulher) e 19 obras sendo empregadas como referenciais teóricos, tendo dois livros comuns entre as IES (Páginas Ampliadas, de Edvaldo Pereira Lima (USP), e Jornalismo e Literatura, Gustavo de Castro (UnB).

O tratamento dos resultados

A meu ver, do ponto de vista dos jovens pesquisadores, houve dois elementos que merecem registro. O primeiro foi a condução do estudo em si, que nesta fase pede muitas vezes

revisão dos dados obtidos na coleta para certificação de que são de fato válidos. O segundo aspecto mais interessante do tratamento dos resultados foi o de discutir com os jovens pesquisadores a tênue margem entre os fatos e a opinião na hora da análise e do tratamento dos resultados. Um número que, aos olhos de um aluno pode parecer ter pouco significado, aos olhos de um pesquisador da área, sobretudo do exterior, pode ser interpretado como altamente valioso para o campo.

A inferência e a interpretação

Acima, destacamos os resultados da pesquisa em relação às regiões brasileiras. No momento, estamos trabalhando na análise em que o conjunto dos dados analisados está sendo interpretado em conjunto pela condutora do estudo. O que podemos perceber até agora é que novos estudos serão necessários para compreender se há elementos de JL presentes nas 42 disciplinas encontradas na fase inicial desta pesquisa com nomes afins. Este desafio será enfrentado no biênio 2020/2021, por meio do projeto “Se a rosa tivesse outro nome ainda assim teria um perfume doce: os outros nomes do Jornalismo Literário no Brasil”, também dividido em cinco regiões, já aprovado pelo Programa de Iniciação Científica da Uniso.

Alcances e limites da AC

Como bem diz Porto (2015) no prefácio da obra *Notícia em fragmentos: AC no jornalismo: caso queiramos simplificar as*

coisas, os analistas de conteúdo analisam as mensagens constantes das notícias de jornal / imprensa; os analistas de discurso analisam os discursos e seus efeitos no sentido da sociedade de massas; e os analistas das narrativas analisam as narrativas que compõem o vasto campo da enunciação midiática. Os hermenutas chamariam essas análises de partes de um todo, dentro de um círculo virtuoso de estudos da realidade social.

É bem interessante como os métodos de análise aqui se entrelaçam, pois há mais incerteza do que certezas nestas fronteiras entre eles. No caso da pesquisa que apresentamos como exemplo neste capítulo, fica claro que, embora se insira no campo dos estudos de Jornalismo, ela não se debruça sobre as mensagens constantes das notícias de jornal / imprensa, mas sobre as mensagens constantes das ementas, conteúdos programáticos e planos de ensino de uma disciplina particular, a do Jornalismo Literário. Do ponto de vista de alcance, a AC oferece a vantagem de poder ser feita individualmente ou em equipe, como foi o caso apresentado. Ela não demanda materiais onerosos, pois precisa apenas de um computador / notebook com conexão à Internet para coleta, análise e interpretação dos dados (embora lápis, caneta e papel continuem sendo úteis). Como diz Herscovitz (2007, p. 138), o analista de conteúdo não tem efeito sobre o objeto de seu estudo nem sobre seu *corpus*, embora “possa falhar em sua interpretação”. No nosso caso, as ementas, conteúdos programáticos e / ou planos de ensino coletados estavam prontos, não havia como alterá-los. Mas toda análise é um processo feito de decisões, e escolher analisar

os referenciais teóricos e não práticos, por exemplo, já contém um recorte e um critério que depende do pesquisador. Desde que descrito e alinhado com o propósito do estudo, portanto, faz parte da prática da abordagem metodológica.

A combinação com outras abordagens quantitativas como a enquete, ou qualitativas como as entrevistas de profundidade podem ser salutares para se tirarem dúvidas posteriores à análise. Neste caso, poderíamos saber mais sobre o que e como ensinam os docentes de Jornalismo Literário se perguntássemos diretamente a eles, até porque em geral pode haver variações dos planos de aula em relação aos documentos institucionais preenchidos no início do semestre ou ano. Mas por uma questão de tempo – foi um processo longo e demorado obter os documentos para a análise – este contato pessoal não foi inserido no estudo.

Do ponto de vista da desvantagem, talvez a principal da AC seja o tempo e a dedicação necessários para a escolha de um objeto confiável e representativo, bem como a coleta de um *corpus* sólido e consistente. No nosso caso, há o agravante de que os mecanismos de obtenção destes contratos firmados entre as instituições e os alunos em geral não ficam disponíveis nos sites das instituições. Somado à natureza personalista da cultura brasileira, foi necessário um grande esforço para formação do *corpus*.

Como se trata de um projeto em nível de Iniciação Científica, outro agente que demandou tempo foi o treino dos alunos participantes na aplicação da AC. O principal desafio foi o de manter o foco das interpretações ligadas aos resultados do estudo, sem que

opiniões prevalecessem. Por outro lado, este exercício foi bastante produtivo para os diálogos travados sobre a pesquisa, sobretudo a partir da realização dos relatórios parcial e final do estudo.

Considerações finais

A meu ver, a grande questão que permeia o campo de estudos do Jornalismo Literário (e por extensão o do Jornalismo e o da Comunicação) é de fato metodológica. Afinal, numa área que prima pelo foco na perspectiva teórica, o método não raro fica relegado a segundo plano. No exterior, onde os estudos em Jornalismo Literário em geral são ligados às faculdades de Letras, o método mais comumente empregado acaba sendo ligado ao das teorias literárias. Já no caso brasileiro, onde o Jornalismo Literário é encontrado nas faculdades de Jornalismo, ele tem uma abertura maior, embora igualmente predominem os métodos ligados às investigações das estéticas textuais. Neste sentido, a descrição rigorosa beneficia toda a comunidade, uma vez que possibilita reflexões importantes desta área de conhecimento.

Para finalizar, lembramos que todo método científico é uma construção coletiva e, em alguma medida, uma ilusão de um determinado campo num dado tempo e espaço. Ainda assim, é a fundamentação teórica comum e, sobretudo, o método de investigação escolhido que se revela como a língua franca que permite a discussão dos achados entre pesquisadores de diferentes países. E são estes resultados que, como sabemos, faz avançar uma área de conhecimento. Sem o método, portanto, estaríamos fadados a ficar inventando a roda a cada novo estudo.

Quadro 1 – Trabalhos com emprego de análise de conteúdo

AUTORIA	PERÍODO	NÍVEL	TÍTULO
ALBUQUERQUE, A.	2017-2018	Iniciação Científica	Jornalismo Literário: reflexões sobre história, epistemologias, teorias, metodologias e práxis.
ALBUQUERQUE, A.	2018-2019	Iniciação Científica	Jornalismo Literário como disciplina: a questão das relações de gênero.
BRAGA, V. A. G. P.	2019-2020	Iniciação Científica	Mapeamento do jornalismo literário como disciplina: região Centro Oeste.
CAMARGO, B. E.	2019-2021	Dissertação de mestrado	Jornalismo literário, mulheres e a cobertura de guerra: a produção de Dorrit Harazim sobre a Guerra do Vietnã.
FERREIRA, A. L.	2019-2020	Iniciação Científica	Mapeamento do jornalismo literário como disciplina: região Sudeste
FERREIRA, A. L.	2021-2022	Iniciação Científica	Se a rosa tivesse outro nome ainda assim teria um perfume doce: os outros nomes do Jornalismo Literário no Brasil: região Sudeste.
FIGUEIREDO, V. S. S.	2018-2019	Iniciação Científica	Jornalismo Literário como disciplina: o aspecto metodológico.
FIGUEIREDO, V. S. S.	2019-2020	Iniciação Científica	Mapeamento do jornalismo literário como disciplina: região Nordeste.
LIRA, E. R.	2018-2019	Iniciação Científica	Jornalismo Literário como disciplina: o aspecto histórico.
LIRA, E. R.	2019-2020	Iniciação Científica	Mapeamento do jornalismo literário como disciplina: região Norte.
PAIVA, L. P. G.	2016-2017	Dissertação de mestrado	Ponto e vínculo: jornalismo literário e reportagem seriada.
SILVA, M.	2019-2020	Iniciação Científica	O. Mapeamento do jornalismo literário como disciplina: região Sul.
RAMOS, P. A.	2018-2019	Iniciação Científica	Jornalismo Literário como disciplina: o aspecto epistemológico.
SAID, V.	2018-2019	Iniciação Científica	Jornalismo Literário como disciplina: o aspecto teórico
SILVA, M. O	2021-2022	Iniciação Científica	Se a rosa tivesse outro nome ainda assim teria um perfume doce: os outros nomes do Jornalismo Literário no Brasil. Região Sul.

Fonte: Martinez (2020).

Referências

ALMEIDA, H. R. **Narrativas midiáticas televisivas evangélicas**: o programa “180 graus - O Ponto da Virada” da TV Novo Tempo. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2016.

ARAÚJO, C. A. A pesquisa norte-americana. *In*: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 119–130.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém, PA. **Anais** [...]. Belém, PA: Intercom, 2019. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/indiceautor.htm>. Acesso em: 13 mar. 2023.

FIDELIS, K. D. **Jornalismo long form**: uma análise sobre a narrativa do site BBC Brasil sobre os BRICS. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2017.

GARCIA, R. **O conhecimento em construção**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GONÇALVES, G. O. Saberes plurais para o ensino de jornalismo: contribuições de mulheres para as teorias do jornalismo. *In*: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 42., 2019, Belém, PA. **Anais** [...]. Belém, PA: Intercom, 2019. p. 752 (1-15). Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0752-1.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

GONZÁLEZ, J. A. Entrevista com o Professor Doutor Jorge A. Gonzales. [Entrevista cedida a] Míriam Cristina Carlos Silva; Monica Martinez. **Triade**: Comunicação, Cultura e Mídia, Sorocaba, v. 5, n. 9, p. 246-253, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/3028/2690>. Acesso: 26 mar 2023.

HEIDEMANN, V. **Processos de vinculação e redes sociais**: um estudo sobre três comunidades de astrologia do Facebook. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2017.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. *In*: LAGO, C.; BENETTI, M. (eds.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 123–142.

JORGE, T. de M. (ed.). **Notícia em fragmentos**: análise de conteúdo no jornalismo. Florianópolis: Insular, 2015.

KRIPPENDORF, K. **Content analysis**: an introduction to its methodology. 2. ed. Thousand Oaks; CA: Sage, 2004.

LASSWELL, H. D. **A linguagem da política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

LASSWELL, H. D. Estrutura e função da comunicação na sociedade. *In*: COHN, G. (ed.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Pioneira, 1972. p. 105–117.

LUDUVIG, M. M. **Jornada do herói**: estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo. São Paulo: Edusp, 2002.

MARTINEZ, M. **Jornada do herói**: estrutura narrativa mítica na construção de histórias em jornalismo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

MARTINEZ, M.; AZOUBEL, D. Metodologias de pesquisa em jornalismo: trabalhos apresentados nos congressos da SBPJor (2004-2017). *In*: MAIA, M.; MARTINEZ, M. (orgs.). **Narrativas midiáticas contemporâneas**: perspectivas metodológicas. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018. v. 1, p. 296-316.

MARTINEZ, M.; CAMARGO, B. Cobertura de guerra e relações de gênero: uma análise de conteúdo em *A Private War*. **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, Acre, v. 8, n. 2, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufac.br/index.php/tropos/article/view/2872>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MARTINEZ, M.; HEIDEMANN, V. Os estudos de relações de gênero na Intercom: as pesquisas em jornalismo apresentadas nos congressos (1978-2018). *In*: MARTINEZ, M.; SILVA, M. P. da; AGUIAR, L. (orgs.). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo**. São Paulo: Intercom, 2018. v. 1, p. 333-351.

MARTINEZ, M.; LAGO, C.; LAGO, M. C. de S. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **FAMECOS**, Rio Grande do Sul, v. 23, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/22464>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MARTINEZ, M.; MALAGÓ, G. A. Uma análise de conteúdo dos aspectos metodológicos adotados nos resumos dos trabalhos apresentados no I EPECOM internacional 2017. *In*: EPECOM -ENCONTRO DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E CULTURA, 13., 2019. ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2., 2019, Sorocaba, SP. **Anais** [...]. Sorocaba, SP: Universidade de Sorocaba, 2019. Tema: Comunicação, cidade e territorialidades contemporâneas. Disponível em: <https://comunicacaoecultura.uniso.br/assets/docs/epecom/2019/epecom-2019.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MARTINEZ, M.; PESSONI, A. O uso da análise de conteúdo na Intercom: pesquisas feitas com o método (1996 a 2012). *In*: JORGE, T. DE M. (ed.). **Notícia em fragmentos: análise de conteúdo no jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015. p. 299–319.

MARTINEZ, M.; SILVA, M. C. C.; IUAMA, T. R. Mapeamento da produção acadêmica sobre Eduardo Coutinho. *In*: SILVA, M. C. C.; MARTINEZ, M.; IUAMA, T. R. (orgs.). **Eduardo Coutinho em narrativas**. Votorantim: Provocare, 2016. v. 1, p. 41-54.

MARTINEZ, M.; SILVA, M. C. C.; IUAMA, Tadeu Rodrigues. Panorama acerca da produção acadêmica sobre Umberto Eco. *In*: MARTINEZ, M.; SILVA, M. C. C.; CAJUEIRO, T.; IUAMA, T. R. (orgs.). **Umberto Eco em narrativas**. Votorantim: Provocare, 2017. v. 1, p. 151-170.

MARTINO, L. M. de S. **Teoria da comunicação**: ideias, conceitos e métodos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MASCARENHAS, F. H. **O nome ainda é Enéas**: estudo das representações midiáticas e imagens arquetípicas nos comentários do canal Enéas TV. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2019.

OLIVEIRA, A. M. R. **Narrativas corporativas em tempos de mídias sociais**: o caso do site Reclame Aqui. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2016.

OLIVEIRA, D. A. A. **Narrativas fotojornalísticas**: mapeamento dos artigos científicos circulados no Brasil entre 2010 e 2014. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2015.

PAIVA, L. P. G. **Ponto e vínculo**: jornalismo literário e reportagem seriada. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2017.

PAIVA, L. P. G.; MARTINEZ, M. Jornalismo literário em séries de reportagens: relevância do google acadêmico para pesquisas científicas. **Pauta Geral: Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 115-134, jan./jul. 2018. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/54a0/31d647bfdf6b9dc22797b32a7b92e83b1cb7.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

PERUZZO, C. M. K. Apontamentos para epistemologia e métodos na pesquisa em comunicação no Brasil. **Comunicação e Sociedade**, Braga, Portugal, v. 33, p. 34, 27 jun. 2018. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/article/view/1053>. Acesso em: 13 mar. 2023.

PORTO, S. D. Análise de conteúdo: realidades empíricas medidas pela abstração numérica. In: JORGE, T. DE M. (ed.). **Notícia em fragmentos**: análise de conteúdo no jornalismo. Brasília: Insular, 2015. p. 11–17.